

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / UFJF

REVISTA LATINO AMERICANA DE TURISMOLOGIA
RELAT

ISSN 2448-198X

RELAT	Juiz de Fora	v.4	n.1	p. 1-98	Jan./Jul.	2018
-------	--------------	-----	-----	---------	-----------	------

Universidade Federal de Juiz de Fora /UFJF



Reitor

Prof. Dr. Marcus Vinicius David

Editor Chefe

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Girlene Alves da Silva

Editor de Política Editorial

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro de Oliveira

Editora Executiva

Fabíola Cristina Costa de Carvalho

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Dr^a. Maria Carmem Simões Cardoso de Melo

Projeto Gráfico

Prof. Me. Gilberto Maurício Frade da Mata
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior

Editoração

Lic. Stefany Vieira Da Silva
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas/ICH

Prof. Dr. Leonardo Carneiro

Capa

Lic. Natasha Vieira

Revista Latino Americana de Turismologia – RELAT /
Universidade Federal de Juiz de Fora. – v. 4, n. 1 (Jan. /Jul. 2018). –
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018 – . [on-line]
Semestral
Disponível em: <<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/rlaturismologia/>>
ISSN 2448-198X
1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

Editor Chefe

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

Conselho Editorial

Alfredo César Dachary, Prof. Dr. – Universidad de Guadalajara (México)

Alonso Rodriguez Chaves, Prof. Me. - Universidad Estatal a Distancia / UNED (Costa Rica)

Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)

Daniel Arthur Jacques Ghislain Hiernaux Nicolas, Prof. Dr. – Universidad de Queretáro (México)

Eduardo Yázigi, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)

Eloy Mendes Sainz, Prof. Dr. – Colégio de Sonora (México)

Jéssica Faustini Aquino, Prof^a. Dr^a. – Arizona State University / ASU (Estados Unidos)

José Lazaro Quintero dos Santos, Prof. Dr. – Patel College of Global Sustainability, University of South Florida,
(Estados Unidos)

Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. – Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)

Maria Elena Monet Despaigne, Prof^a. M^a. - Universidad La Hanava (Cuba)

Robertico Croes, Prof. Dr. – Rosen College of Hospitality Management / UCF (Estados Unidos)

Rossana Campodónico, Prof^a. Lic. – Universidad de la República (Uruguay)

Stella Maris Arnaiz Burne, Prof^a. Dr^a. – Universidad de Guadalajara (México)

Subhash Kizhakanveetil Bhaskaran Pillai, Prof. Dr. – Goa University / Taleigao Plateau, Goa (Índia)

SUMÁRIO

EDITORIAL/EDITORIAL/EDITORIAL

Apresentação da Edição.....	5
------------------------------------	----------

Introducing this Issue

Thiago Duarte Pimentel

ENSAIO TEÓRICO / THEORETICAL ESSAY / ENSAYO TEÓRICO

La Formación del “Mundo del Turismo”: una larga historia.....	8
--	----------

A Formação do “Mundo do Turismo”: uma longa história

Alfredo A. César Dachary, Fernanda César Arnaiz & Stella Maris Arnaiz Burne

Tourism in the Sustained Hegemonic Neoliberal Order.....	16
---	-----------

O Turismo na Ordem Hegemônica Neoliberal Sustentada

Dominic Lapointe, Bruno Sarrasin & Cassiopée Benjamin

ESTUDO DE CASO / CASE STUDY / ANÁLISIS DE CASO

Construcción Colectiva de la Experiencia Turística para la Sociedad Anfitriona: una mirada desde el sur.....	34
---	-----------

Construção Coletiva da Experiência Turística para a Sociedade Anfitriã: um olhar do sul

Alfonso González Damián

La Política Pública del Turismo Cultural en Colombia (1991-2017).....	52
--	-----------

The Public Policy of Cultural Tourism in Colombia (1991-2017)

Olga Restrepo Quintero

RELATO DE EXPERIÊNCIA / CASE REPORT / INFORME DE EXPERIENCIA

El Observatorio Económico y Social de Turismo/OEST: relato de un caso típico del proceso de institucionalización de las estructuras formales de investigación en turismo brasileñas.....	66
---	-----------

El Observatorio Económico y Social de Turismo/OEST: relato de un caso típico del proceso de institucionalización de las estructuras formales de investigación en turismo brasileñas

Thiago Duarte Pimentel

RESULTADOS DE TESE DOUTORAL

Pesquisa em Turismo no Âmbito dos Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Geografia.....	85
---	-----------

Research in Tourism in the Geography Area of the Brazilian Postgraduate Programs' System

Christiano Henrique da Silva Maranhão

Normas para autores.....	95
---------------------------------	-----------

Guidelines for authors

Caros *stakeholders* - amigos, colegas de trabalho, pesquisadores, professores, profissionais do setor e leitores – trazemos à baila o presente número da Revista Latino Americana de Turismologia/RELAT, referente ao período de Janeiro a Julho de 2018, com o tema *Sociedade, Capitalismo e Turismo*, onde busca-se refletir sobre tais temas e suas relações e implicações para o turismo. O presente volume reúne 6 contribuições agrupadas em 4 diferentes seções: 1) ensaios teóricos, 2) estudos de caso, 3) relatos de experiência e 4) resultados de tese doutoral.

A primeira seção – ensaios teóricos – traz duas contribuições, o primeiro texto, intitulado *La Formación del “Mundo del Turismo”: una larga historia*, é assinado por Alfredo A. César Dachary, Fernanda César Arnaiz e Stella Maris Arnaiz Burne e trata de resumir e apresentar o livro *Capitalismo, Sociedad y Turismo*, dos mesmos autores. Tal obra sintetiza, de certo modo, toda uma trajetória de pesquisa no turismo, ao longo dos últimos 40 anos. Os autores pretendem traçar um caminho alternativo (ao *mainstream*) para entender a origem, o desenvolvimento, a ocupação, o papel que desempenha no sistema, os benefícios e os grandes problemas que apresenta uma das maiores atividades globais: o turismo. A tese fundamental dos autores é a de que o turismo é um produto do capitalismo e, como tal, se insere funcional e dinamicamente neste modo de produção, desde sua origem até os dias atuais, sendo caracterizado e modificado, porém, em cada fase, de acordo com o seu próprio desenvolvimento, o qual, por sua vez, está atrelado e é um reflexo do próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Seu papel é mutável e cada vez mais tem uma presença maior à medida que este sistema passa de uma sociedade do trabalho para o lazer, da produção ao consumo. De forma específica, argumenta-se que o turismo como modelo é inexplicável se não for referenciado à totalidade, um sistema em constante transformação, fruto das grandes mudanças tecnológico - econômicas que se adaptam ao modelo e das consequências sociopolíticas e culturais que transformam a sociedade e seus imaginários. Além disso, o turismo promove uma reocupação de territórios e populações que, na maioria dos casos, consegue ser aceita como alternativa por estes, o que também permite transformar, adaptar e integrar esses povos e regiões ao sistema mundial. A contribuição original deste texto reside em apresentar de forma

sistemática um modelo teórico alternativo à visão hegemônica do turismo, modelo este que é sustentado a partir de dados empíricos coletados ao longo de décadas.

O segundo documento deste número também é um ensaio teórico, porém produzido pelos professores e pesquisadores da Universidade do Quebec em Montreal (UQAM), Dominic Lapointe, Bruno Sarrasin e Cassiopé Benjamin, intitulado *Tourism in the Sustained Hegemonic Neoliberal Order*. Neste trabalho os autores também seguem a trilha de uma visão alternativa — em termos de entendimento e teorização do turismo. Ainda que adotem também uma visão crítica e macrosociológica de análise do fenômeno, seguem, contudo, pela discussão de uma *geopolítica crítica*, sustentada pela teoria do Império de Hardt e Negri. Os autores procuram analisar as estruturas que (re)produzem o sistema mundial no qual o turismo está inserido, enquadrando o turismo como uma força de expansão capitalista, dentro do conceito de economia política internacional, e especificamente identificando o papel que lhe cabe no sistema mundial foi estruturado e institucionalizado. Os pesquisadores desenvolvem a tese de que a mudança para o neoliberalismo age como uma narrativa principal), dentro da qual se configura a manifestação do Império (Hardt e Negri, 2000), que de certo modo fazem com o que o turismo está contribuindo para o principal processo de globalização e o domínio de mercado do neoliberalismo expresso no Império. Em sua visão três são os elementos que estruturam e condicionam este processo: primeiramente a questão de como o desenvolvimento sustentável, dentro de seu alcance global virtuoso, é, na verdade, um discurso primariamente de império, especialmente quando é levado por instituições internacionais desterritorializadas. A segunda questão refere-se ao papel do turismo nos momentos dos processos de transformação e globalização do Império. Os autores concluem que. Se existe uma linha diferente de pensamento e pesquisa que defende o turismo e o desenvolvimento sustentável como um *locus* de mudança no sistema econômico mundial, isso só ocorre marginalmente, enquanto os discursos da globalização e do turismo de massa continuam fortes. A título de ilustração, os autores exploram o conceito de Desenvolvimento Sustentável (SD), evidenciando que este se tornou um conceito unificador que transcende discursos conflitantes, na verdade é um

conceito político fundamental na atual ordem mundial.

Abrindo a seção estudos de caso, o terceiro artigo, de autoria de Alfonso González Damián, *Construcción Colectiva de la experiencia turística para la sociedad anfitriona: una mirada desde el sur*, examina a construção social da experiência turística, tendo como enfoque o papel fundamental desempenhado pela sociedade de acolhimento, que aparece pouco ou nada nas concepções mais amplamente difundidas. O autor salienta que o documento é estruturado em duas partes: na primeira são propostas reflexões teórico-metodológicas com o intuito de abordar o significado que a experiência turística tem para as sociedades de acolhimento, na qual assenta a responsabilidade pela sua concepção, planejamento e implementação, já a segunda parte apresenta o caso das experiências projetadas para o turismo na ilha de Cozumel, México, um cenário turístico caribenho em que são representados textos padronizados, reduzidos a estereótipos e contextos colonialistas, segregacionistas, idealizados e progressistas que caracterizam os imaginários a partir dos quais as experiências turísticas são construídas no contexto latino-americano. O autor demonstra, por meio de dados empíricos, que a experiência a ser considerada como turística não teria que se concentrar apenas na experiência do consumo turístico, mas na experiência de co-produção-consumo turístico, que também poderia ser examinada com maior profundidade. Sua construção social e derivar dele recomendações para ação e tomada de decisão nos coletivos locais de destinos turísticos.

La política Pública del Turismo Cultural en Colombia (1991-2017) é o quarto artigo deste número, também na seção estudos de caso, e é assinado pela professora e pesquisadora Olga Restrepo Quintero. No texto em tela ela nos apresenta uma revisão descritiva e sistemática das políticas públicas aplicadas ao turismo cultural com o objetivo de estabelecer tendências e resultados após a Reforma Constitucional colombiana de 1991 a 2016. Evidencia que há muitas ações empreendidas pelo Estado colombiano em defesa do patrimônio material, Intangível e natural colombiano, colocando-o como um motor para o desenvolvimento do turismo cultural, interno e externo, com resultados positivos na identificação, valorização, competitividade, sustentabilidade e disseminação do patrimônio cultural colombiano.

Como quinto artigo somos convidados a refletir sobre *El Observatorio Económico y Social de Turismo/oest de La Universidad Federal de Juiz de Fora/UFJF: relato de caso en el contexto de institucionalización de las estructuras formales de investigación en turismo brasileñas*, de autoria do pesquisador Thiago Duarte Pimentel, sendo que o documento relata a experiência do Observatório Econômico e Social Turismo (OEST), onde descreve suas características, modo de funcionamento e limites e potencialidades, tendo como pano de fundo o contexto de evolução das Estruturas Formais de Pesquisa em Turismo (EFIT) no Brasil. A literatura sobre entidades e estruturas formais (núcleos, grupos, observatórios, centros, etc.) dedicados à pesquisa em turismo, bem com a análise dos dados empíricos da população de IES no Brasil e suas estruturas formais de pesquisa serve como pano de fundo para discutir o caso em tela, do OEST. Em particular, no que se refere ao OEST, pode-se dizer que tal EFIT se insere em um contexto regional onde há uma escassez relativa de centros turísticos e, por outro lado, uma forte dinâmica de outras atividades econômicas, o que torna menos evidente a relevância do setor turístico. Ainda assim, pode-se ver seu êxito em um curto período de tempo desde sua criação, seja em termos de projetos realizados, de formação de recursos humanos e participação em níveis locais e estaduais de tomada de decisão. Conclui-se que, em nível nacional, a criação de EFITs em outras áreas temáticas, como, por exemplo, em gastronomia, é essencial para diversificar a oferta de EFITs, consolidando seu processo de institucionalização. Por outro lado, no caso específico do OEST, a existência de insumos - em especial financeiros e, em menor escala, humanos - parece ser o principal fator crítico de sucesso para a continuidade de seus trabalhos.

Encerrando esta nossa edição somos brindados com a análise de autoria de Christiano Henrique da Silva Maranhão e Francisco Fransualdo de Azevedo, com o artigo *Pesquisa em Turismo no Âmbito dos Programas Brasileiros de Pós-graduação em Geografia: a Plataforma Sucupira e o Banco de Teses e Dissertações da Capes como Ferramentas Metodológicas*, onde é apresentado um relato das principais potencialidades e limites da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações-Capes, no que se refere ao acesso de informações acadêmico-gerenciais e à catalogação digital (teses e dissertações) em nível de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

O texto é fruto do tese doutoral “A digital geográfica do turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações, no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em geografia”, que foi defendida em fevereiro de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Metodologicamente, trata-se de um relato avaliativo-explicativo, de viés qualitativo. O texto comenta que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes são instrumentos que possibilitam o acesso de informações que antes eram onerosas para o pesquisador coletar.

E que alguns ajustes ainda precisam ser feitos a fim de que esses instrumentos continuem possibilitando estudos inéditos, favorecendo a continuidade da pesquisa científica no Brasil.

É com esse conjunto de artigos que temos a honra de lhes brindar e desejar a todos uma proveitosa e interessante leitura!

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Editor Chefe/Editor-in-chief

LA FORMACIÓN DEL “MUNDO DEL TURISMO”: UNA LARGA HISTORIA

Alfredo A. César Dachary *

Fernanda César Arnaiz **

Stella Maris Arnaiz Burne ***

Resumen: Este artículo resume el reciente libro “Capitalismo, Sociedad y Turismo”, que consolida una trayectoria de décadas de investigación y que ha intentado ser un camino de varios siglos a fin de entender el origen, el desarrollo, la ocupación, el papel que juega en el sistema, los beneficios y los grandes problemas que presenta una de las mayores actividades globales: el turismo. En la actualidad, el turismo promueve una reocupación de territorios y poblaciones que, en la mayoría de los casos, logra ser aceptada como una alternativa por éstas, lo cual le permite además de transformar, el de adecuar e integrar a estos pueblos y regiones al sistema mundial. El turismo como modelo es inexplicable si no está referenciado a la totalidad, un sistema en constante transformación a raíz de los grandes cambios tecnológicos – económicos, que readecuan al modelo y las consecuencias socio-políticas y culturales, que transforman a la sociedad y sus imaginarios. Nuestra hipótesis central es que el turismo que se origina en el capitalismo crece, se transforma y se adecúa con base en la lógica del sistema, por lo que su papel va cambiando y cada vez tiene mayor presencia en la medida que el modelo va pasando de la sociedad del trabajo a la del ocio, de la producción al consumo.

Palabras clave: Turismo; Capitalismo; Sociedad.

A FORMAÇÃO DO “MUNDO DO TURISMO”: UMA LONGA HISTÓRIA

Resumo: Este artigo resume o livro "Capitalismo, Sociedade e Turismo", que consolida uma trajetória de décadas de pesquisa e tenta ser um caminho de vários séculos para entender a origem, o desenvolvimento, a ocupação, o papel que desempenha no sistema, os benefícios e os grandes problemas que apresenta uma das maiores atividades globais: o turismo. Atualmente, o turismo promove uma reocupação de territórios e populações que, na maioria dos casos, consegue ser aceita como alternativa por estes, o que também permite transformar, adaptar e integrar esses povos e regiões ao sistema mundial. O turismo como modelo é inexplicável se não for referenciado à totalidade, um sistema em constante transformação, fruto das grandes mudanças tecnológico - econômicas que se adaptam ao modelo e das consequências sociopolíticas e culturais que transformam a sociedade e seus imaginários. Nossa hipótese é que o turismo se origina e cresce no capitalismo, é transformado e adaptado com base na lógica do sistema, de modo que seu papel é mutável e cada vez mais tem uma presença maior à medida que este sistema passa de uma sociedade do trabalho para o lazer, da produção ao consumo.

Palavras-chave: Turismo; Capitalismo; Sociedade.

THE “TOURISM WORLD” FORMATION: A LONG HISTORY

Abstract: This article summarizes the book "Capitalism, Society and Tourism", which is the result of a large trajectory of research and that has tried to be a path of several centuries in order to understand the origin, development, occupation, the role that plays in the system, the benefits and the great problems that presents one of the biggest global activities: tourism. At present, tourism promotes a reoccupation of territories and populations that, in most cases, manages to be accepted as an alternative by these, which also allows it to transform, to adapt and integrate these peoples and regions to the world system. Tourism as a model is inexplicable if it is not referenced to the totality, a system in constant transformation as a result of the great technological - economic changes that adapt to the model and the socio - political and cultural consequences that transform society and its imaginaries. Our central hypothesis is that tourism that originates in capitalism grows, is transformed and adapted based on the logic of the system, so that its role is changing and increasingly has a greater presence as the model goes from the society of work to leisure, from production to consumption.

Keywords: Tourism; Capitalism; Society.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

*Dr. en Ciencias Sociales por la Universidad Leiden, Holanda. Master en Sociología en FLACSO, Chile. Profesor investigador Titular C., Centro Universitario de la Costa, Universidad de Guadalajara (México). Investigador Nacional Nivel II en el SNI, México. Director del Centro de Estudios para el Desarrollo Turístico Sostenible (CEDESTUR). Autor de numerosos libros y artículos en revistas científicas de Argentina, España, Colombia, Brasil y México. [alfredocesar7@yahoo.com.mx]

** Dr^a. en Turismo. Universidad Antonio de Nebrija, España. Maestra en Desarrollo Sustentable y Turismo. Universidad de Guadalajara, México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Nivel I. Profesora Investigadora de la Escuela de Turismo y Gastronomía. Universidad Anahuac - Puebla, México. Autora del Libro: Ciudades Turísticas: Desarrollo e Imaginarios. El caso de Careyes y Nuevo Vallarta. [fernandacesararnaiz@yahoo.com.mx]

*** Dr^a. En Antropología por la Université Laval, Québec; Escribana y Abogada por la Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Prof^a Investigadora Titular C., Centro Universitario de la Costa. Universidad de Guadalajara (México). Investigadora Nacional Nivel II en el Sistema Nacional de Investigadores, México. Autora de libros y artículos científicos en revistas de Argentina, Colombia, México y Brasil. [stellarnaiz@yahoo.com.mx]

1 INTRODUCCIÓN

¿Cómo llegamos a escribir el libro "Capitalismo, Sociedad y Turismo"? Parece una pregunta simple pero, sin embargo, tiene una gran complejidad porque la abordamos 25 años después de haber entrado a estos estudios y enfrentado a serios problemas derivados de dos grandes limitantes: primero, la falta de una teoría general del turismo y derivado de ésta, la más grave, la falta de una definición amplia que nos permitiera abordar con éxito diferentes tipos de estudio.

El modelo fue Cancún, una ciudad construida por FONATUR; fue Belize, una ex colonia inglesa independizada a comienzos de los 80; el Caribe inglés, el holandés, francés y español. Fue Centroamérica y el marco de referencia fue México, el país con mayor desarrollo turístico de las últimas tres décadas del siglo XX, liderado por el Estado.

Estudiar al turismo implicaba definir que es el turismo, comenzando por los objetivos, el desarrollo y demás efectos que genera esta actividad en su desarrollo. A su vez, esto nos llevó a analizar que son los viajeros y los turistas, ya que se confundía a ambos al darles un trato de sinónimos lo cual no es así, ya que el turismo es un fenómeno que nace con el capitalismo y el viaje es muy antiguo y tiene características diferentes al turismo.

Más de tres décadas de trabajo en el Caribe, Centroamérica, México y Sudamérica nos permitieron ser testigos presenciales de los profundos cambios y transformaciones que genera el turismo, tanto en los ecosistemas en donde se asienta como en las sociedades que sirven de apoyo y acogida.

Estos impactos borran casi totalmente un tiempo histórico, una época y dan lugar al nacimiento de nueva economía y sociedad en la región, que a diferencia de las anteriores, se basa en la venta de un imaginario deseado por grandes multitudes, que al final termina transformándose en una nueva actividad económica dominante, como lo había sido antes el sector primario en sus diferentes versiones.

El ingreso de México al desarrollo del turismo se da a partir de los 60 y donde fue fundamental la participación del Estado mexicano, a través del Banco de México, y luego del Fondo Nacional de Fomento al Turismo (FONATUR), heredero del pionero Fondo de Promoción e Infraestructura Turística (INFRATUR), que logró planificar en base al turismo el desarrollo de dos futuras entidades, que a comienzo de los 70 eran

aún Territorios Federales: Quintana Roo y Baja California Sur.

Así el Estado mexicano le da al modelo de desarrollo turístico un papel geopolítico, como anteriormente lo habían utilizado los países coloniales desde Inglaterra a Holanda, Francia y Estados Unidos en el proceso de descolonización del Caribe y el Pacífico. En el caso de México, la revolución cubana controlaba el canal de Yucatán y del lado mexicano era una frontera sin población, por lo que se la repobló con el modelo turístico combinado con la promoción de los pueblos pesqueros, a partir de veinte cooperativas (Arnaiz y César, 2009).

Pero el turismo, al igual que el deporte, ha sufrido un proceso de ocultamiento o desvalorización pese a ser ambas actividades globales. Al comparar turismo y deporte, constatamos que tienen una serie de similitudes que permite pensar que uno y otro juegan papeles similares en la sociedad actual, dominada por el consumo, ya que ambos tienen en común la preclasificación de que no son actividades "productivas" y están ubicadas dentro de la otra parte de la vida, el descanso y el ocio, son actividades que se practican en el mal llamado "tiempo libre".

Ambas mueven gente en todo el planeta en números muy elevados y se posicionan como verdaderos referentes de transformación de ciudades o países, una vez que están legitimados por su éxito, generando nuevos imaginarios, que son guías para una sociedad donde el consumo y lo emocional tienen un papel fundamental en medio de esta nueva estrategia de transformar todo lo existente en comercializable, deseable y, por ello, éstos tienen valor.

El desarrollo del turismo, que emerge como un modelo masivo en la segunda mitad del siglo XX, aunque sus orígenes se sitúan a comienzos del siglo XIX, ha sido de las actividades dentro del sistema, que más se ha manipulado a fin de distorsionar su verdadera función. Inicialmente se la definió como algo exótico, ajeno a la cotidianidad, era "el movimiento de extranjeros", la "otriedad", los diferentes que viajaban para conocer al otro (Knebel, 1978).

De la psicología se pasó al análisis económico y, de allí, a la geografía con el análisis del territorio y su gente, para concluir en la segunda mitad del siglo XX en ser conceptualizado por contraste en el mundo industrial como "la industria sin chimeneas", lo cual tuvo poca duración, ya que en los 70, los graves

impactos detectados en las sociedades de acogida, le quitaron el velo de pureza a esta compleja actividad y comenzó a desarrollarse una perspectiva crítica, en diferentes niveles, de este modelo.

Partimos de ubicar al turismo como modelo de desarrollo dentro del capitalismo, que reproduce y, a la vez, aloja una doble contradicción: la más oculta es hacia dentro de sí mismo como "producto" porque presenta una copia "maquillada" de la realidad, que se vende como la realidad misma, haciendo de lo transformado una nueva verdad, cuya principal función es la de responder a los imaginarios que tiene el hombre en su perspectiva de la búsqueda incesante de nuevos objetos de consumo, en este caso de ocio y placer.

La segunda contradicción complementa a la primera ya que el turismo como modelo se le ubica siempre como una actividad desvinculada del sistema en que se genera y, por ello, se presenta como un "hecho emergente" que hace realidad los sueños del turista, la respuesta del genio al deseo del viajero.

Esta doble distorsión enmarca y amortigua los impactos del turismo, haciéndolo un modelo aparentemente "neutral", que responde al deseo del ocio ocultando así los grandes costos de un complejo negocio, que deben asimilar las sociedades de acogida.

El turismo como modelo es inexplicable si no está referenciado a la totalidad, un sistema en permanente transformación a consecuencia de los grandes cambios tecnológicos-económicos que readecuan al modelo y las consecuencias socio-políticas y culturales, que son lo que transforman a la sociedad y sus imaginarios.

La idea de totalidad es fundamental ya que vivimos en sociedad y, por esto, es que nuestros problemas, avances y transformaciones más importantes se explican a partir de ésta como una realidad globalizada y no por casos individuales, que pueden ser la excepción más que la regla; así es necesario poder entender los grandes imaginarios que dominan las relaciones sociales y que han sido impuestos por los medios en todas sus dimensiones, como una nueva visión de la vida.

En la búsqueda de los orígenes del turismo debemos retroceder dos siglos hacia atrás, para encontrar la coyuntura y transformaciones que están en el origen del mismo, momento en que coincide con el desarrollo y consolidación del capitalismo industrial camino al colonialismo moderno.

Nuestra hipótesis central de la investigación plasmada en el libro "Capitalismo, Sociedad y Turismo" es que el turismo que se origina en el capitalismo, crece, se transforma y se logra adecuar en base a la lógica del sistema, por lo que su papel dentro del mismo va cambiando y cada vez tiene más presencia en la medida que el modelo va pasando de la sociedad del trabajo a la del ocio, de la producción al consumo.

2 LAS ETAPAS DE LA INVESTIGACIÓN

El Partir de la base que el turismo es un modelo que se desarrolla dentro del capitalismo implica buscar cómo se fue readecuando con los grandes cambios que tiene este sistema en el desarrollo de dos siglos, lo cual nos lleva a dividir el mismo en cuatro grandes etapas acorde a una visión total de cada una de ellas, que las expresaremos brevemente en este artículo a fin de plantear, los objetivos y la incidencia de los cambios en el desarrollo y transformación del turismo.

2.1 De la Modernidad al Capitalismo Industrial

El inicio de la modernidad permite ver las diferentes transformaciones desde la naturaleza, su concepción, a la literatura, desde la ciencia a la tecnología en un doble proceso, por un lado el del cambio de paradigmas, ideas e imaginarios dominantes y, por el otro, el territorial, un mundo que se expande y emerge otro.

La Europa Atlántica consolida la ampliación del conocimiento geográfico y control de América, y de allí se pasó a la conquista – colonización, inicialmente por España, y luego por Portugal, seguidos por Inglaterra y Francia.

El primer tema fue "la otroriedad", el diferente, ello llevó a que se discutiera si los pobladores originarios de América eran seres humanos, y de serlo si habían sido creados por Dios.

La globalización es un modelo que comienza en siglo XVI y llega a la actualidad, o sea, abarca el origen, nacimiento y desarrollo del capitalismo, eje del sistema mundo, que incluye en su seno a una división extensiva del trabajo, multiplicidad de culturas y múltiples poderes políticos o estados divididos. Esta unidad de análisis permite la explicación de todo el conjunto de hechos, fenómenos, situaciones y procesos que se han desarrollado en los últimos cinco siglos (Wallerstein, 2003).

En 1750, surge una idea que luego será dominante con la nueva sociedad emergente, es la idea del "Progreso", algo lógico en una región donde las transformaciones tomaban más fuerza. A fines del siglo XVIII, se acelera el proceso de transformación de una sociedad de base agraria, por la sociedad industrial, lo cual generó la dualidad entre sociedad tradicional y sociedad capitalista o sociedad desarrollada (Hinkelammert, 1970).

La revolución francesa fue el parteaguas de esta época y tuvo consecuencias directas sobre el turismo y nace la restauración, y es que cuando los cocineros y demás miembros de las grandes cocinas se quedan sin trabajo porque los aristócratas que los habían contratado deben huir para conservar su vida, estos "nuevos desempleados" van a trabajar con la burguesía emergente, o bien, abren los nuevos o novedosos restaurantes de época. Lo mismo comienza a ocurrir con los nacientes hoteles donde se da una "imitación" de la vida palaciega operada por los antiguos miembros del servicio de la nobleza.

El ocio y las fiestas eran el centro de la vida social, por ello en estas clases se gestaban los diferentes modelos de entrenamiento que luego iban permeando a las otras clases adecuándose a sus posibilidades. La moda era una de las expresiones de estas profundas transformaciones que hacen de la sociedad emergente un mundo tan distinto a las tradicionales que parecen no descender de éstas.

La liberación del cuerpo jugará un papel fundamental en el turismo, ya que en esa época no existía lo que hoy se conoce como ropa sport, de allí que el pantalón para las damas remplazaba los grandes vestidos imposibles de moverse en las playas o lugares de campo.

Los primeros viajeros al Oriente Medio no respondían a ningún objetivo artístico, y éstos van a incidir en la recuperación teórico formal de la cultura clásica, expresada en las grandes construcciones de estas culturas a comienzos del siglo XVIII. Los viajeros del Grand Tour, comparado con las poblaciones de la época, eran un reducido número de personas con muchas posibilidades económicas y de tiempo, algo tradicional en la aristocracia parasitaria, que viajaban a las fuentes de la cultura europea, Italia y Grecia.

La primera etapa de este proceso de control de la naturaleza la inicia Carl Linneo, científico naturalista sueco, que estableció los fundamentos para el esquema moderno de la nomenclatura binomial y es

por ello que se le considera el fundador de la moderna taxonomía, y también se le reconoce como uno de los pioneros de la ecología. El sentido de esta obra que inicia un sistema de clasificación, como empresa europea para la construcción de un nuevo conocimiento a escala planetaria, es el complemento necesario del trabajo de los exploradores que daban nombre a los accidentes geográficos y ahora lo harían lo mismo con las plantas, luego los animales y, por último, los hombres. Así con el establecimiento de este proyecto global de clasificación, la observación y catalogación de la naturaleza, hace de ésta una realidad que puede ser narrada y que engrosará las amplias bitácoras de viajes alrededor del mundo.

En el siglo XVIII, la modernidad estalló transformando los remanentes del pasado a partir de redescubrir como derechos fundamentales del hombre a la libertad, la igualdad y la fraternidad, tres principios que sirvieron de lemas y metas a la primera gran revolución social del mundo moderno, que fue la Revolución Francesa.

Este acontecimiento, ocurrido en 1789, es un profundo cambio en la historia política de Francia y un referente mundial, aunque pocas décadas después muchos de estos principios se reducen a letras muertas al proclamarse el imperio a comienzo del siglo XIX, el primero y el segundo a mitad del mismo, pero son tiempos transitorios, ya que la democracia y la sociedad laica se impondrán al final del siglo.

En este período nacen las ciudades y se amplían con los talleres, siendo mucho tiempo resistidas por la contaminación y violencia que habían generado. El mar era para las culturas occidentales antiguas, el lugar donde terminaba la creación, un área inconclusa, una región que con el advenimiento de Cristo desaparecerá, aunque para otros el mar era el purgatorio y estaba junto al Edén o paraíso terrenal; para los más era un lugar con grandes serpientes marinas, tempestades, que le daba un carácter demoníaco, por lo que era necesario cada cierto tiempo hacerle un exorcismo.

A comienzos del siglo XVIII se logran avances al elaborarse un nuevo y complejo sistema de apreciación de la naturaleza, que concuerda con los poetas franceses que son clasificados como barrocos y que logran describir el gozo que les da estar en las riberas del mar, una nueva opción de las pocas que podía ofrecer al tiempo de ocio en esa época. En 1750 los primeros bañistas arriban al mar a fin de calmar la ansiedad generada en estas nuevas clases

burguesas emergentes derivada de los profundos cambios que les tocan vivir y la reeducación que pretenden imponer a la nueva cotidianidad con un sesgo propio.

Sin el miedo al mar, la naturaleza recupera otro elemento fundamental, pero el paso siguiente es más audaz con la nueva medicina natural y los higienistas, el hombre vuelve a la naturaleza para curar los males de la incipiente sociedad industrial, desde la presión por los cambios a la contaminación por sobre población y carencia de servicios.

El SPA es la primera forma de turismo asociado a la naturaleza, expresada en manantiales y bosques que lo rodean haciendo de ésta una fuerza natural domesticada, por lo que el baño no es un acto religioso sino social, la naturaleza salvaje se vende y es dominada, las bellezas que circundan a las termas son productos asequibles y la montaña se encuentra con el hombre y apoya así a un mejor descubrimiento de la misma (Jarrasse, 2002). El control de Los Alpes generó una rama del deporte y del turismo: el alpinismo, el esquí y el montañismo.

En el otro extremo, tenemos a las grandes masas enfrentadas al trabajo brutal que exige el capitalismo salvaje, que serán controladas por un nuevo tipo de ocio, que se va construyendo como una necesidad a los requerimientos de estos grandes grupos humanos que venían de sociedades donde la gente se manejaba por el tiempo natural, se levantaba al amanecer con el sol y se acostaba cuando éste dejaba de brillar.

Entre las primeras opciones de ocio era la taberna en el barrio, luego vienen los juegos, pero de pronto aparecen "las excursiones", una fuga hacia la libertad de movimiento del obrero anclado junto a la máquina como una parte de ella, inicialmente caminando, luego será con los trenes o más adelante con las bicicletas.

2.2 Capitalismo y Nueva Sociedad (1840–1914)

Las revoluciones son hechos complejos que nunca pueden ser analizados como temas lineales, ya que para llegar a ello se requirieron largos períodos de transformaciones que van abriendo camino a nuevos conocimientos en un proceso acumulativo que sintetiza el patrimonio cultural, científico, artístico y social de un país o, en este caso, una región.

Una variable importante que nos permite pensar que algo estaba pasando en el mundo al comienzo del siglo XIX es el crecimiento demográfico, que pasó de 1,041 millones de habitantes en el planeta en 1820, a 1,270 en 1870, alcanzando 1,791 millones en 1913, un incremento de más del 70% a nivel mundial en sólo cuatro generaciones (Madison, 2002).

Pero a nivel de subcontinente europeo, hoy definido como la Europa occidental, se experimentó un menor crecimiento demográfico ya que pasó de los 132 millones de habitantes en 1820 a 187 millones en 1870, pero todo ello en medio del proceso migratorio campo – ciudad, lo cual generó grandes contingentes de población sin posibilidades de regresar al campo ni emplearse en la naciente industria (Maddison, 2002). Los grandes excedentes demográficos irán como migrantes a América y fueron muchos millones, los que no pudieron sumarse a la revolución industrial y al capitalismo triunfante.

Como todo proceso de transformación, se da una fecha como referencia, pero éstos comienzan mucho tiempo antes, y en el caso de la revolución industrial hay que considerar la "proto-industrialización", que implica reconocer las industrias surgidas en la Edad Media, en contextos urbanos y en medios rurales, industrias artesanales en el ramo textil y en el trabajo de metales, comercio de pequeños objetos para un mercado de consumo que proporcionó un aprendizaje crucial para el progreso económico (Mathias, 1983).

El liderazgo o la razón de que la revolución industrial toma más fuerza rápidamente en Inglaterra responde a varios factores, entre ellos, la existencia de recursos claves como el carbón y el hierro y el potencial acumulativo del crecimiento regional británico; estas regiones se encontraban ya preparadas para utilizar y aprovechar las nuevas tecnologías, por ello es que esa variedad de progresos y cualidades regionales fue de gran provecho en el conjunto de la economía británica. (Berrick, 1988).

La revolución tiene su contraparte con la revolución en el transporte, la primera aplicó el motor para crear mercancías, la segunda para distribuir las. Ésta abarcó la creación de redes de caminos, la reactivación de vías fluviales y canales, como el que atraviesa toda Francia del Atlántico al Mediterráneo y la construcción de los primeros grandes canales, siendo el pionero y el importante el canal de Suez. A final del siglo XIX se inicia el canal de Panamá que es concluido en la primera década del siglo XX.

La gran revolución fue el ferrocarril que unió grandes extensiones y amplió el radio del mercado regional, primero y luego internacional, al igual que el transporte marítimo. Ambos fueron famosos por los grandes ferrocarriles, como el Expreso de Oriente y los enormes cruceros que atravesaban el Atlántico en dos semanas y menos.

Faltaban aún los dos grandes avances del siglo XIX, el avión y el transporte carretero. A lo largo de este siglo se puede ver el proceso de urbanización, derivado del proceso migratorio campo - ciudad, que respondía a la nueva lógica de empleo-productividad que generó la revolución industrial.

En 1800 había en Europa 364 ciudades que estaban por encima de los 10,000 habitantes; para 1850 el número de ciudades creció a 878 y para 1890 éstas llegaron a ser 1,979, y ya la cifra de 10,000 habitantes ya había sido pasada por todas, así la población urbana pasó de 3.2% en 1800 al 13.3% en 1890 (Vries, 1987).

La revolución política ayuda a cambiar la sociedad y ésta a su vez requiere de nuevas opciones de vida incluido el ocio y allí aparece una nueva sociabilidad a partir de los espacios de consumo de masas y las avenidas atravesando al ciudadano con el fetiche de la mercancía, que lo mantiene encandilado de diferentes formas hasta el día de hoy.

Había una segregación de espacios por clases sociales, cada clase su barrio y su centro, sus normas morales, salvo en los barrios pobres donde estaban los prostíbulos a los cuales iban los ricos, también en los edificios había una segregación vertical, en la buhardilla los artistas, en la planta baja para los "affaires" y, a nivel de la calle, los negocios.

En este marco, el emperador Napoleón III encargó al Barón Haussmann, designado Prefecto de París, la planificación de la reconstrucción de la ciudad capital francesa en todos sus aspectos, desde los estructurales a los paisajísticos y de la gestión técnica y financiera de esta gran obra. La gestión de Haussmann fue de 1853 a 1869 y sentó las bases de una gestión moderna de la ciudad.

La nueva estructura planteaba una serie de redes que eran: la del servicio de aguas y alcantarillado, el servicio de paseos y plantaciones, el servicio de vialidad, las estaciones y la dirección del Plan de París; en esta titánica obra se gastó la suma de dos billones y medio de francos de la época.

Dos actividades fundamentales para el desarrollo del turismo son los servicios de restauración (restaurantes) y la hotelería, ambos íntimamente ligados en su origen, ya que emergen como actividades económicas estructuradas a fines del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX, aunque había algunas experiencias que venían de unas décadas atrás.

En estos casos, la restauración tendrá una gran transformación antes que la hotelería porque ya tenía una condición básica para emerger debido a que estaban disponibles los cocineros de la aristocracia que la Revolución Francesa los había dejado sin marco laboral. La hotelería comienza casi paralelamente, pero su expansión se referencia a la aparición de los ferrocarriles y sus grandes estaciones, pero ambos irán en forma integrada y se complementarán en esta etapa inicial, en la medida en que los acompañan otros avances más en materia técnica.

No es casual que tanto la gastronomía como los vinos y los futuros hoteles, se hayan revolucionado entre los siglos XVII y XVIII, ya que el aumento de la productividad y la riqueza trajeron aparejado en el capitalismo, en las grandes capitales de estos países, la emergencia de dos símbolos epigramáticos de la reproducción social, "la mesa, ícono de una minoría pudiente que reúne la alimentación saludable con las buenas costumbres, la higiene con la cortesía y el gusto con la saciedad". "La cama, ámbito reducido material y espiritualmente de una mayoría necesitada capaz de reproducir su existencia miserable y la fuerza de trabajo perdida durante la jornada laboral" (Bruera, 2006: 18).

Estos son los temas iniciales, faltarían los más complejos como el desarrollo de las islas en el mundo, su colonización y la inserción del turismo pionero cuyos rostros más emblemáticos son el caso de Hawái y Tahití. El nuevo colonialismo de fines del XIX tendrá un aliado muy grande en los transportes, el turismo y los hoteles como expresión de la modernidad en el mundo, lo que lleva a los países a promover hoteles y restaurantes de lujo para los visitantes.

Las grandes reformas urbanistas del siglo XIX inciden en la sociedad y así comienzan a crecer los grandes almacenes del nuevo París de la segunda mitad del siglo XIX; en 1876, John Wanamaker abre la primera tienda departamental; en 1896, Henry Siegel inaugura en New York, una gran tienda de seis pisos y armazón de acero, rematada en una torre de 60 metros de altura; la batalla por asombrar con un gran espectáculo había comenzado.

Esta nueva sociedad que ya consume como demostración de poder requiere cada vez de la teatralización, que de paso sirve para que en los paseos de compra se transformen en verdaderas entretenciones, así en 1893 en Le Bon Marche se reproduce una escena del patinaje en el Bois de Boulogne; 1909, un paisaje del polo norte y luego de Juana de Arco.

Los carteles, los prospectos, los rótulos luminosos, los desfiles de moda y el arte de los escaparates han promovido la nueva economía del deseo: al reducir la relación táctil con las cosas, pero intensificando la relación visual, transformando a los paseantes en mirones compulsivos, promovieron el imaginario de la incipiente sociedad del consumo, difundieron imágenes de la "vida bella", mediante fantasías del paraíso materialista.

A mitad del siglo emerge la fotografía que revolucionará al turismo; así el paisaje puede ser fijado, puede ser impreso y ser deleitado por muchos a la vez.

La primera gran guerra cerró una etapa de libertad total en París, la capital cultural del mundo occidental, y en el entierro iba el cuerpo aún caliente de los últimos bailes de la noche anterior de una época, la de la Belle Époque.

2.3 El Período Entre-Guerras (1914 – 1945)

La entre-guerras tiene tres grandes avances: los transportes, entre ellos el avión de pasajeros y el nacimiento de sus primeras líneas mundiales como la Pan American, expresión del nuevo neocolonialismo asociado en muchos casos al turismo.

El segundo es el desarrollo del automóvil y su impacto en la familia y en otras formas de viaje como el excursionismo, la bicicleta y la moto complementan la amplia gama de opciones del hombre para moverse, para poder viajar, conocer y disfrutar.

El tercero son las dos guerras como expresión de lo peor del pensamiento del siglo, que trajo aparejado, el uso político del turismo por el fascismo italiano, el nazismo, el comunismo de la URSS, el franquismo, el estado nuevo en Portugal y, en América, el más conocido fue el peronismo con un gran desarrollo del turismo interior como su nueva oferta a una clase media obrera que estaba emergiendo.

El colonialismo crece, el capitalismo se impone y enfrenta a una alternativa, el socialismo de Estado en la URSS, pero al final triunfa, pero todo va a consolidarse

en la próxima etapa donde Estados Unidos pasa a ser la potencia mundial hegemónica.

2.4 El Fin del Viaje: de la élite a las masas (1945 - 1990)

En la última etapa se desarrollan temas que anteriormente se habían tomado pero, con el cambio de hegemonía mundial, éstos se transforman y los podemos resumir en los siguientes temas.

Primero, la descolonización y la recolonización turística de la mayoría de las islas del mundo, una gran parte bajo control de Estados Unidos. Los tres nuevos centros del turismo de masas: el Mediterráneo y sus islas, el Caribe insular y continental y el Pacífico, con el gran centro turístico de Hawái.

El segundo tema es la consolidación del control aéreo de Estados Unidos en los dos niveles: las grandes líneas globales como Pan American y TWA y la fábrica de aviones de pasajeros y carga, imponiendo su idioma como lengua franca en el transporte y sus puertos y aeropuertos como nudos aéreos fundamentales (*hub*).

El tercer tema es la masificación del turismo y la revolución social que ello implicó, desde la revolución femenina a la de la juventud, las transformaciones en las familias, una mayor libertad del sujeto y ruptura del modelo paternalista, al menos en los países centrales.

El cuarto tema es la emergencia de la ecología y su impacto en el turismo, de la Agenda 21 a Smart City, pasando por décadas de lucha para hacer posible un modelo de turismo más sustentable.

El quinto tema es el turismo como producto masivo y el papel de éste en la sociedad y la formación de nuevos imaginarios, que también logran sacarle al turismo la formalidad y al viaje la ritualidad, haciendo de la escapada de fin de semana, no un viaje de descanso sino de consumo intensivo de experiencias.

El sexto tema es la ciudad post-industrial, nuevo escenario o parque temático que se transformaron, como Barcelona o Bilbao, o las nuevas que se crean como Cancún, Dubai, la nueva Macao y Hong Kong, entre otras; la otra cara de la hegemonía en disputa: China – Estados Unidos.

La séptima es la moda como liberación y el consumo como esclavitud, una combinación compleja, pero que forma parte fundamental de la sociedad del consumo, la cual se alimenta del dinero plástico que da el crédito de las tarjetas, un nuevo modelo de esclavitud para el siglo XXI.

La octava es el turismo de masas y sus alternativas, el turismo de menor impacto, que ofrece un ocio diferente, experiencias nuevas y formas de vivir mejores, por un lado y, por el otro, frente a la masividad emerge la nueva forma más exclusiva de la clase premier, en todos los espacios desde el vuelo al hotel, del restaurante a las excursiones, barcos y otros más.

La novena son los retos del turismo frente a sus varios problemas, hoy la gentrificación y la "turismofobia", el cambio climático y la resistencia de los pueblos originarios al nuevo colonialismo.

El décima es una reflexión sobre lo que viene, porque el turismo cambia radicalmente de generación en generación y ya entramos en la tercera de la era masiva, que se espera sea la que reciba el impacto de la cuarta revolución industrial y la reducción del empleo, frente a un aumento de los viajeros.

3 CONCLUSIONES

Este texto ha intentado ser un camino de varios siglos a fin de poder entender el origen, el desarrollo, la ocupación, el papel que juega en el sistema, los beneficios y los grandes problemas que presenta el turismo, una de las mayores actividades globales.

Consideramos que el turismo emerge como actividad económica con el desarrollo del capitalismo a comienzos del siglo XIX y evoluciona en diferentes etapas, acompañando el desarrollo del capitalismo hasta la mitad del siglo XX. Allí se dan dos elementos básicos: por un lado, Estados Unidos asume como potencia hegemónica mundial y, por el otro, las viejas potencias coloniales comienzan el proceso de descolonización.

Una vez más el turismo jugará un papel fundamental en este proceso, básicamente en las colonias insulares tanto del Caribe, como del Pacífico y el Índico, que eran territorios sobreexplotados y sin infraestructura para entrar al mundo moderno. El turismo fue el camino tomado para reestructurar las economías neocoloniales e integrarlas al sistema capitalista global.

Por otro lado, la sociedad de consumo que emerge transformará el turismo, que inicialmente era un derecho en un producto de consumo cada vez más intensivo, pasando esta actividad a ser fundamental en esta sociedad dominada por el consumismo.

Así, en dos siglos, el turismo se adecuó a las transformaciones del capitalismo y ha jugado un papel fundamental en las transiciones y transformaciones de las excolonias. Hoy el turismo abarca todos los países sin excepción, lo que lo hace uno de los motores más estables y de crecimiento continuo del capitalismo global. El turismo se encuentra en el centro de la sociedad de consumo y se pasó de la vieja concepción del turismo como descanso y hoy emerge como consumo de experiencias.

REFERENCIAS

- Arnaiz B., Stella M. & Alfredo César D. (2009). *Geopolítica, recursos naturales y turismo*. Una historia del Caribe mexicano. México. Universidad de Guadalajara.
- Berrick S., Saúl (1988). *Industrialización: el caso británico*. En D.S. Landes, P. Mathias, G. Mori, J. Nadal, S.B. Saul. La Revolución Industrial. Barcelona. Crítica.
- Bruera, Matías (2006). *La Argentina fermentada*. Vino, alimentación y cultura. Argentina. Paidós.
- César D., Alfredo, Stella M. Arnaiz B. y Fernanda César A. (2017) *Capitalismo, Sociedad y Turismo*. México. Universidad de Guadalajara.
- Hinkelammert, Franz (1970). *El subdesarrollo latinoamericano*. Un caso de desarrollo capitalista. Chile. Ediciones Nueva Universidad - Universidad Católica de Chile.
- Jarrasse, Dominique (2002). La importancia del termalismo en el nacimiento del turismo en Europa en el siglo XIX. *Historia Contemporánea*, núm. 25, pp. 33-49. España.
- Knebel, Hans-Joachim (1974). *Sociología del turismo*. Cambios estructurales en el turismo moderno. Barcelona. Editorial Hispano Europea.
- Maddison, Angus (2002). *La economía mundial*. Una perspectiva milenaria. Madrid. OCDE - Ediciones Mundi-Prensa.
- Mathias, Peter (1983). Introducción. En Mori, Giorgio. *La Revolución Industrial*. Barcelona. Crítica.
- Wallerstein, Immanuel (2003). *El moderno sistema mundial*. Tomo I. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México. Siglo XXI Editores.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 22/04/2018; Aceito/Accepted: 31/07/2018; Publicado/ Published: 25/11/2018.

Texto original/ Original paper. Seção revisada por pares / Double bind review section.

TOURISM IN THE SUSTAINED HEGEMONIC NEOLIBERAL ORDER

Dominic Lapointe*

Bruno Sarrasin**

Cassiopée Benjamin***

Abstract: Sustainable Development (SD) has become a unifying concept that transcends conflicting discourses. Over time it has become a fundamental political concept in the current world order. This paper explores the structures that (re)produce the world-system in which tourism is embedded. Following Fletcher's (2011) demonstration of tourism as a force of capitalist expansion, we will refer to the concept of the International Political Economy (IPE) to discuss how the world-system has been structured and institutionalized. It appears fundamental to understand this path to face the actual IPE construct in which we see tourism grow year after year in scale and scope. The shift towards neoliberalism as a main narrative has been vastly discussed (Harvey, 2007; Brown, 2015; Mosedale, 2016) but we will turn to the Hardt and Negri's *Theory of Empire* (2000). We will first consider the question of how sustainable development, within its virtuous global reach, is in fact, a primarily Empire-like discourse, especially when it is carried by International deterritorialized institutions. The second question we will address is the role of tourism in the moments of Empire processes of transformation and globalisation. We conclude that tourism is contributing to the main process of globalization and the market dominance of neo-liberalism expressed in Empire. If there is different strand of thought and research that advocates tourism and sustainable development as a locus of change in the economic and world system, it has only had limited success at the margins, while discourses of globalization and mass tourism keep going strong.

Keywords: Tourism industry, International political economy, Empire, Biopower.

O TURISMO NA ORDEM HEGEMONICA NEOLIBERAL SUSTENTADA

Resumo: O Desenvolvimento Sustentável (SD) tornou-se um conceito unificador que transcende discursos conflitantes. Com o tempo, tornou-se um conceito político fundamental na atual ordem mundial. Este artigo analisa as estruturas que (re)produzem o sistema mundial no qual o turismo está inserido. Seguindo a demonstração feita por Fletcher (2011) sobre o turismo como uma força de expansão capitalista, vamos nos referir ao conceito de economia política internacional (IPE) para discutir como o sistema mundial foi estruturado e institucionalizado. Parece fundamental entender esse caminho para enfrentar a construção real da IPE, na qual vemos o turismo crescer ano após ano em escala e escopo. A mudança para o neoliberalismo como uma narrativa principal tem sido amplamente discutida (Harvey, 2007; Brown, 2015; Mosedale, 2016), mas vamos nos voltar para a *Teoria do Império* de Hardt e Negri (2000). Consideraremos primeiramente a questão de como o desenvolvimento sustentável, dentro de seu alcance global virtuoso, é, na verdade, um discurso primariamente de império, especialmente quando é levado por instituições internacionais desterritorializadas. A segunda questão que abordaremos é o papel do turismo nos momentos dos processos de transformação e globalização do Império. Concluímos que o turismo está contribuindo para o principal processo de globalização e o domínio do mercado do neoliberalismo expresso no Império. Se existe uma linha diferente de pensamento e pesquisa que defende o turismo e o desenvolvimento sustentável como um locus de mudança no sistema econômico mundial, isso só teve sucesso marginalmente, enquanto os discursos da globalização e do turismo de massa continuam fortes.

Palavras-chave: Indústria do turismo; Economia política internacional; Império; Biopoder.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

EL TURISMO EN EL ORDEN NEOLIBERAL HEGEMONICO SOSTENIDO

Resumen: El Desarrollo Sostenible (SD) se ha convertido en un concepto unificador que trasciende discursos en conflicto. Con el tiempo, se ha convertido en un concepto político fundamental en el orden mundial actual. Este artículo analiza las estructuras que (re)producen el sistema mundial en el que está integrado el turismo. Después de la demostración de Fletcher (2011) del turismo como una fuerza de expansión capitalista, nos referiremos al concepto de economía política internacional (IPE) para analizar cómo se ha estructurado e institucionalizado el sistema mundial. Parece fundamental comprender este camino para enfrentar el verdadero constructo de IPE en el que vemos que el turismo crece año tras año en escala y alcance. El cambio hacia el neoliberalismo como narrativa principal se ha discutido ampliamente (Harvey, 2007; Brown, 2015; Mosedale, 2016), pero pasaremos a la *Teoría del Imperio* de Hardt y Negri (2000). En primer lugar, consideraremos la cuestión de cómo el desarrollo sostenible, dentro de su alcance global virtuoso, es de hecho, un discurso primordialmente parecido al Imperio, especialmente cuando es llevado por instituciones internacionales desterritorializadas. La segunda pregunta que abordaremos es el papel del turismo en los momentos de los procesos de transformación y globalización del Imperio. Concluimos que el turismo está contribuyendo al proceso principal de globalización y al dominio del mercado del neoliberalismo expresado en el Imperio. Si existe una línea diferente de pensamiento e investigación que aboga por el turismo y el desarrollo sostenible como un locus de cambio en el sistema económico mundial, solo ha tenido un éxito limitado en los márgenes, mientras que los discursos sobre la globalización y el turismo de masas continúan siendo sólidos.

Palabras clave: Industria del turismo; Economía política internacional, Imperio, biopoder.

* Professor of tourism and tourism development at the department of urban and tourism studies at Université du Québec in Montréal/ UQAM. He holds a Ph.D. in regional development from Université du Québec in Rimouski. Responsible of the Groupe de recherche et d'intervention tourisme territoire et société, he works on the production of tourism space and its role in the expansion of capitalism. His recent researches focus on climate change, social innovations and indigenous tourism in peripheral areas, all of them using a critical geography perspective. He is also the actual director of the undergraduate programs in tourism and hospitality management at UQAM.

** Chair of the Department of Urban and Tourism Studies at the University of Quebec in Montreal, he led the tourism and hospitality management program and the French speaking tourism research journal Teoros. Author of some fifty scientific and transfer publications, he has presented several conferences on international tourism issues. He is particularly interested in the socio-political analysis of nature-based tourism, especially in developing countries.

***Master degree student in Tourism development à UQAM. Her researches are on decolonization, resurgence and indigenous tourism.

1 INTRODUCTION

Sustainable Development (SD), as noted by Jacob (1999) nearly twenty years ago, has become a unifying concept that transcends conflicting discourses. Over time it has become a fundamental political concept in the current world order. Consensus on the apparently irrefutably virtuous nature of the concept reached new heights, in spite of nearly two decades of critique, in 2015, with the unanimous acceptance of the Sustainable Development Goals (SDG) at the general assembly of the United Nations.

Although UN documents tend to be highly enthusiastic on the matter, the mitigated results of the previous Millennium Development Goals call for some caution. Rather than evaluate the actual impacts and reach of the UN SDG goals, *this paper proposes to explore the structures that (re)produce the world-system in which tourism is embedded.*

Following Fletcher's (2011) demonstration of tourism as a force of capitalist expansion, we will refer to the International Political Economy (IPE) to discuss how the world-system has been structured and institutionalized. It appears fundamental to understand this path to face the actual IPE construct in which we see tourism grow year after year in scale and scope. Using the regime theory, we will unfold the rules and conditions of the emergence of the world system within the era of development (1945-1989), its role in the transformation of politics and capital, and the evolution of international institutions like the International Monetary Fund (IMF) and the United Nations World Tourism Organization (UNWTO).

In 1989, the world system underwent a major transformation due to the collapse of the Eastern Bloc and the concurrent acceleration of the neo-liberal revolution that was taking place in the core countries of the hegemonic western economic system, the United States and the United Kingdom. This transformation greatly impacted the IPE and was particularly influential with regards to the narratives at play in the construction of meaning in this new era. The shift towards neoliberalism as a main narrative has been vastly discussed (Harvey, 2007; Brown, 2015; Dachary, 2015; Mosedale, 2016) but we will turn to the Hardt and Negri's Theory of Empire (2000), to expose the transformations of the process of the (re)production of society in the post-1989 global order and global market. With a first glance at the pillar of the Theory of Empire, we will focus on the

three moments of (re)production of the Empire: *integration, diversification and management.* This three moments working simultaneously and dialectically expose the changes from the post-war IPE Regime, to the transformation of Nation-State in the embedded liberalism to finally arrive at the Empire.

Then we will consider the question of how sustainable development, within its virtuous global reach, is in fact, a primarily Empire-like discourse, especially when it is carried by International deterritorialized institutions of the IPE. The second question we will address is the role of tourism in the moments of Empire processes of transformation and globalisation. This deconstruction of will leads us *to propose a composite reading where tourism in the hegemonic project of sustainability is a manifestation of capital accumulation (Fletcher, 2011) in a neo-liberal project (Mosedale, 2016).* This neo-liberal project, through biopolitics (Foucault, 1979; Hardt & Negri, 2000), is the foundation of a relational organization of social relationships in the politically diffused hegemony of the Empire via market governance (Brown, 2015). To begin, we will address the role and the condition of emergence of our IPE world-system.

2 THE INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF) AS AN ARCHETYPE OF THE INSTITUTIONALIZATION OF NEOLIBERALISM'S INTERNATIONAL REGIME

The political economy of international relations is part of a debate that, since the end of WWII, has generated several currents that focus on the role of the state, the growing influence of non-state actors and the ideologies and strategies associated with resource allocation (Gilpin 2016, 2001, Morton 2003, Agnew 1995, Cox 1995, Baldwin 1993).

Through a syncretic approach, we will illustrate the international political economy and the hegemonic role of some stakeholders in developing a model of global economic organization. Our approach will be based on the contributions of the neorealist current, for which we will provide a brief historical review, in order to identify the key structural elements of the international economic system which conditions the orientation of the flows and the asymmetry of trade. This step will be supplemented by a critical reading that highlights the role of tourism in this context.

For neorealists, an international regime is composed of rules, norms, principles and procedures that help to establish agreements between stakeholders, based on the collective interests that bring them together (Kehoane, 2005 1982, 1980). Consequently, within a neorealist framework, the postwar economic order instituted by the Bretton Woods Agreement in 1944 constituted an international regime.

In the neorealist posture of Regime Theory, the principal members of the international system are formed by sovereign states, even though the dynamics of these regimes are largely influenced by private entities (Young, 1999; 1991; 1982). The Bretton Woods Agreement responded to these characteristics and institutionalized the post-war compromise by creating organizations that established and responded to the needs of a new regime (Ruggie, 2008, 2002, 1982).

The International Monetary Fund (IMF) is one of these institutions. If we consider the IMF to be a specific regime that exercises the mandate entrusted to it at the time of its creation, it is clear that it is not the only player at work in the international financial and monetary sectors. For example, central banks also play an important role in international financial and monetary relations, and the World Bank, like the World Trade Organization (WTO), is closely linked to IMF activities. Multinational firms, investment banks and investment companies are also key players that influence the magnitude and effects of financial and monetary flows.

However, of all of the entities at work in these sectors, only the IMF is an original creation of the Bretton Woods Agreement, and so, no organization had ever played this specific role until the new economic order of 1944 was created. The creation of the IMF responded to an unmet need, that of managing, financing and controlling international financial and monetary exchanges, a role that had, until that point, never been institutionalized. In the following lines we will show how the creation of the IMF represents the institutionalization of neoliberalism as an international regime. It is the birth of a truly deterritorialized international institution.

Oran R. Young (1999, 1991) distinguishes three types of regime, according to how they are formed:

spontaneous, negotiated and imposed. Although the elements that led to its development as a regime were formally negotiated and adherence to the IMF's regime is voluntary (which is, in effect, proof that members freely abide by its operating rules), the implementation of its normative structure is not the result of negotiations between all of its members. This reading joins the current of the heterodox political economy carried by Stephen Gill (1991, Gill and Law, 1988) and Robert W. Cox (1995) which suggests that within hegemony

“dominance is obscured by achieving an appearance of acquiescence [...] [It is] an internalized coherence which has most probably arisen from an externally imposed order but has been transformed into an intersubjectively constituted reality” (Cox, 1994: 366).

The Bretton Woods Agreement and the resulting international organizations (IMF and World Bank) are negotiated regimes, certainly, but they were negotiated by two major economic powers eager to initiate a new economic order to meet their interests first and foremost.

The two powers in question are evidently the United Kingdom and the United States. The first, upon realizing the impossibility of maintaining its lead role in hegemonic power, one that it had occupied throughout the 19th century, had to transfer leadership to the second, which has occupied the role de facto since the end of WWI, but more completely since the end of WWII. The transition was achieved through mutual understanding, due to a common generative grammar, a set of principles and norms that form a common worldview for a group of states and that serves to regulate international relations (Ruggie, 2002, 1982).

The current generative grammar emanates from a worldview based on political and economic liberalism. It is thanks to this common generative grammar that the transfer of control from one power to another has been possible under conditions of cooperation and recognition of mutual interest. Under these conditions, the regime established in 1944, even if it has the appearance of being negotiated, cannot be dissociated from the explicit participation of the United States as a stabilizing hegemonic power.

The theory of hegemonic stability states that the concentration of power in the hands of a dominant

state facilitates the development of a “strong” regime and, on the contrary, the fragmentation of power is associated with the collapse of the regime. Concentration of power thus produces an effect of stability and continuity, and this is precisely the role played by the United States in shaping and maintaining the post-war economic order (Keohane, 2012; 2002; 1982).

This is what Oran R. Young (1999, 1982) calls “de facto imposition,” where the dominant actor is able to promote institutional arrangements that are favorable to it, by applying flexible forms of leadership and manipulating various incentives. It was precisely the role played by the United States in shaping the post-war economic order that led, not to real negotiation between the two Anglo-Saxon powers, but to imposition without any major concessions, from the White Plan to the Keynes Plan. Young (1999, 1982) points out that some plans that offer the appearance of being negotiated regimes are, actually, de facto orders.

The negotiations behind the development of the plan are often heavily influenced by an unequal distribution of bargaining power. And even if a negotiated order is fair in principle, in several cases (the IMF included), the establishment of the regime or its management is based on an unequal power relationship. In this sense, we affirm that the Bretton Woods regime did not result from genuine negotiation among the actors that compose it and that although its membership remains voluntary, the regime is in fact imposed. While it is true that this regime is not imposed by force, the refusal to subscribe to the international economic structures that underlie it (disconnection) has become increasingly difficult since the neoliberal counter-revolution, even impossible since the fall of Berlin Wall (Todaro, 1989).

The IMF has been able to weather multiple political and economic crises over the past 75 years as it represents the archetype of the institutionalization of neo-liberalism and, although it is no longer as influential as it was when it was initially created, it continues to contribute to the reproduction of a relationship regime based on the hegemonic position of the United States in the aftermath of WWII.

2.1 The Main Factors Behind the Creation of the IMF as a Regime

The IMF was born of a “compromise” between the UK-backed Keynes Plan and the USA’s White Plan, both devised to increase international monetary and financial cooperation to avoid the emergence a new world conflict (Ruggie, 1982). The Keynes Plan, designed by the British economist John Maynard Keynes, proposed the creation of an international bank, the International Clearing Union, whose monetary unit, the Bancor, would be granted in credit to deficit member states. The White Plan, developed by the USA’s lead negotiator, Harry Dexter White, in a way, advocated the return to the gold standard, by the creation of an international currency, the unitas, which was neither more nor less than a dollar standard convertible into gold.

The Keynes Plan, considered by the Americans to be too expansionary, was strongly motivated by the intention of the British to revive their economic activity. The White Plan highlighted the dominant role of the United States, which at that time had two-thirds of the world’s gold reserves. The different interests underlying the two plans may have sparked some debate, but they nevertheless had several points in common, such as the rejection of bilateralism, the rejection of discriminatory practices, the necessity of monetary cooperation and the search for control over the international movement of capital (Fontanel, 2005, 1981). The Bretton Woods Agreement is therefore the result of a compromise that was advantageous for the United States, even though, in hindsight, Keynes’s ideas have had a long-lasting and undeniable impact on the economic policies of capitalist states.

The IMF is one of the institutions resulting from this compromise. It lays the foundations for the post-war international monetary system, which is based on the following objectives, drawn from Article 1 of its statutes:

“[...] to manage, finance and control the international economic order, by promoting the following: international monetary cooperation; the harmonious growth of international trade; the improvement of exchange rate stability; the establishment of a multilateral system for the settlement of current transactions and the elimination of exchange restrictions that hinder international trade; and by reducing the duration and degree of disequilibrium affecting the balance of payments of the member countries, by making financial resources available to them for a limited period (Fontanel, 1981 : 100).

Through these objectives, the IMF is committed to promoting the liberalization of trade and, through the mission at the origin of its creation, it participates in a greater integration of its members into the capitalist world economy.

2.2 The Rules, Standards and Decision-Making Processes that Condition the IMF as a Regime and the United States as a Hegemonic Power

The collective interests that bring states together in the IMF concern, as we have said, the rejection of bilateralism and the search for stable international cooperation in the financial and monetary fields. Heterodox political economy suggests that states are a result of, influence and are influenced by the constantly changing social forces that shape the resulting forms of power and their possible reproduction (Morton 2003, Cox 1995). We will return to this dialectic in the course of the article after having first analyzed the “structural” capacity of an institution such as the IMF to produce a discourse on the problems and solutions associated with the political economy, thus contributing to the consolidation of the hegemonic role of certain stakeholders.

As Keohane's definition supports, the IMF is composed of particular rules and standards that govern its operation. As Regime Theory suggests, admission to the IMF is restricted to nation-states. The “membership resolution” establishes a new member's share, which in turn determines their membership contribution, the amount and the method of circulation it is allowed, and the number of votes it has. The hegemonic position of the United States, to which we have referred, is reflected in the IMF in the number of votes proportional to the quota assumed by the country. Since its creation, the United States has always been the country with the largest number of votes (and not the majority), giving it unparalleled influence within the structures of the institution.

The structure of the IMF is defined by the first section of Article XII of its statutes. It is made up of a Board of Governors, an Executive Board, a Managing Director, and the staff necessary for its operation. Although all member countries are represented on the Board of Governors, which is mandated, once a year, to deal with the most important issues (new memberships, revision of shares, etc.), only a few

countries are assured a seat on the Fund's Executive Board, which, as the name implies, is the institution's true executive body. Until 2016, the five member countries with the highest share of quotas were entitled to seats on the Executive Board, thus securing the position of the United States.

These conditions have consistently reinforced the hegemonic role played by the United States since the institution's establishment. The IMF's mandate to join the collective interests of the international community and its operating structure have allowed it to definitively establish itself as an international regime with rules and principles that promote the liberalization of trade and economies, and the reproduction of a monetary and financial order based on capitalism and “market forces.” Moreover, it is not only a transformation of the economic regulation, it opens up a form of cultural transformation where market forces become extended to the fabric of society (Brown, 2015), the Structural Adjustment Policies of the IMF being a core transformation in this sense.

2.3 Post-War Liberalism and the End of a Model: structural adjustment policies as “instruments” of the Regime

Robert Gilpin (2016; 2001) argues that the Bretton Woods Agreement marked a fundamental shift in social, political and economic goals from those that preceded them. If, indeed, the period of the gold-exchange standard and the ideology of *laissez-faire* that prevailed in the 19th century subordinated domestic stability to international standards, the period between the two World Wars reversed these objectives. It seems, however, that the post-war economic order of Bretton Woods, attempted to bring the two ideologies together. This is what Gerard Ruggie (2008, 1982) calls the compromise of embedded liberalism.

This economic order could be summarized as follows: “directed” national economies operating in a “liberated” international economy. At the time, liberalism had to prevail in international trade to stem communism, but also to avoid another depression like that of the inter-war period, which had been caused by exacerbated protectionism and a shortage of economic exchanges. Although emerging from the neorealist current of international political economy, the heterodox mainstream recognizes the heuristic value of this notion in characterizing the prevailing

conditions of the time (Morton, 2003; Gill, 1991; Gill and Law, 1988).

The originality of the postwar compromise was that it simultaneously advocated for the liberalization of international trade policies and deliberately interventionist national economic policies. At the international level, the creation of the IMF, the World Bank, and, later on, the signing of the GATT and the creation of the WTO, represented the institutionalization of an international economic order based on the principles of liberalism. Therefore, from the beginning, there has been a certain contradiction within embedded liberalism, an approach that was greatly influenced by Keynes, particularly because of the parallel application of two models – liberalism abroad, and interventionism at the national level – making it difficult to consistently enforce the distinct rules that apply to each approach. Indeed, Keynes encouraged the state to intervene (and thus to borrow as needed) in order to make productive investments or to support income and consumption. The application of either of these policies was in any case aimed at creating full employment. It seems, however, that governments have applied both types of policies at the same time. Moreover, this expansionist strategy was based on the maintenance of rapid and sustained economic growth, as it had been since the end of the WWII and which “was now self-evident” in most countries of the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 1987).

By the end of the 1960s, however, at a time when economic performance seemed to be at its peak, certain obstacles threatening the sustainability of this growth emerged. In general, this period was marked, particularly in Europe, by the beginning of social changes (wage increases, for example) that gradually reduced company profit margins. At the international level, the end of the 1960s was characterized by a slowdown in the growth of world trade, which had been maintained at a high level since the implementation of the Marshall Plan and had favored the consolidation of liberalism through a growing interdependence between states. The main consequence of these changes in the international economic situation was the exacerbation of the budgetary imbalances that ultimately led to the collapse of the Bretton Woods System when US dollar’s convertibility to gold was officially suspended in 1971 (Gilpin, 2001).

3 THE OIL CRISES: AT THE ORIGIN OF A NEW ECONOMIC ORDER

The 1970s marked the decline of the compromise of embedded liberalism as the world had known it for twenty-five years. The OECD notes that this period was marked by a lack of coherence between macro and microeconomic policies (Van Lennep, 1984). Under these shifting conditions, the principles of economic liberalism gradually began to take hold and influence national government policies in the same ways that they had operated on an international level.

While the first oil crisis of 1973-74 undeniably marked a decisive turning point in the break-up of economic growth, we believe, like Manuel Guitián (1981), that the oil crisis merely amplified strong, pre-existing inflationary pressure that led most countries into severe recessions. Indeed, the expansionary policies that states had been implementing since the aftermath of WWII and the growing interdependence of trade liberalization had made national economies vulnerable to changing international circumstances. The fourfold increase in the price of oil in the early 1970s aggravated the balance of payments deficit in non-oil-exporting countries and plunged them into accelerated debt. This indebtedness was all the more rapid as most countries, encouraged by the increased availability of easily accessible petrodollars on the financial markets, continued to apply the same inflationary policies throughout the 1970s.

Although the period between 1975 and 1979 marks the beginning of changes at this level in some countries, particularly among OECD members, few countries went so far as to change their economic policies. The second oil shock of 1979-82 put a definite end to the compromise of embedded liberalism by once again sending the international community into a deep economic slump. The diagnosis of a structural crisis in the Keynesian model was therefore due to a break in productivity growth, repeated inflationary pressures and a malfunction in the international monetary system that called for a readjustment of economic policies and the postulates on which they were based (Gilpin, 2016, 2001; Todaro, 1989).

If the IMF, in its international monetary and financial regime role, did not immediately disintegrate following the changes that led to the erosion of the dominance of the United States at the

international economic level, it is that the “de facto imposed order,” of which the IMF was the institutional incarnation, was still based on a compromise that brought together the interests of the major industrialized countries.

Thus, unlike empires that collapse with the decline of their domineering power, the IMF has maintained itself as a regime because it was the subject of a consensus, at least among the major capitalist powers. When there is an erosion in the concentration of economic power, as was the case between 1970 and 1980, and the “strength” of the international regime follows this same trend, John Gerard Ruggie (2002, 1982) argues that the plan’s “instruments” also have to change. However, as long as the relevance of the regime is maintained in the international community, there is no reason for the normative structure of the regime to change as well. In other words, the rules and procedures (instruments) will change, but the principles and norms (normative structure) will not.

Thus, in the same way that changes in the 1970s ordered an adaptation of the rules of the regime, which led to its statutes being amended twice, the conjunctures and the violent economic crisis of the early 1980s commanded a new adaptation of the “instruments” of this regime. The promotion of a neo-liberal ideology from this period began in earnest with this new stage, which marks the end of embedded liberalism.

The period also corresponds to an attempt to reaffirm the leadership of the two Anglo-Saxon powers at the origin of the post-war economic order and, in particular, to re-establish the United States as a hegemonic power. This attempt was accompanied by massive arms investments and the remarkable economic recovery of the Americans, financed largely by an increase in foreign debt, with the financial support of the Japanese.

If we consider these elements as an attempt by the United States to regain its hegemonic position on the international stage, Reaganomics, even if they managed to revive growth in the mid-1980s, have definitely contributed to the economic decline of the United States by saddling it with unprecedented levels of debt (Gilpin, 2016; Keohane, 2012, Gill & Law, 1988).

3.1 The Influence of Monetarist Theory and the Economics of Supply

The advent of the neoliberal “turn” raises the increased importance of theories such as monetarism and the supply economy as the new ideological bases of liberalism. For Monetarists at the Chicago School, such as Milton Friedman and Friedrich Hayek, “the state must limit itself to providing a stable framework for market operations” (Beaud & Dostaler, 1993). We must therefore allow competition to determine the value of currencies and prices. The state lets market forces decide and the only actions required of it are programming the growth of the money supply according to demand and fighting inflation by raising interest rates. Supporters of the supply economy, such as George Gilder (2012, 1981), go even further by referring to Adam Smith and Malthus to condemn state social intervention. In fact, there is a call to reduce the state’s tax burden, for cutbacks in social policies and for radical economic deregulation.

These two main streams of economic thought form the basis of what has been called the neoliberal doctrine. It is clear, however, that this doctrine has never been applied in a totally orthodox way, in the same way that there has never been an orthodox application of Keynesianism, which has been unevenly applied in different countries. The two countries associated with the neoliberal turn are, of course, the United Kingdom and the United States, with the coming into power of Margaret Thatcher in 1979, and Ronald Reagan in 1981.

These two governments insisted, as soon as they arrived, on implementing shock therapy that focused on privatization, deregulation, and a reduced role of the state in restoring and enabling sustained growth. It also establish free-market and competition as core values, changing the role of nation- state but also of private stakeholders, moving towards a privatization not only of many functions of the State but also of the very basis of life and its reproduction, like health, education and security, the needs of the market, especially of the transnational corporations, become the imperative of development and policy-making (Brown, 2015; Harvey, 2007).

The American and British approach led to economic adjustment measures at the international level. Indeed, if the major Western countries realized that they could no longer encourage an expansionist model without sinking indefinitely into debt, it is clear

that the Third World countries were not in a better position to reproduce another ten years of interrupted growth, a condition considered essential for the development of their economies (Killick & Sutton, 1982). It was therefore necessary to adjust (IMF, 1989).

Although some countries began adjusting their economies in the 1970s, it was only in the early 1980s that the IMF emerged as the main proponent of the international neoliberal economic model (IMF, 1987). Strongly influenced by the prominence of the United States in this institution, the IMF put forward adjustment programs aimed at restoring the macro-economic equilibrium of its member countries (Nelson, 1990). This economic adjustment, applied jointly by the IMF and the World Bank in the so-called “developing” countries, corresponds to a change in the “instruments” of the regime, and represents, for Nancy Bermeo (1990), a short-term objective of many facets of economic liberalization.

Adjustments rely on a small number of principles drawn from the liberal doctrine and neoclassical economic theory that can be summarized in three themes: comparative advantages, monetarism, and the privileged role of private enterprise. Trade liberalization is also part of the structural adjustment process. By eliminating quantitative restrictions and lowering tariffs, countries are encouraged to extrovert their economies and maintain their comparative advantages, which is reflected in the reproduction of an international division of labour.

All these structural change efforts aim to create greater economic openness and have come to overshadow the definition of economic liberalization, which represents generalization of the concepts of the market economy and contributes to the reproduction of the hegemonic position of the actors in the market who founded the international regime.

3.2 Empire or the Blueprint of a Decentered and Deterritorialized Political World

It is in this historical and ideological context that the IMF and the World Bank, but also the World Tourism Organization and, more generally, the United Nations, encourage tourism, which presents a possible alternative to the problems of developing economies, characterized, *inter alia*, by a structural

deficit in their balance of payments. To this end, “the policy of encouragement led by the World Bank and its subsidiaries in the 1960s for the inclusion of tourism in development plans has convinced the countries still hesitant” (Sid Ahmed, 1987).

In addition, the many difficulties encountered in industrialization efforts and the slowing down of international aid have pushed the countries of the South to look for new sectors that require little capital and have the potential to generate more. Based on the noteworthy success of some European countries (like Spain and Portugal) that relied on tourism for new currency inflows to help rebuild their economies following WWII, the tourism sector seemed to be able to meet this development objective

Therefore, the neoliberal turn described earlier is also a transformation of the world system and how it (re)produces society (Dachary, 2015). Indeed, if tourism development as promoted by these international institutions is done through the relationship in which countries from the South accept the hegemony and sacrifice part of their independence and sovereignty, tourism is also a worldmaking activity (Holinshead et al. 2009) inside the reproduction of the new world system.

To describe this new world system that emerged after the Cold War, Hardt and Negri (2000) put forth the theory of the Empire, “an enigmatic totality of money, power and culture” (Balakrishnan, 2003). This work suggests that Empire is constructed on a decentering of power through a deterritorialization of politics and culture, to create a smooth space of power (Keucheyan, 2013). In this smooth space, the nation-states are transformed into tools of coordination of production and accumulation (Hardt & Negri, 2000; Keucheyan, 2013).

It is important to note that within this framework, the concept of empire is different from the imperial project. Empire is a large encompassing set of worldmaking processes that redefine the role of states, markets and cultures, while the imperial project was a competition between imperial nation-states who fragmented and exploited the territories under their control. This framework of analysis can be applied to look at the role of tourism in the world system, to investigate why sustainable development and tourism remain core discourses, and to understand the practices that reproduce such discourses.

The global stakeholders, for Hardt and Negri (2000), structure their power in three parts: monarchy, aristocracy and democracy. The monarchical bodies include the United States as hegemon, the G8, international organizations like the IMF and the World Bank, and the implementors of the Washington Consensus. The aristocratic entities are primarily multinational corporations, but also nation-states, particularly those with average or weak power that can be restructured by the rules of the monarchic body and for the action of multinationals. Finally, the democratic bodies, that is, the UN and international NGOs, in the role of representing an international civil society. In this last group the UN play a particular role as norm and standard- setter, in a mostly voluntary manner (Weiss, 2015).

One of the main arguments of Empire is about the transformation of sovereignty. Hardt and Negri (2000) observed an emptying of the nation-state through the actions of international institutions and transnational corporations. This was done by transferring power to non-territorialized, even mobile, organisations at the macro-scale power level.

This re-composition of the international political economy system was built around the expansion of the global market. It also involved a return of transcendental power through constructed normative principles like growth, free-market, and sustainable development. Those principles act at the Empire level to strip the multitude of their immanent sovereignty and to empty the nation-state of part of its substance on an international level. This happens in three moments: *incorporation*, *differentiation* and *management*.

Incorporation is the moment where Empire flattens differences into a global form of consensus. It involves removing all conflictual subjectivities to bring the multitude into a smooth space of power where equal consensual directions replace genuine debate and discussion. This smooth space is built within a hegemonic universal, legal and economic order sustained by transcendental principles. For example, the community driven development advocated by the World Bank, which – in theory – aims to empower “the poor” to decide their own path for development (Schilcher, 2007), is a process that normalizes international principles as natural components of any actual path that can be chosen to by the poor and qualifies what being poor and poverty means.

The second phase is *differentiation*. Hardt and Negri (2010) present this phase as the celebration of differences. This celebration is done by conceptualising differences as cultural phenomena and emptying them of their political subjectivities. This emptying is done by the introduction of expanding sets of global recognition and market rules, especially within the international political economy institutions.

Here we borrow from Coulthard (2014), whose critique of recognition can be subsumed into Hardt and Negri’s point (2000). Coulthard explains that in the integration differentiation relationship, recognition works in two ways: first through empirical processes that integrate subjectivities within the set of rule of the Empire, giving them a frame to exist, therefore differentiating them; and secondly by transforming political subjectivities into cultural subjectivities within the Empire order, thereby stripping them of their conflictual political potential to create change and redefine the rules of social reproduction. This also happens as a potential commodification of culture within the global market.

The third phase is *management*. This phase is about management and hierarchization through the development of an economy of command (Hardt & Negri, 2010). The integration and differentiation within the Empire world-system requires more than mere cultural assimilation built on inside/outside and assimilation/exclusion dualities, instead, it operates by managing differential fluxes.

That this equation does not have a unique solution is not really a problem – on the contrary. Contingency, mobility, and flexibility are Empire’s real power. The imperial “solution” is not to negate or attenuate these differences, but rather to affirm them and arrange them into an effective apparatus of command (Hardt & Negri, 2010).

This effective apparatus is an integral part of the international political economy’s world system, and of the biopower involved in the (re)production of an expanding and encompassing market capitalism. By biopower we mean, along with Hardt and Negri:

an intensification and generalization of the normalizing apparatuses of disciplinarity that internally animate our common and daily practices, but in contrast to discipline, this control extends well outside the structured sites

of social institutions through flexible and fluctuating networks. (Hardt & Negri, 2000 : 23).

This control is also embedded in tourism as a social practice. Indeed, tourism involves discursive practices that control internalizing norms, values, prescriptions and proscriptions about what can be done where and by whom (Dann, 1996).

3.3 Sustainable Development in Empire

Sustainable development first appeared in the literature in 1980 in a UICN publication, but the concept gathered speed as a set of blurry normative principles built around an oxymoron with the 1987 publication of the Brundtland report. The success of sustainable development is rooted in its shift from the conservation of “nature” to the conservation of “growth with nature,” and in the fact that it rarely elicits questions about what actual needs are being addressed and whose needs growth is supposed to meet (Sachs, 1999).

It is not a mere coincidence that the era of sustainable development started at about the same time that the Eastern Bloc collapsed. In the face of a changing world, it offered a new narrative to sustain developmental policies and an entirely a new global narrative.

In fact, sustainable development is a typical Empire-like discourse. It is built on a globalized vision of the environment and society and it does not challenge the basis of the liberal world order of market expansion and growth (Sachs, 1999; Jacob, 1999). It offers a solution through a redistribution of growth in a broad deterritorialized discourse where ecological modernization is the solution to different inefficient culturally-based modes of production that harm the environment and society.

Society, embedded in the social pillar of sustainability, is also framed by a deterritorializing discourse of society as a large all-encompassing concept where it is a globalized community of human beings on spaceship earth. This excerpt from Barrett and Farina (2000) in their introduction to a special issue of *Bioscience* on economic and sustainability clearly conveys this construction of sustainable development:

The session provided an excellent opportunity to redefine such transdisciplinary concepts and approaches as sustainability and noospheric, or

total human ecosystem, management. Naveh (2000) suggests that the integration of ecology and economics should be a transdisciplinary goal of the total human ecosystem (Naveh & Lieberman 1994) during the new millennium. Barrett and Odum (2000) predict that humankind working with and residing within ecologically managed landscapes and global systems based on a mutualistic ecologic/economic currency (rather than on the concept of “perpetual growth and expansion”) will be achieved during the coming century (Barrett & Farina, 2000: 312).

Although this excerpt alludes to an alternative to perpetual growth and expansion, their discourse on total human ecosystem management refers to a totally integrated management of humanity as an ecological being. This transforms the sustainability issues from vague normative problems to be managed into the result of conflicting political subjectivities on nature, resources and the structures of exploitation.

Notwithstanding the fact that if such a total conception was desired at the time, it is the very perpetual growth and expansion of the capitalist economy that created this world-system through expansion and geographical division of labour (Harvey, 2007; Brown, 2015). The subsidiarity principle offers a way into place-based initiatives and policies but can be also seen as a differentiation moment where competing cultural preferences can be expressed in time and space, but always in a loop of integration, through management and international agreements and principles.

Regarding tourism and sustainability, Saarinen (2006) stresses the fact that notions of sustainability rarely go beyond the destination level; there are relatively few questions about the growth of the industry. The framing of sustainability is “more concerned with issues and processes limiting or affecting growth and the industry’s future” (Saarinen, 2007:1123). Thus, sustainable development in tourism has been integrated in continuity with the main narrative of development which is productivity, innovation and competitiveness (Jenkins & Schröder, 2013).

As seen with the unilateral adoption of the SDG, there has not been much of a response to the critiques that have been circulating since the first forays into the sustainable development discourse. There was a streak of red sustainability in the 90s (see

Bunkley, 1992), but by the turn of the century, discourses of sustainability as an opportunity to transform the very structure of the society that created the environmental crisis had mostly faded away. As Sharpley (2000:2) reiterated “the inherent ambiguity of the concept is, paradoxically, its strength.

It is evident, then, that a universally acceptable interpretation of sustainable development is unlikely to be forthcoming.” This fuzziness – the difficulty of measuring it, of telling where sustainability begins and ends – constitutes a veritable strength for SD issues; it incorporates discourses from expert debates and critical threshold indicators while removing political subjectivities from the debate.

According to Haughton et al. (2016), as soon as any contestation is recognized and reframed through sustainable development, its political capacity becomes limited. We are therefore in the front of an Empire-like discourse of development, facing consensual deterritorialized reframed politically as a management issue. In the tourism context, where we are facing an international industry based on mobility, development and culture, sustainability is mostly framed by the international agencies as a way to sustain the industry which will then create the environmental and social benefits (Fletcher, 2011). This call for a closer look at the role of tourism as a development strategy.

4 TOURISM AS A DEVELOPMENT STRATEGY

To understand the importance of tourism, especially for the countries in the South, it is essential to place the tourism option in the overall development context. Given the various failures to generate savings and the failure of industrialization policies based on specialization (comparative advantages), problems related to financing, developing, and choosing appropriate industrial sectors to develop remain intact. In these conditions, tourism has often been a key sector for implementing structural adjustment in Southern countries (Dieke 2000, 1995).

Above all, the sector sets out to promote the country's “natural resources,” in the form of a favorable climate, an exotic landscape or access to the sea. The lack of resources and raw materials (mineral resources, for example), that characterizes several Third World countries, motivated them to opt for the tourism sector. In addition, so-called “developing”

countries have an advantage over the comparative costs of tourism goods and services. As prices are lower, these countries can be more competitive in the international tourism market, which encourages tourists to prefer them over industrialized countries for their holiday destinations.

It is also easier to “accumulate capital” thanks to the tourism sector, considering that the need to import investment goods for the development of this sector is lower than other industrial sectors. During the generally favorable economic period of the 1950s and 1960s, tourism appeared as a relatively simple means to obtain foreign exchange for the industrialization of the “poor countries,” in addition to being a privileged means of creating jobs (Sarrasin, 2013; Dieke, 2000).

The uncertain economic climate of the 1970s and 1980s, however, revealed the fragility of the tourism sector. The deterioration of the international economic situation resulted in a deterioration of the terms of trade, much to the detriment of the countries of the South. This breakdown, coupled with the appearance of political problems (terrorism, conflict in the Middle East, etc.) and environmental issues (pollution, climate change, etc.) presented an additional hindrance to the development of tourism (Sarrasin 2007, Dieke 2000, Morucci 1991).

In addition to doubts about the capacity of the sector to perfect the development of the host country, these conditions also highlighted some of tourism's undesirable effects, thus prompting the countries of the South to question not only their expectations of the sector, but also the concept of economic growth as the sole objective of development.

In fact, in the 1970s tourism ceased to be “the miracle economic activity... requiring only a minimal investment and providing the greatest possible level of currency earning” (Béjot, 1987: 2656). The constraints that limit or pervert the effects of international tourism on the development of countries are intrinsically tied to the “excessive dependence at all stages” on outside forces, from the development of reception infrastructures, to the management of resources in the marketing of hotel and tourism products, to the training of labour (Béjot 1987, Dieke 1995). This dependence is caused by the host country not having any control over the product and the tourist outlet and it is an all-too-common situation in so-called “developing” countries.

Thus, it appears that the previously identified benefits of tourism depend almost exclusively on relations with industrialized countries, that tourism is a part of the “element of a development strategy geared towards outside [...] that relies on aid, foreign investment, the import of technology and other relations with the capitalist countries” (Sid Ahmed, 1987: 403). In these conditions, the development of tourism depends as much on outside forces as any other export position (Briceño & Muñoz, 2015).

The interacting relationships between the countries favored by the world order with those who are not have remained unchanged, consequently, tourism does not give Southern countries any means to develop without sacrificing their economic and political independence (Sarrasin, 2013). It contributes to the emptying of the role of the Nation-State in the neo-liberal order, and as we will deconstruct, tourism is inherent part of the Empire system of privatization of development.

4.1 Tourism and the Integration Phase

Since the fall of the Berlin Wall, tourism growth has been phenomenal. In 1995, the UNWTO recorded 528 million international visitors (UNWTO, 2012) and in 2016, this figure had reached 1.322 million (UNWTO, 2017). That is, the number of tourists, not including the domestic tourists, more than doubled in 20 years. This was made possible by the strong integration of tourism as a global discourse, part of the neoliberal world order, particularly by international organizations like the UNWTO and the WTTC, the global travel industry, and the commercialization of nature and heritage using a Western universal template (Cater, 2006).

The role of the UNWTO is important in this global integration, as can be observed in the UNWTO global code of ethics for tourism. As Castenada (2012) pinpoints, this code is a blueprint for unfettered tourism development:

The application of these ideas amounts to creating a political struggle in which the asserted right to develop tourism without restrictions, restraints, and regulations, which is grounded in the asserted rights of tourists to sightsee, conflicts with the heritage ownership rights of cultural communities, stakeholders, and descendants (Castañeda, 2012 : 50).

This right given to tourists is the surface of the right for the private sector to make profit out of the non-market amenities that tourism feeds on. It also supports the unequal division of power and distributions of resources in host communities, especially in favor of local elite of the South and the peripheries (Cater, 2006).

Indeed, tourism integrates a wide array of material, immaterial, natural and cultural resources into that global world system. This is done through the discourses of sustainable development. In contrast, the activity-based tradition demonstrates the present and relatively widely accepted hegemonic idea of sustainability. It reflects the idea that tourism as (a tool for) development can contribute to sustainability, but it also strongly represents the industry's perspective, from which growth and its needs are conditions for justifying sustainability: the objective and driving force is to sustain tourism and its resource base for the future needs of the industry (Saarinen, 2006).

The interactions between global international tourism organisations and the private industry reveal the will to keep tourism growing and to integrate those flows at the global level. These same interactions contribute to decentering power as seen with the strength of large transnational stakeholders like airline conglomerates, hotel chains, cruise ship companies, AirBnB, travel guide publishers, and so on.

This was already in the making through the embedded liberalism. The case of the *Ile à la Vache in Haïti*, provides a good example of a national government changing its laws to attract private tourism investors. In this case, beyond development, the goal was the creation of private profit with support from international development agencies. By integrating into the global tourism market, the project was not meeting the local population's needs, but instead, was generating profit generation by selling comfort and security to Western tourists (Jeannite & Lapointe, 2016; Sarrasin & Renaud, 2014).

Paradoxically, even as an industry based on selling place, tourism, via the same stakeholders, is part of the deterritorializing process at work in the Empire. This is exemplified by AirBnB, Lyft and Uber overruling local bylaws and negotiating directly and simultaneously with states, cities and province to implement their business model.

This is a privatization of development, in the continuity of neo-liberalism where global deterritorialized corporation's profits being the main impetus of development. They become forces of integration as they influence and assist policy makers and recapture powers as intermediaries (Dredge & Gyomóthy, 2015) while weaving the global market space into private (home) and daily life. With its discourse of living the local life, AirBnB and its hosts integrate and create a more uniform world shape through biopower to correspond to tourist representation, therefore creating a more and more uniform tourism performance.

This was also at the core of the tourism bubble (Judd & Fainstein, 1999) concept, that explains the creation of a uniform, secure and controlled urban space fit for tourism, but especially for investment. In this context, tourism is one of the drivers of cultural integration of the particular in the global Empire through its commodification and its uniformization. All space and all culture can theoretically be touristified, but for a *continuous* consumption of tourism as a cultural apparatus, the industry integrated into the global also needs to be somewhat diversified in its performance and experience.

4.2 Tourism in the *Diversification* Phase

The *diversification* phase is where tourism is a core phenomenological trace of the Empire. Although this situation has been neglected in the literature, the whole experience economy (Pine & Gilmore, 1999) paired with the enhanced international mobility of capital, investment and certain class, mostly from what was formerly called the First World, is working through the diversification within integration. In this process, tourism acknowledges cultural differences, but recognizes them through a market-based demands perspective.

The experiential economic turn (Pine & Gilmore, 1999) posits a transformation of the exchange within the cultural economy. Indeed, it transforms the product from a material set of values into an internalized locus of feelings set in the persons or groups living the experience, and obviously, purchasing it. In tourism, culture and cultural differences are no longer socially and politically negotiated subjectivities about "being in the world," they are experiences that can be staged and sold. Replacing exchange with competition transforms

actual tourism because it is anthropologically an act of exchange, a contact between two humans, whether the contact implies monetary exchange or not. The discourse of competition percolates throughout the world of tourism.

Today destinations are in competition with each other, not just capitalist companies, but also the tourism territories, that is, the local, regional and national administrations. This is not inconsequential because this discourse supports a quantitative and undifferentiated vision of the tourist act where, in the end, it is the number of entries, of nights that becomes the supreme indicator, the criterion of success. Growth, as Brown (2015) points out, becomes the *raison d'être* of the economy and the action of the state. Tourism development policies are a direct part of this discourse.

The diversification of tourism not only transforms the very experience of culture through commodification, it transforms the motivation of culture and heritage. As Viken and Müller (2017) state, in the creation of this cultural market tourism, minority cultures not only facing essentializing, they start to internalize commodification through essentialization as a way to save their culture in the global market economy.

Therefore, tourism's recognition process for minority and subaltern cultures is a double-edged sword, offering on the one hand, a moment to express and show others their differences, their way of being in the world, and the very narratives that create meaning for them, but on the other hand, putting them in competition with all the other cultures in the whole global experience market circus.

This situation creates market recognition, a recognition framed by liberal competition where the recognition process that some authors claim tourism can create is done within a narrow window of essentializing and selling culture as an experience. This leads us to the management phase, that is, the ways in which tourism is obsessed with competitiveness and professionalization.

4.3 The *Management* Moment

The *management* moment is when Empire reaffirms its control on the multitude after the emptying of the political subjectivities in the differentiation moment. Tourism in Empire is a tool of

cultural differentiation, but this cultural differentiation is managed for the consumer.

The structuring force of neoliberalism produces an emphasis on culture (a non-competitive market niche), yet also provides the hegemonic model of what counts as culture; that which is remembered and recalled by consumers as appropriate and legitimate to a region, is shaped by both global factors and local history or tradition. Cultural products then need to be recognisable to the target consumer: the foreign visitor. The result is a greater investment in managing cultural products and practices in order to preserve their economic potential and serve the expectations of consumers (Scher, 2011: 8-9).

Management closes the circle by constructing a highly integrated product. This holds particularly true for all-inclusive resorts, where uniqueness as a competitive advantage is produced by cultural commodification. This cultural commodification generates global integration via the figure of the international tourist/consumer.

In a tourism market where, as far as many North American consumers are concerned, there is little to differentiate one island from the next, or one all-inclusive resort from the next, transcending “substitutability” becomes a primary strategy in gaining market share. Cultural differentiation is seen as the answer to “substitutability” as it offers apparent uniqueness. Commodifying cultural forms, such as Carnival, is not only imperative, but it also leads to specific cultural interventions, such as institutional oversights and legal protection to secure market viability (Scher, 2011: 9).

Scher’s (2011) work is particularly instructive in showing how tourism, through its development and management, goes back and forth from integration to differentiation and back to integration. This process is done by transforming non-market amenities, like culture, into market amenities by subjecting them to marketization and commodification to sustain the motion of capital (Higgin- Desbiolles, 2006), which is at the core of the capitalist system (Harvey, 2017). This leads to an assertion of competition as the structuring force of development for resource-poor countries and peripheral areas.

Given the competitive pressures in a neoliberal environment, scarce government resources are allocated to cash-generating export sectors, such as

tourism, which capitalize on their major resources of cheap labour and land. In many developing countries and resource-poor small island states, adherence to the neoliberal principles of liberalisation and deregulation has automatically increased dependency on tourism (Schilcher, 2007).

Within Empire, the assumptions and values involved in this form of tourism development are not politically challenged, bringing tourism into the realm of the post-political. Part of this current trend is that political consensus replaces political challenges or confrontations through the generalized impregnation of the concept of governance in relation to destinations. Thus, tourism territories, under the name “destination,” become resources to manage and to govern like private organizations. This consensual governance aims to achieve overnight stay growth objectives, because hoteliers provide economic means to the Destination Management Organization via the accommodation tax. It is important to note that this tax is collected outside of the territorial political field. Moreover, this characteristic also influences tourism discourses rooted in heritage and history. Indeed, a dominant and economic perspective will lead places and historical facts with disputed interpretations to be flattened by the consensual touristification process.

Finally, the role of tourism in the management moment of Empire is also to partially tame the Multitude by commodifying the desire to travel. In constructing a smooth space of power for capital and its different corollaries, the Empire faces a contradiction. Looking towards Deleuze and Guattari (1980), Hardt and Negri (2000) use the concept of Nomadism to describe the Multitude as a new subjectivity inside Empire but also against Empire.

Nomadism is a movement within the Multitude to find asperities in the smooth space, asperities where they can find a place to express their immanent sovereignty through the expression of their desires and will and create social bonding outside of the market.

If the smooth space of the movement of capital is also creating a smooth space for the movement of the Multitude, the actual possibilities of contacts, of solidarities and of subjectivities should be multiplied and magnified. This is where we argue that tourism within Empire is a strong force of reproduction of Empire processes. Indeed, if according to Deleuze and

Guattari (1980) nomads use their immanent sovereignty and power against the state, tourism becomes “a form of material or psychic nomadism which helps generate whole new or reconditioned assemblages of aspiration for people as they spread across the globe” (Holinshead et al., 2009).

Empire, for its part, uses tourism to harness the Multitude’s desire for movement via a commodification of identity, culture, place and space supported by the internalization of capital exchange as the locus of sociability. It does so in three ways: by *managing the movement of the nomad*; by *transforming movement into a product*; by *transforming subjectivity holders into experience producers in the market*; and finally, by *levelling out the very idea of otherness in the integration of different cultures within an all-encompassing global discourse of culture as a consumption product*.

Tourism, in the management moment of Empire, contributes to harnessing the political subjectivities of the Multitude by transforming non-market amenities into commodified market amenities and by internalizing market exchange as an immanent way of being in the world. All of this is supported by the transcendental principles, including sustainable development, that are promoted by the three bodies of Empire, monarchy, aristocracy and democracy.

5 CONCLUDING REMARKS

Starting with a syncretic approach to international political economy based on the contributions of the neorealist current we offered an understanding of the hegemonic role of some stakeholders in developing a model of global economic organization, through a brief historical review.

The postwar economic order instituted by the Bretton Woods Agreement in 1944 constituted an international regime composed of rules, norms, principles and procedures. It was established as an institutionalisation of agreements between two major economic powers, the United Kingdom and the United States, based on their joint interests, and through initiatives such as the International Monetary Fund (IMF).

Emerging in the early 1980s as the main proponent of the international neoliberal economic model (IMF, 1987), the IMF established itself as an international regime whose rules and principles are particularly focused on liberalizing trade and

economies and reproducing a monetary and financial order based on capitalism and “market forces.”

The IMF represents the archetype of the institutionalization of neo-liberalism and, although it no longer has the influence it did at its inception, it continues to contribute to the reproduction of a relationship regime based on the hegemonic position of the United States in the aftermath of WWII.

As a potential alternative to the problems of developing economies, characterized, inter alia, by structural deficits in their balance of payments generated by the structural adjustment programs, the IMF, the World Bank, the World Tourism Organization and, more generally, the United Nations, encourage tourism. The combination of structural adjustments and tourism results in a generalization of the market economy and a reproduction of the hegemonic position of the actors in the same market.

During the period of the 1950s and 1960s, which was characterized by generally favorable economic conditions, tourism appeared as a relatively simple means of obtaining foreign exchange for the industrialization of the “poor countries.” Nevertheless, when the uncertain economic climate of the 1970s and 1980s took hold, the fragility of the tourism sector revealed itself and tourism could no longer be perceived as an entirely positive factor for development. At the same time, the question of considering economic growth as the sole objective of development began to be raised.

The deterioration of the international economic situation which has resulted in a deterioration of the terms of trade to the detriment of the countries of the South, coupled with the appearance of political problems (terrorism, conflict in the Middle East, etc.) and environmental issues (pollution, climate change, etc.) has presented an additional hindrance to the development of tourism (Sarrasin 2007, Dieke 2000, Morucci 1991).

This transformation of the international economic situation coupled with critiques of development lead to a reframing, a translation of the development discourse into a sustainable development discourse. This new discourse was carried by the global stakeholders with a strong consensus back then and it still is today, but it has been unable to curb the path of development or the main environmental and social issues. This is why we turned to the theory of Empire to understand how tourism

and sustainable development are embedded in the totality of the world system described by Michael Hardt and Toni Negri (2000).

In Empire we saw a transformation of sovereignty through a return to the transcendental principles and the taming of the Multitude's subjectivities by the internalisation of biopower via the market. This operates in three moments: *the integration into the world system/world market; the differentiation of culture by turning them into products without political subjectivities; and finally, the management of this diversity.*

As we demonstrated, tourism is an inherent part of those three moments. First through the integration of all the world's cultures and countries into the tourism market, but also by the push from the multinational tourism stakeholders to transform nation-states into marketing and managing agencies for an internationally-bound flux of tourists. The differentiation moment is the core moment of tourism within Empire because it is where the market expands to commodify culture as both diverse and competitive inside the tourism market. Finally, the management moment is when biopower becomes embedded in the governance of tourism and becomes a form of social reproduction and control.

If there is different strand of thought and research that advocates tourism and sustainable development as a *locus* of change in the economic and world system, it has only had limited success at the margins, while discourses of globalization and mass tourism keep going strong. This calls for an understanding of the reasons why those discourses endure despite well-founded and longstanding critique.

Our effort was to explore how tourism is contributing to the main process of globalization and the market dominance of neo-liberalism expressed in Empire. Although very few authors address the tourism phenomenon with concepts like biopower, Empire, Multitude, post-politic and political subjectivities, the texts we used draw a rough itinerary that deserves more attention from scholars.

Indeed, tourism is strongly embedded in the political economy and although a great deal of research focusing on destination and local communities portray it as a place-based economic and social activity, it is a world-making global phenomenon (Hollinshead, 2007; 2009) that can no longer be ignored.

REFERENCES

- Agnew, J. & Corbridge, S. (1995). *Mastering Space. Hegemony, Territory and International Political Economy*, London & New York, UK, NY: Routledge.
- Ateljevic, I. (Eds) *The critical turn in tourism studies: Innovative research methodologies*, (pp.165-193). Abingdon-on-Thames, UK : Routledge.
- Balakrishnan, G., & Aronowitz, S. (Eds.). (2003). *Debating empire*. Brooklyn, NY: Verso.
- Baldwin, D. A. (Eds.). (1993). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York, NY: Columbia University Press.
- Barrett, G. W., & Farina, A. (2000). Integrating ecology and economics. *BioScience*, 50 (4), 311-312.
- Barrett, G. W., & Odum, E. R. (2000). The twenty-first century: The world at carrying capacity. *BioScience*, 50 (4), 363-368.
- Beaud, M. & Dostaler G. (1993). *La pensée économique depuis Keynes : Historique et dictionnaire des principaux auteurs [Economic thought since Keynes]*. Paris, France : Éditions du Seuil.
- Béjot, J-P. (1987, october), *Afrique Tourisme, Marchés tropicaux*. 2654-2716.
- Bermeo, N. (1990). Review: Rethinking Regime Change. *Comparative Politics*, 22 (3), 359-377.
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Bunkley, G. (1992). *The Greening of the Red: Sustainability, Socialism, and the Environmental Crisis*. Melbourne, Australia: Pluto Press Australia.
- Cater, E. (2006). Ecotourism as a western construct. *Journal of Ecotourism*, 5(1-2), 23-39.
- Coulthard, G. S. (2014). *Red skin, white masks: Rejecting the colonial politics of recognition*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Cox, Robert W. (1994). The forum: Hegemony and social change. *Mershon International Studies Review*, 38 (2), 366-367.
- Cox, Robert W. (1995). *International political economy: Understanding global disorder*. Black Point, NS: Fernwood Pub.
- Dann, G. M. (1996). *The language of tourism: a sociolinguistic perspective*. Cab International.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux: Capitalisme et schizophrénie II [Thousands plateaux: Capitalism and schizophrenia]*. Paris, France: Minuit.
- Dieke, P. (1995). Tourism and Structural Adjustment Programmes in the African Economy, *Tourism Economics*, 1 (1) 71-93.
- Dieke, P. (2000). *The Political Economy of Tourism Development in Africa*, London, UK : CABI.
- Dredge, D. & Gyimóthy S. (2015). The collaborative economy and tourism: Critical perspectives, questionable claims and silenced voices. *Tourism Recreation Research*, 40 (3), 286-302.

- Dunkley, G. (1992). *The Greening of the Red: Sustainability, Socialism, and the Environmental Crisis*. Melbourne, Australia: Pluto Press Australia.
- Fletcher, R. (2011). Sustaining Tourism, Sustaining Capitalism? The Tourism Industry's Role in Global Capitalist Expansion, *Tourism Geographies*, 13 (3), 443-461.
- Fontanel, J. (1981). *Organisations économiques internationales* [International economic organisation]. Paris : Masson.
- Fontanel, J. (2005). *La globalisation en analyse : géoéconomie et stratégie des acteurs* [Analysis of globalization: geo economy and stakeholders strategy]. Paris : L'Harmattan.
- Foucault, M. *Naissance de la biopolitique 9*. (1979). Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=t4BSjQ9NfbU>.
- Gilder, G. (1981). *Wealth and Poverty*. New York, NY: Basic Books.
- Gilder, G. (2012). *Wealth and Poverty: A new Edition for the twenty-first Century*. Washington, DC: Regnery Publishing.
- Gill, S. (1991). Reflections on global order and sociohistorical time. *Alternatives*, 16, (3), 275–314.
- Gill, S. and Law D. (1988). *The global political economy: Perspectives, problems and policies*. London, UK: Harvester and Wheatsheaf.
- Gilpin, R. (2001). *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gilpin, R. (2016). *The Political Economy of International Relations*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gutián, M. (1981). Conditionnalité du Fonds et processus d'ajustement international: l'environnement mouvant des années 1970 [funds conditionality and international adjustment process: moving environment of the 1970]. *Finances & développement*, 8 (11), 8-12.
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Harvey, D. (2007). *A Brief History of Neoliberalism*. New York, NY: Oxford University Press.
- Houghton, G., Gilchrist, A., & Swyngedouw, E. (2016). 'Rise like lions after slumber': Dissent, protest and (post-) politics in Manchester. *Territory, Politics, Governance*, 4(4), 472-491.
- Higgins-Desbiolles, F. (2011). Resisting the hegemony of the market: Reclaiming the social capacities of tourism. In S. McCabe, L. Minnaert and A. Diekmann (Eds) *Social Tourism in Europe: Theory and Practice* (pp.53-68). Bristol, UK: Channel View Publications.
- Hollinshead, K. (2007). *Worldmaking'and the transformation of place and culture: The enlargement of Meethan's analysis of tourism and global change*.
- Hollinshead, K., Ateljevic, I., & Ali, N. (2009). Worldmaking agency–worldmaking authority: The sovereign constitutive role of tourism. *Tourism Geographies*, 11(4), 427-443.
- International Monetary Funds (1987, September), *Theoretical Aspects of the Design of Fund- Supported Adjustment Programs*, Washington DC: IMF.
- International Monetary Funds (1989, August), *Staff Studies for the World Economic Outlook*, Washington DC: IMF.
- Jacob, M. (1999). Sustainable Development as a Contested Concept. In, A. Dobson (ed.), *Fairness and Futurity* (pp.21-45). Oxford, UK : Oxford University Press.
- Jeannite, S., & Lapointe, D. (2016). La production de l'espace touristique de l'Île-à-Vache (Haïti): illustration du processus de développement géographique inégal. *Études caribéennes*, (33-34)
- Jenkins, I., & Schröder, R. (Eds.). (2013). *Sustainability in tourism: A multidisciplinary approach*. Berlin: Springer Science & Business Media.
- Judd, D. R., & Fainstein, S. S. (1999). Cities as places to play. In Judd, D. R., & Fainstein, S. S (Eds.), *The tourist city* (pp.261-272). New Haven, CT: Yale University Press.
- Keohane, R. O. (1982). The demand for international regimes. *International Organization*, 36, (2), 325-355.
- Keohane, R. O. (2002). *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London and New York, UK, NY: Routledge.
- Keohane, R. O. (2005). *After Hegemony*. Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Keohane, R.O. (1980). *The theory of Hegemonic Stability and Change in International Economic Regimes, 1967-1977*, Washigton D.C: Center for International Relations.
- Keohane, Robert O. (2012). Twenty Years on Institutional Liberalism. *International Relations*, 26, (2), 125-138.
- Keucheyan, R. (2013). *Left Hemisphere: Mapping Contemporary Theory*. Brooklyn, NY: Verso Books.
- Killick, T. & Sutton M. (1982). Desequilibria, Financing, and Adjustment in Developing Countries, In *Adjustment and Financing in the Developing World : The Role of the International Monetary Fund*, Tony Killick (ed.), Washington, D.C. : IMF.
- Madrid : UNWTO, retrieved from http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/point_4c_final.pdf.
- Morton, A. D. (2003). Social Forces in the Struggle over Hegemony: Neo-Gramscian Perspectives in *International Political Economy*. Rethinking Marxism, 15, (2), 153-179.
- Morucci, B. (1991, october). Analyse comparative de politiques touristiques dans les pays industrialisés et dans les pays en voie de développement. *Téoros*, collection colloques et congrès, 1, (1), 3-12.
- Mosedale, J. T. (Ed.) (2016). *Neoliberalism and the Political Economy of Tourism*. Abingdon, UK & NY: Routledge.

- Naveh, Z. (2000). The total human ecosystem: integrating ecology and economics. *BioScience*, 50(4), 357-361.
- Naveh, Z., & Lieberman, A. S. (1994). *Landscape ecology: theory and application*. Berlin: Springer Science & Business Media.
- Nelson, J. M. (1990). *Economic Crisis and Policy Choice: The Politics of Adjustment in The Third World*. Princeton, NJ : Princeton University Press.
- OCDE (1987). *Ajustement structurel et performances de l'économie* [Structural adjustments and economic performance]. Paris : OCDE.
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H. (1999). *The experience economy: work is theatre & every business a stage*. Brighton, Massachusetts: MA Harvard Business Press.
- Ruggie, J. G. (1982). International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order, *International Organization*, 36, (2), 379-415.
- Ruggie, J. G. (2002), *Constructing the World Polity: Essays on international institutionalization*, London and New York: UK, NY: Routledge.
- Ruggie, J.G. (2008), *Embedding Global Markets: An Enduring Challenge*, Burlington and Hampshire, UK: Ashgate.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of tourism research*, 33(4), 1121-1140.
- Sachs, W. (1999). *Sustainable development and the crisis of nature: On the political anatomy of an oxymoron*. *Living with nature*, 23(1), 23-42.
- Sarrasin, B. (2007). Le plan d'action environnemental malgache. De la genèse aux problèmes de mise en œuvre : une analyse sociopolitique de l'environnement [Malgache environmental action plan. From genesis to implementation: a sociopolitical analysis of environment]. *Revue Tiers-Monde*, 2 (190), 435-454.
- Sarrasin, B. (2013). *Environnement et développement à Madagascar*. Du plan d'action environnemental à la mise en valeur touristique des ressources naturelles [Environment and development in Madagascar. From the environmental action plan to the touristic valorisation of natural resources], Paris : Karthala.
- Schilcher, D. (2007). Growth versus equity: The continuum of pro-poor tourism and neoliberal governance. *Current Issues in Tourism*, 10(2-3), 166-193.
- Sharpley, R. (2000). Tourism and sustainable development: Exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable tourism*, 8(1), 1-19.
- Sid Ahmed, A. (1987, avril, juin). Industrie touristique et développement: quelques enseignements [Tourist industry and development: what we learn]. *Revue Tiers Monde*, t. XXVIII, 110, 395-406.
- Todaro, Michael P. (1989). *Economic development in the Third World*. New York, NY: Longman.
- UNWTO. (2012). *Rapport de la Commission de l'OMT pour l'Europe* [OMT report for Europe].
- Van Lennep, Emile (1984, may). *Interdépendance Nord-Sud et réformes économiques* [North and south interdependence and economic reforms]. L'Observateur de l'OCDE, 128, 3-6.
- Viken, A., & Müller, D. K. (Eds.). (2017). *Tourism and indigeneity in the Arctic*. Bristol, UK: Channel View Publications.
- Weiss, T. G. (2015). The United Nations: before, during and after 1945. *International Affairs*, 91(6), 1221-1235.
- Young, O. R. (1982). Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. *International Organization*, 36, (2), 1982-27.
- Young, O. R. (1991). Political leadership and regime formation: on the development of institutions in international society, *International Organization*, 45, (3), 281-308.
- Young, O. R. (1999). *Governance in World Affairs*. Ithaca and London, NY, UK: Cornell University Press.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 12/09/2018; Aceito/Accepted: 17/10/2018; Publicado/Published: 25/11/2018.

Texto convidado/Invited paper. Seção revisada por pares / Double blind review section.

CONSTRUCCIÓN COLECTIVA DE LA EXPERIENCIA TURÍSTICA PARA LA SOCIEDAD ANFITRIONA: UNA MIRADA DESDE EL SUR

Alfonso González Damián*

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de argumentar teóricamente la posibilidad de examinar la construcción social de la experiencia turística enfatizando en el rol fundamental que juega la sociedad anfitriona, que aparece poco o nada en las concepciones más ampliamente difundidas. Para ello, se presenta en dos partes, en la primera de ellas se plantea reflexiones teórico-metodológicas con la intención de aproximarse al significado que tiene la experiencia turística para las sociedades anfitrionas, en las cuales descansa la responsabilidad de su diseño, planificación y puesta en escena. En la segunda parte se presenta el caso de las experiencias diseñadas para el turismo en la isla de Cozumel, México, escenario turístico del Caribe en el que se encuentran representados los textos tipificados, estandarizados, reducidos a estereotipos y los contextos colonialistas, segregacionistas, progresistas e idealizados que caracterizan los imaginarios desde los que se construyen las experiencias turísticas en el ámbito latinoamericano. Los datos ilustrativos presentados, aunados a la discusión, permiten afirmar que la experiencia para ser considerada turística no tendría que centrarse únicamente en la experiencia del consumo turístico sino en la experiencia de coproducción-consumo turístico, con lo que se podría, además, examinar en mayor profundidad su construcción social y desprender de ello recomendaciones para la acción y la toma de decisiones en los colectivos locales de los destinos turísticos.

Palabras clave: Experiencia turística; Construcción colectiva; Sociedad anfitriona; Cozumel.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA PARA A SOCIEDADE ANFITRIÁ: UM OLHAR DO SUL

Resumo: Este ensaio tem como objetivo argumentar teoricamente a possibilidade de examinar a construção social da experiência turística enfatizando o papel fundamental desempenhado pela sociedade de acolhimento, que aparece pouco ou nada nas concepções mais amplamente difundidas. O documento é estruturado em duas partes: na primeira são propostas reflexões teórico-metodológicas com o intuito de abordar o significado que a experiência turística tem para as sociedades de acolhimento, na qual assenta a responsabilidade pela sua concepção, planeamento e implementação. A segunda parte apresenta o caso das experiências projetadas para o turismo na ilha de Cozumel, México, um cenário turístico caribenho em que são representados textos padronizados, reduzidos a estereótipos e contextos colonialistas, segregacionistas, idealizados e progressistas que caracterizam os imaginários a partir dos quais as experiências turísticas são construídas no contexto latino-americano. Os dados ilustrativos apresentados, juntamente com a discussão, nos permitem afirmar que a experiência a ser considerada como turismo não teria que se concentrar apenas na experiência do consumo turístico, mas na experiência de co-produção-consumo turístico, que também poderia ser examinada com maior profundidade. sua construção social e derivar dele recomendações para ação e tomada de decisão nos coletivos locais de destinos turísticos.

Palavras-chave: Experiência turística; Construção coletiva; Sociedade de acolhimento; Cozumel.

COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE TOURIST EXPERIENCE FOR THE HOST SOCIETY: A VIEWPOINT FROM THE SOUTH

Abstract: The aim of the essay is to theoretically argue the possibility of examining the social construction of the tourist experience emphasizing the fundamental role played by the host society, which appears little or nothing in the most widely disseminated conceptions. This document is presented in two parts, in the former theoretical-methodological reflections are proposed with the intention of reveal the meaning that the tourist experience has for host societies, which are the responsible of its design, planning and implementation. The second part presents the case of the experiences designed for tourism on the island of Cozumel, Mexico, a Caribbean tourist scenario in which standardized texts are represented, reduced to stereotypes within colonialist, segregationist, progressive and idealized contexts that characterize the imaginaries that built tourist experiences in the Latin American scenarios. The illustrative data presented, together with the discussion, allow us to affirm that the experience to be considered as tourism would not have to focus solely on the experience of tourist consumption but on the experience of co-production-tourist consumption, which could also be examined in greater depth its social construction and to derive from its recommendations for action and decision-making in the local collectives of tourist destinations.

Keywords: Tourist experience; Collective construction; Host society; Cozumel.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Doctor en Ciencias Sociales y Políticas (2007) por la Universidad Iberoamericana, Ciudad de México. Maestro en Administración (1997) y Licenciado en Turismo (1991), ambos por la Universidad Autónoma del Estado de México. Profesor investigador en la Universidad de Quintana Roo Unidad Académica Cozumel, integrante del Cuerpo Académico de Estudios Ambientales, con líneas de investigación centradas en temas de sociología constructivista del turismo y la gestión socialmente sustentable del turismo. Investigador nacional (SNI nivel I). Universidad de Quintana Roo, Campus Cozumel/México. Av Andrés Quintana Roo s/n Col. San Gervasio, Cozumel, 77600. Phone: 987 8729000. gonzalezd@uqroo.edu.mx

1 INTRODUCCIÓN

La mayoría de los estudios académicos realizados respecto a la experiencia turística en realidad se refieren a la experiencia del turista (Uriely, 2005), un turista: masculino (Van Broeck y López López, 2015), anglosajón, habitante de metrópolis cosmopolitas, viajero inteligente de segunda o tercera generación (Arnaiz Burne, 2015) y que pretende encontrar en sus viajes el sentido del que su vida cotidiana carece, al menos de manera temporal, a sitios en los que puede encontrarse a sí mismo mediante o a través del atisbo de la alteridad (Gorgone Pampín, 2015), materializada en la visita a sitios naturales o a culturas distantes a la propia, también tipificadas hasta el estereotipo mejor vendido (Sánchez y Santamaría, 2015) del paraíso perdido (Korstanje, 2016) o también espacios liminares de libertad en los que el turista puede expresarse (Gularte y Hallal, 2017; Monterrubio, 2015) o magnificar la dimensión sensorial de la existencia (Barboza Nuñez, 2017; Neuhofer, Buhalis, & Ladkin, 2014).

Es comprensible, desde una racionalidad puramente económica, que los esfuerzos por explicar algo de tal complejidad como la experiencia del turista (Small, 2008; Sharpley y Stone, 2011) se hayan centrado en él como consumidor, usuario, eje de la existencia de la actividad turística como tal, y que se hayan desarrollado muy completos análisis de los factores que explican la experiencia individual del turista (Adhikari y Bhattacharya, 2016), tanto en el ámbito cognitivo como afectivo sin embargo, lo deseable sería que las explicaciones sobre qué, cómo, cuándo, dónde, por qué han sido y son de determinada manera las experiencias de los viajeros, fueran más incluyentes, particularmente desde el reconocimiento de la perspectiva de las sociedades anfitrionas del turismo (Korstanje, 2013) distanciarse de la visión acrítica o sin reflexión (Gómez Nieves, 2010) y construir reflexiones alternativas, miradas desde la alteridad, desde el sur.

Paradójicamente, la mayor parte de los estudios sobre la experiencia del turista se centran en la forma en la que éste la vive, desde qué antecedentes se constituye y con qué consecuentes e implicaciones lo enfrenta, la finalidad de pragmática de este conocimiento se ubica en la posibilidad de diseñar experiencias más

atractivas, ricas y memorables para los viajeros (Morgan, Lugosi y Ritchie, 2010), diseño que evidentemente se materializa en los sitios de destino y con la participación de la sociedad anfitriona que ha construido en ello sus imaginarios de desarrollo (Dachary, 2015).

Ante esto es posible afirmar que, desde lo social, la experiencia de turista no existe como construcción colectiva sin la del anfitrión y viceversa, la del anfitrión no existe sin la del turista, lo cual les conferiría, al menos en concepto, al desempeño de los roles socialmente tipificados de anfitrión y turista, una condición equivalente como fundamento para comprender la experiencia turística en conjunto, pensarlo de otra manera conduce al seudoturismo o a las falsas prácticas del turismo (Tribiño, 2015).

En el presente artículo, integrado por dos partes, se busca explorar teóricamente la posibilidad de examinar la construcción social de la experiencia turística enfatizando en el rol fundamental que juega la sociedad anfitriona, que aparece poco o nada en las concepciones más ampliamente difundidas. En la primera de ellas, se plantean reflexiones conceptuales y metodológicas, que tienen por objeto aportar puntos de partida para el estudio de la construcción social, es decir de los significados colectivamente atribuidos, de la experiencia turística, enfatizando en el punto de vista de quienes reciben a los viajeros en los sitios de destino turístico en el ámbito latinoamericano. Estas reflexiones se postulan desde una perspectiva socioconstruccionista (Pernecky, 2012), tanto en lo teórico (Berger y Luckmann, 2005) como en lo metodológico (Goffman, 1974). En la segunda parte, las reflexiones conceptuales se contextualizan e ilustran a partir del estudio del caso del turismo en la isla de Cozumel, México, desde el punto de vista de los residentes. Los datos ilustrativos presentados, aunados a la discusión permiten afirmar que la experiencia para ser considerada turística no tendría que centrarse únicamente en la experiencia del consumo turístico sino en la experiencia de coproducción-consumo turístico, con lo que se podría además, examinar en mayor profundidad su construcción social y desprender de ello recomendaciones para la acción y la toma de decisiones en los colectivos locales de los destinos turísticos.

2 PRIMERA PARTE: PROPUESTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA LA COMPRENSIÓN DE LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA EXPERIENCIA TURÍSTICA

2.1 La Experiencia Turística como Construcción Social

La experiencia a la que socialmente, colectivamente denominamos turística y que se ha tipificado como tal, incluye simultáneamente las experiencias tanto de turistas como de anfitriones. Dicho en otras palabras, podemos reconocer socialmente como experiencia turística a aquella en la que participan personas que toman el rol de turistas y personas que han asumido el rol de anfitriones. Esto implica en primer lugar, que no existe como tal “una experiencia turística”, sino múltiples experiencias que pueden ser calificadas como turísticas, siempre que tales experiencias sean definidas en situaciones de interacción entre personas desempeñando roles de turistas y anfitriones (González-Damián, 2004, 2011).

A lo largo de un viaje turístico, el viajero vive múltiples experiencias socialmente tipificadas y en cada una de ellas asume el rol socialmente tipificado que corresponda a la situación, aquellas a las que propiamente se podría denominar turísticas son las situaciones de interacción producción-consumo, puesto que son las que incluyen acción deliberada tanto de planeación y diseño por parte de la comunidad receptora en su rol de anfitriona, como consumo, placer, disfrute, descanso, entretenimiento, escape, aprendizaje, transformación o búsqueda de autenticidad e identidad por parte del viajero en su rol de turista (González Damián, 2009, 2017b; Guerreiro y Marques, 2017).

Puesto que el rol a desempeñarse por parte de la persona ya sea el viajero o el residente en el sitio turístico, se definirá en función de la situación y esto sucederá en la práctica en tanto se interactúa, se espera interactuar o se evoca la interacción con el otro. El rol de turista sólo se desempeña cuando la persona que viaja, que ha viajado o que está planeando su viaje, interactúa, espera interactuar o evoca la interacción con su contraparte, el anfitrión. El rol de anfitrión solamente se elige cuando la persona que reside, que ha residido o que planea hacerlo en el sitio turístico espera interactuar, interactúa o evoca la

interacción con su contraparte, el turista (González Damián, 2017a).

La elección deliberada de desempeñar el rol de turista por parte de los viajeros, desde mediados del siglo XX (MacCannell, 1976), encuentra justificación en la búsqueda misma de vivir experiencias turísticas, es decir, las personas no buscan simplemente viajar para estar en un lugar distinto al de la residencia habitual, ni siquiera para tener acceso directo a sitios naturales espectaculares o a monumentos patrimoniales o a interactuar con individuos desconocidos como se planteó en diversos momentos en la literatura académica (Boorstin, 1964; Urry y Cooper, 1991), sino que busca vivir esas experiencias típicamente turísticas, de manera que pueda atribuirles sentido, como experiencias satisfactorias, placenteras, únicas, auténticas, entretenidas, de cambio, interesantes, de ruptura o de dedicación, memorables o transformadoras (Quan y Wang, 2004; Gallarza y Gil, 2008; Jurowski, 2009; Gelter, 2010; Ryan, 2010; Ritchie, Tung y Ritchie, 2011; Small y Darcy, 2011; Tung y Ritchie, 2011; Heimtun y Abelsen, 2012; Duarte, 2012; Elands y Lengkeek, 2012; Filep y Pearce, 2013; Chandralal y Valenzuela, 2013; Liu, Li, y Xiao, 2013; Mkono, Markwell y Wilson, 2013; Prebensen, Chen y Uysal, 2014; Björk y Prebensen, 2014; Kim, 2014; Kim y Ritchie, 2014; Lu, Chi, y Liu, 2015; Shepherd, 2015).

Por parte del anfitrión, la elección de desempeñar el rol, si bien es también voluntaria como en el caso de la del turista, tiene que ajustarse en función de un conjunto de parámetros, criterios que previamente planificados, establecen las señales, códigos y prácticas adecuadas, así como los medios materiales, la escenografía (Goffman, 2004), requerida para cumplir con un diseño de la experiencia (Larsen, 2010) que coincida con la esperada por el turista (Walker y Moscardo, 2014). En la medida en la que los viajeros hoy en día buscan más y mejores o distintas experiencias como turistas, impulsan a su vez la diversificación, profesionalización y sofisticación (Yves, 2015) en la oferta de experiencias.

La experiencia turística entonces se corresponde con las situaciones de interacción en las que tanto turistas como anfitriones han optado por elegir tales roles y con ello la coproducen y la reproducen socialmente. En

consecuencia, las experiencias del turismo se presentan en la práctica, como realidades colectivamente construidas y no tienen un reflejo vis-a-vis en la realidad individual subjetivamente construida en el cerebro de las personas, esto significaría que la experiencia como turista y la experiencia como anfitrión al ser construidas colectivamente (Campodónico y Chalar Bertolotti, 2013), no corresponden exactamente con lo que cada persona desde su unilateral y subjetivo punto de vista elaboran en sus cerebros (González Damián, 2017b).

2.2 Los Marcos de la Experiencia como Aproximación Metodológica para el Estudio de la Experiencia Turística

Ahora bien, la forma en la que las personas típicamente definimos la situación social y con ello el rol o conjunto de roles pertinentes con ella se da con la identificación de un conjunto secuencial de señales, códigos y prácticas que suceden en fragmentos temporales en lo que se denomina marco de la experiencia o frame (Goffman, 1974).

Los marcos son construcciones sociales, que se encuentran a disposición de la persona y que le permiten dar sentido a las situaciones sociales en las que entra en contacto, y que además norman su participación en ella. Estos marcos son aprendidos a lo largo de la vida y son puestos a prueba en cada interacción, por ello permiten enmarcar, contextualizar, definir, situar la experiencia en colectivo.

En el caso de las experiencias turísticas, estos frames son identificados como unidades coherentes en el tiempo, con momentos discernibles empíricamente, en los que al viajero resulta pertinente asumir el rol de turista en coincidencia o no con las personas que ofrecen las condiciones necesarias para que así suceda, es decir de aquellos que han discernido la pertinencia de asumir el rol de anfitrión (González Damián, 2017b).

Los frame son socialmente construidos, para Goffman (Acevedo, 2011; Goffman, 1974) existen dos de ellos, los marcos primarios y los marcos secundarios, los primeros son aquellos en los que las personas eligen asumir el rol socialmente tipificado de manera directa, es decir cuando

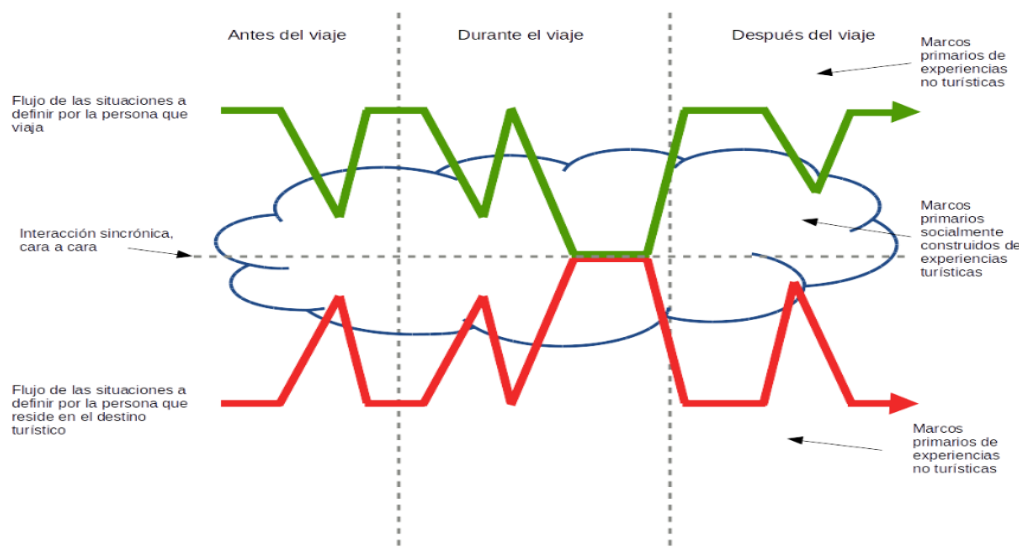
desempeñan el rol con honestidad, puesto que saben que el o los actores sociales que interactúan con ellos así también lo desempeñan. Por su parte, los marcos secundarios son aquellos en los que uno, más de uno o todos los actores participantes desempeñan el rol de manera no directa, por ejemplo, cuando se practica una actividad, cuando se escenifica para una obra de teatro o película o cuando se representa con fines de crítica o burla.

Los marcos primarios hacen posible la identificación de las situaciones en las cuales se dan las condiciones para la coproducción de las experiencias turísticas, es posible para fines analíticos, identificar tales marcos primarios a manera de secuencia temporal: desde la planificación del viaje, su realización y el regreso al lugar de residencia habitual (Aho, 2001; Gelter, 2010; González-Damián y Macías-Ramírez, 2017). En este sentido, se puede afirmar que la mayoría de los viajes turísticos se estructuran en torno a cuatro marcos primarios de experiencias turísticas: 1) Experiencias de planeación del viaje, 2) Experiencias del desplazamiento hacia y desde el destino, 3) Experiencias de estancia en el destino y 4) Experiencias post-viaje.

Estos marcos de experiencia primarios se han postulado en consistencia con la secuencia del recorrido que realiza el viajero, no obstante, quienes aportan las condiciones materiales y humanas para que estas experiencias sean posibles son los actores participantes en la industria de la hospitalidad (Araújo Perazzolo, Deschini Ferreira, Cappellano dos Santos, y Zenger, 2016), que en la práctica realizan esfuerzos profesionales, innovadores, sistemáticos para ofrecer experiencias ricas y diversificadas desde antes del viaje y hasta después de su realización. En la figura 1, de manera esquemática se puede observar la relación entre los marcos primarios y la construcción social de la experiencia turística que aquí se plantea.

Como puede observarse en la figura, los marcos primarios se co-producen aun cuando turistas y anfitriones no interactúen de manera sincrónica, cara a cara (zona dentro de la nube), pues esto solo ocurre en ciertos momentos durante la estancia en el sitio de destino turístico (punto en donde confluyen los flujos de situaciones a definir por las personas).

Figura 1. Flujo de la definición de situaciones a partir de marcos primarios socialmente construidos de la experiencia turística.



Fuente: Elaboración propia.

2.3 Construcción de la Experiencia Turística Desde el Punto de Vista de los Anfitriones

La oferta de experiencias para el turista hoy en día se ha diversificado en tanto que no solo hay más destinos turísticos para ser elegidos, sino que la oferta se ha especializado para atender a segmentos del mercado, es decir a tipos especializados de turista, por lo que en un mismo sitio de destino se ofrecen simultáneamente experiencias para turistas que buscan relajamiento y para turistas que buscan aventura extrema, para quienes buscan entretenimiento, para quienes buscan educación o hacer negocios e incluso para quienes buscan transformarse a sí mismos en un sentido trascendental. Al ser diversificada, la oferta es preparada, operada y atendida por personas realizando un trabajo profesional, especializado y sumamente experimentado, esto es, fundamentado en una formación deliberada para actuar en determinados marcos de experiencia socialmente tipificados.

La necesidad de profesionales especializados en uno o varios aspectos que forman parte de la experiencia a ofrecer al turista, ha llevado a la necesidad de la participación de personal capacitado y sensible a las emociones y expresiones de los turistas (Bigné y Andreu, 2004) por lo que el anfitrión que participa en la creación, operación y atención de experiencias ofrecidas al turista, es cada día más especializado en uno o varios de los elementos en la medida en la que las

experiencias se han sofisticado. Los marcos de experiencia como anfitriones son en este sentido sumamente normados y acotados, también socialmente tipificados.

Las experiencias se sofistican en la medida en la que toman en consideración los elementos textuales y contextuales (Tussyadiah, 2013) en el diseño de las experiencias (Frochot y Wided, 2013; Wang y Fesenmaier, 2013), por lo que anfitriones profesionales en diversos aspectos que van desde el servicio turístico propiamente dicho (repcionistas, meseros, guías de turistas, conductores de grupo) hasta responsables del ambiente como escenógrafos y coreógrafos, músicos, directores, compositores, técnicos de sonido, programadores de computadoras, técnicos en medios audiovisuales, publicistas, lingüistas en diversos idiomas, entre muchos otros sumamente especializados.

Todo anfitrión se hace especialista, con lo que se consolida su actuar en marcos de experiencia también con alto nivel de especialización y sofisticación, aún en los sitios menos imaginados (Morales Gaitán, 2014), de modo que su actuar favorezca la puesta en escena en coproducción o co-creación con los viajeros, de experiencias turísticas concretas, con significado para el viajero (Gomes Sant'Ana de Castro y Gamonal Barra de Almeida, 2012; Guimaraes, 2012), significado que también es relevante y lo ha sido desde su planeación y diseño para el

anfitrión, así como lo es para ambos en el momento de la interacción cara a cara (Campodónico, 2015; Guerrero Rodríguez, Preciado Guerrero, y Miranda Zambrano, 2017).

En la literatura turística reciente se hace énfasis en que la experiencia es la esencia del turismo, por lo que las empresas ponen cada vez más atención en la creación y gestión de experiencias de calidad para el turista, puesto que en ello se encuentra la posibilidad de sobrevivir ante una competencia creciente por ofrecer productos y servicios únicos, diferenciados que conduzcan a experiencias memorables que aporten valor a los visitantes, conceptos que provienen de la noción de la economía de la experiencia (Pine y Gilmore, 1998) y a la de la economía del entretenimiento (Wolf, 2010), los cuales destacan la importancia de que las empresas se conecten con los turistas de manera personal no solo para satisfacer sus demandas sino para crear vínculos afectivos que impulsen su lealtad como consumidores.

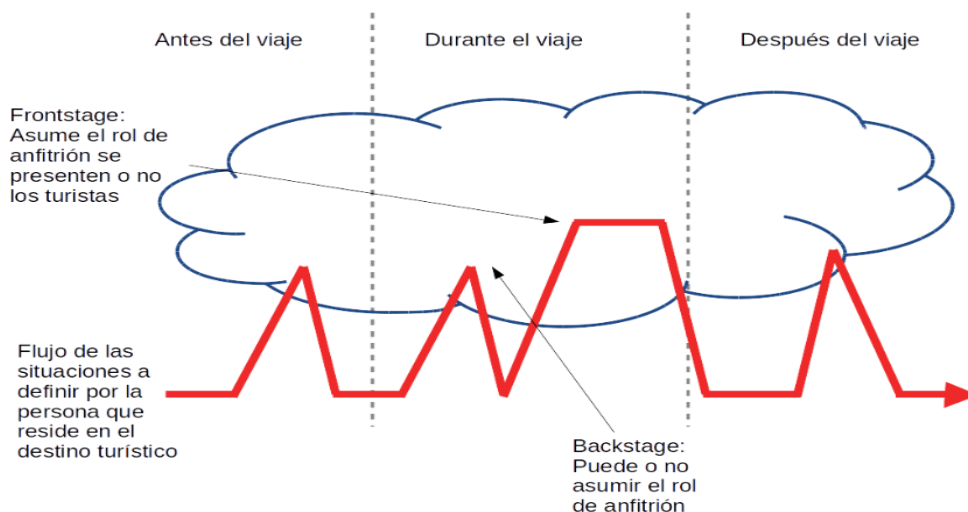
Bajo este marco, la industria turística de hoy se ve a sí misma como un sistema productor de experiencias en el cual, tanto valores como significados pueden ser objeto de diseño y evocados a través de un conjunto de servicios y experiencias vinculados al turismo (Diller, Shedroff, y Rhea, 2005). Como consecuencia de ello, los investigadores en el ámbito académico del turismo han intentado introducir el término

de diseño de experiencias en turismo (Tussyadiah, 2013), en el que participan también como co-creadores o co-productores de valor, los turistas (Sfandla y Bjork, 2012; Campos, Mendes, Oom Patricia, y Scott, 2018;) e incluso los escenarios mismos (Hernández Espinosa y Monterrubio, 2016; Korstanje y Tzanelli, 2017) el paisaje (Allen Cordero, 2016).

La experiencia que vive el turista, entonces, ha sido diseñada, procesada, presentada, reprocesada y estandarizada por la sociedad anfitriona, pero su creación operativa es compartida, coproducida con los turistas. En la sociedad anfitriona descansa la responsabilidad de la aportación de la mayor parte de los elementos contextuales, o en la terminología de Goffman, de escenografía, que serán requisito para que la experiencia se presente de la manera planeada.

Los elementos que se ponen en juego se pueden distinguir entre aquellos previos, de soporte, o también de backstage -tras bambalinas- y elementos que serán puestos en juego en el momento mismo de creación, co-creación, de la experiencia o frontstage – en escena-. Ambos conjuntos de elementos son relevantes y requieren de la participación de profesionales asumiendo correctamente, desde un punto de vista social, su rol en el marco de experiencia correspondiente. Ver la figura 2 para una representación esquemática de estos conceptos.

Figura 2. Escenario de la construcción social de la experiencia turística desde la perspectiva del anfitrión.



Fuente: Elaboración propia.

El anfitrión que participa en los elementos backstage sabe que no aparecerá en escena, pero también sabe que su trabajo es tan importante como el de aquel quien si aparecerá, puesto que cualquier elemento que estuviese fuera de contexto, desenfocado de la experiencia, puede llegar a sabotearla, ya sea porque hace evidente que es una puesta en escena o porque modifica el texto a interpretar y por lo tanto llevará a la insatisfacción de los participantes.

Cabe aquí acotar la afirmación anterior, puesto que en el proceso de co-creación de la experiencia (Larsen y Meged, 2013), el turista asume también una responsabilidad de manera voluntaria, deliberada, de hacer “funcionar” la puesta en escena, la experiencia misma, por lo que estará también deliberadamente pre-dispuesto a dejar pasar o no dar importancia a algunos detalles que salgan del marco socialmente establecido para la experiencia, sin embargo cuando las fallas, inconsistencias o deficiencias sean subjetivamente consideradas como mayores, tal experiencia podrá fallar, es decir podrá considerarse individualmente fallida, pero aún con ello contribuirá a fortalecer, a reafirmar, el marco tipificado de esa experiencia en particular. En este sentido las experiencias turísticas individualmente “fallidas” son también y por las mismas razones, en conjunto “exitosas”, en lo colectivo abonan en la conformación de un campo (Duarte Pimentel, 2017) en el que opera el diseño de las experiencias.

Cada experiencia turística que ha sido objeto de diseño, pretende influir en el turista, proporcionarle altos niveles de satisfacción (Gosling, Silva, y Coelho, 2016), que además le impulsen a elevar su consumo turístico (Sánchez Aguirre, Maldonado Alcuía, Martínez Vázquez, y Lara, 2017), por lo que podría suponerse que se han diseñado desde el marco socialmente tipificado del turista, sin embargo en la práctica sucede que el diseño se ha realizado desde la idiosincrasia, creencias, costumbres, conocimientos, habilidades, actitudes, valores, ideas, nociones, prejuicios y normas sociales de la sociedad anfitriona, esto es desde los marcos socialmente tipificados de la sociedad anfitriona, de sus imaginarios (Flores y Oviedo, 2017).

Cabe también en esta afirmación hacer una acotación, puesto que la mayor parte de industria turística actual toma de las sociedades locales solo

ciertos elementos culturales folklorizados (Calleja Sordo y González-Damián, 2016; Pereira Chaves Pimentel y Fernandes Costa Machado, 2014), estereotipados (Barboza Núñez, 2017a), excluyentes y violentos (Cortez Ahumada, 2014), neocolonialistas (Barboza Nuñez, 2017b; Barboza Núñez, 2016), segregacionistas (Vieirada Silva, 2016), que son incorporados a la oferta estandarizada internacional (Villacis Mejía, Pons García, y Garrido Cornejo, 2015), por lo que el principal marco de experiencia del que parte el diseño de las experiencias, no es el de la sociedad anfitriona que acoge a los destinos turísticos sino de la sociedad que ha producido las grandes operadoras de turismo, las cadenas hoteleras internacionales, las líneas aéreas, es decir el gran capital (Escalera Briceño y Palafox Muñoz, 2015), apoyado además en minuciosos estudios del mercado y análisis del consumidor en las sociedades de origen de los turistas. Con todo y ello, la experiencia al ser “puesta en escena”, implica la participación interactiva de actores residiendo en el sitio de destino turístico, por lo que aun indirectamente se infiltra la sociedad anfitriona, aun cuando sus actitudes hacia el turismo sean o no diferenciadas o matizadas (Alcantara de Freitas, 2015; Sánchez-Fernández, Álvarez-Bassi, y Cardona, 2016).

El diseño de la experiencia turística se hace pensando en el disfrute del turista (Estaregue, Schmidt Alves Díaz Merino, Díaz Merino, y Matos Goncalves, 2017), es decir que el anfitrión se asume como tal desde que presupone, asume, infiere lo que significa ser hospitalario ante lo que el turista desea y valora (Benedini Brusadin y Panosso Netto, 2016), tales presupuestos parten de tipificaciones e incluso de estereotipos sociales, culturales, políticos, religiosos, morales, ideológicos, de género, raza, posición socioeconómica, edad, sitio de residencia (Santamaría Gómez, 2013). Esto significa que, en la práctica, las experiencias que se ofrecen a los turistas no atienden a lo que el turista desea y valora directamente, sino a lo que los anfitriones consideran desde su interpretación, es decir sólo lo atienden indirectamente. Si bien esta afirmación es válida para todo marco de experiencia y ya fue señalado así por el propio Goffman (1974), es importante destacar que en turismo esto puede ser de mayor impacto desde que turistas y anfitriones no proceden del mismo contexto sociocultural desde el que han construido e interpretado sus marcos de la experiencia.

Una consecuencia de lo anterior es que el consumo, la evaluación y en su caso la expresión de satisfacción del turista con la experiencia vivida, esto es, posterior a la co-creación, se constituyen en instrumentos para la confirmación y legitimación de las tipificaciones sociales previamente existentes, aun cuando tales fueran prejuiciosas, estereotipadas, excluyentes, marginadoras o discriminadoras.

También esta consecuencia ya fue señalada por Goffman, sin embargo, es de señalarse su relevancia en el caso de las sociedades anfitrionas de turismo, pues resulta un tanto paradójico el hecho de que se diseñen, se preparen acciones que deliberadamente llevan a la interacción con turistas, es decir a personas ajenas al entorno habitual, que finalmente desembocarán en una reafirmación del rechazo (discriminación, prejuicio) de lo otro, de lo distinto o ajeno a lo habitual.

Con base en los planteamientos conceptuales hasta aquí presentados, se planteó un estudio empírico en el caso del turismo en la isla de Cozumel, Quintana Roo, México, con la finalidad de ilustrarlos o contrastarlos para enriquecer la reflexión sobre el tema.

3 SEGUNDA PARTE: EXPERIENCIAS TURÍSTICAS EN COZUMEL, DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS ANFITRIONES

3.1 Nota metodológica para el abordaje de la experiencia turística en el caso de Cozumel, México

Si bien los marcos de la experiencia de la mayoría de los viajes turísticos se estructuran en torno a cuatro marcos primarios generales: 1) Planeación del viaje, 2) desplazamiento hacia y desde el destino, 3) estancia en el destino y 4) experiencias post-viaje, el interés de la aproximación empírica aquí presentada se centró en las experiencias en el sitio de destino turístico, puesto que es en tal sitio en el que se produce la co-creación de la experiencia con interacción frente a frente y sincrónica, entre turistas y anfitriones, lo cual favorece su observación directa por parte del investigador.

A tal efecto, se realizaron sesiones de observación no participativa, se conversó a través

de entrevistas abiertas con prestadores de servicios turísticos y se realizó observación participativa en un conjunto de experiencias turísticas ofrecidas en Cozumel, destino de sol y playa, con distintos grados de sofisticación en su diseño y por tanto con requerimientos de distintos grados de profesionalización por parte de los anfitriones que en ellas participan.

Se realizó observación no participativa durante el verano de 2015, entrevistas abiertas durante el verano de 2016 y observación participativa en el verano de 2017. El verano, de junio a septiembre, es para este destino turístico un período que permite observar variaciones de temporada alta a baja y de mayor diversidad en el origen de los turistas que visitan el destino, lo que aseguró no solo la presencia de los visitantes, sino que también permitió reconocer las variaciones en la oferta de experiencias para los turistas que visitan el destino.

Las tres etapas de trabajo de campo arrojaron dos conjuntos de información textual, cualitativa, la primera permitió describir en general las experiencias turísticas que se ofrecen en el destino turístico, de manera que permitiera elegir entre aquellas con mayor o menor sofisticación, es decir con mayor o menor diseño ex-profeso como experiencias.

Es decir con mayor o menor diseño ex-profeso como experiencias, entendiendo por diseño el hecho de que además de comercializarse como experiencias o vivencias para el turista, se han empaquetado en forma de producto que requiere de la participación activa de diversos profesionales especializados en aspectos específicos del servicio a ofrecer al turista y que en tanto más sofisticadas, lo hacen en torno a un guion preestablecido: texto y contexto, aludiendo además a contextos simbólicos valorados por los visitantes con mayor poder adquisitivo tales como la exclusividad, el prestigio o lujo y la autenticidad.

Las dos etapas finales arrojaron un *corpus* textual que fue objeto de análisis de contenido cualitativo, que asistido mediante software Atlas-ti, permitió hacer reflexiones para confirmar, contrastar y desarrollar los planteamientos conceptuales de los marcos de la experiencia turística desde la perspectiva de los anfitriones, a partir de las prácticas observadas y del discurso obtenido.

3.2 Contextualización de las experiencias turísticas ofrecidas en Cozumel

La isla de Cozumel ha estado habitada en diversos momentos de los que se tiene registro histórico y también ha sido despoblada intermitentemente. Se sabe que hubo asentamientos precolombinos alrededor del año 900 por las características de los hallazgos arqueológicos de arquitectura y cerámica mayas de tal horizonte histórico, sin embargo, no se tiene un registro de que se hubiera desarrollado una cultura propia, separada de la cultura maya continental. Se sabe por las crónicas históricas de la llegada de Hernán Cortés en su viaje de conquista, que tocó la isla de Cozumel, celebrando en ella el primer servicio religioso cristiano en el continente (Santander y Ramos Díaz, 2011) y que entonces había grupos mayas habitando la isla, con quienes estableció un primer contacto.

Se tiene noticia de que la isla estuvo deshabitada durante gran parte de ella época colonial, hecho asociado a las guerras entre mayas y españoles y también a la presencia de corsarios en el mar caribe que utilizaban como base de operaciones para sus correrías las distintas islas. También se sabe que a fines del siglo XIX un grupo de exiliados de la península yucateca, huyendo de la llamada guerra de castas se asentó en la isla, iniciando la “re población de 1848” con lo que se entiende que la isla estaba entonces deshabitada. En esos años se fundan las poblaciones que actualmente subsisten, San Miguel al norte y El Cedral al sur de la isla.

A partir de entonces es que comienza a crecer la población, si bien en un principio de manera paulatina, con una economía de subsistencia que vivió dos hitos que la transformaron en el actual municipio con cabecera en la Ciudad de San Miguel Cozumel y con poco más de ochenta mil habitantes. El primero fue la instalación de una base aérea militar del ejército aliado durante la segunda guerra mundial con la que se mejoraron las instalaciones para el transporte y la infraestructura de servicios para la población.

El segundo hito se presenta con el auge del turismo en dos etapas, una primera a partir del turismo de buceo que comenzó a atraer atención internacional desde finales de la década de los sesenta y una segunda etapa a partir de la instalación de muelles para el atraque de cruceros,

desde inicios de los ochenta, cuando comienza también el auge de Cancún y del impulso del gobierno al turismo como instrumento de desarrollo económico para el recientemente creado estado de Quintana Roo (Santander y Ramos Díaz, 2011).

A raíz del auge del turismo, la isla ha recibido una importante oleada de migrantes, como sucede en diversos destinos turísticos latinoamericanos (Coriolano y Fernandes, 2014), a grado tal que en el más reciente censo se calculó que más de la mitad de los residentes en la isla no nacieron en Quintana Roo. Grupos migrantes de Yucatán, Chiapas, Veracruz, Tabasco, Campeche y la Cd. de México y también aunque en menor proporción de otros estados del país así como del extranjero: centroamericanos y antillanos, estadounidenses, sudamericanos, europeos y asiáticos se han avocindado en la isla, trayendo con ellos además de la fuerza de trabajo para la industria turística, costumbres, lenguas, creencias e ideologías que a lo largo de los años se han mezclado con las de los repobladores yucatecos del siglo XIX, produciendo lo que hoy día es la cultura de Cozumel, destino turístico del Caribe mexicano (González Damián y Macías Ramírez, 2010).

Cozumel actualmente el principal destino de cruceros del país y destino turístico internacional con perfil de sol y playa, su principal atractivo es el arrecife coralino que ha sido decretado como área natural protegida. De acuerdo con información estadística de la Secretaría de Turismo de Quintana Roo y de un estudio del perfil del visitante realizado en junio de 2017 (Secretaría de Desarrollo Turístico del Estado de Quintana Roo, 2017) la isla fue visitada por más de cuatro millones de personas durante el año 2016, de las cuales el 74% correspondió a pasajeros de crucero procedentes de Estados Unidos en recorridos estandarizados por las islas del Caribe.

Por su parte, la mayoría de los turistas que se alojan en alguno de los 3748 cuartos de hotel en Cozumel proceden de los Estados Unidos con 72.1%, en tanto que 21% nacionales se alojan en hotel y un número aproximadamente del mismo tamaño, se aloja en casas de amigos y familiares. Cozumel recibe también un flujo menor en comparación con los números antes indicados, pero también importante de visitantes con segunda residencia en la isla.

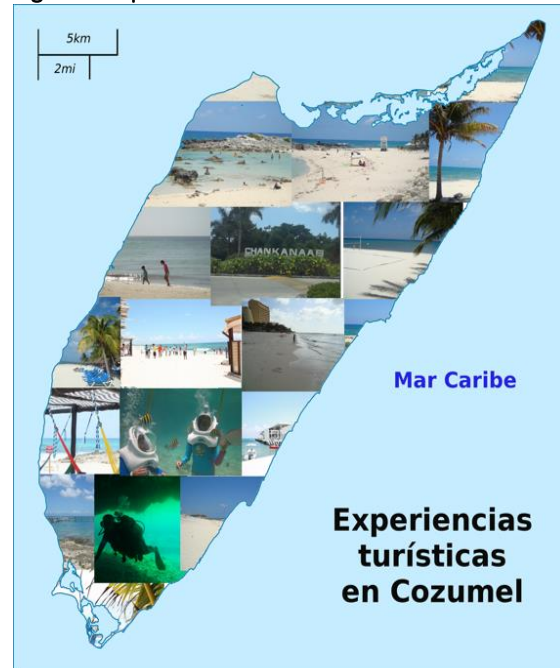
La procedencia de los turistas estadounidenses es de los estados de Texas (20.2%), Oklahoma (8.3%), California (6.0), Colorado (5.6%) y de otros 21 estados con menos del 5% c/u. De los turistas nacionales, principalmente provienen de la Ciudad de México (43.4%), Estado de México (9.2%), Baja California, Jalisco y Nuevo León (7.9% c/u) y de otros cinco estados con menos del 4% c/u. El ingreso promedio de los visitantes está entre 35 mil y 100 mil dólares anuales (52.5% del total). La estancia promedio es de 6.3 días y el grupo de visitantes promedio es de 3.2 personas.

Los turistas acuden a Cozumel a lo largo de todo el año con marcada concentración en dos temporadas muy altas: diciembre-enero y “semana santa”, y una tercera que puede considerarse también alta entre julio y agosto. El motivo principal de la visita es el placer asociado a la oferta de sol y playa (81.4%). 58.1% de los visitantes acuden a Cozumel a través de un paquete con todo incluido (transporte, alojamiento y alimentos) adquirido a través de agencia de viajes on-line (31.4%) o convencional (24.3%). Cerca de la cuarta parte de los visitantes reportan haber adquirido un “tour” en el destino, destinando en promedio \$330 dólares por grupo de 3.2 personas, de los cuales alrededor de la mitad se centraron en actividades subacuáticas.

3.3 Experiencias Turísticas Diseñadas que se Ofrecen en Cozumel

Como en todo destino turístico con movimiento actual, en la isla de Cozumel se ofrecen diversas posibilidades de actividad a los turistas, empaquetadas en la forma de experiencias, las más antiguas de ellas con menor trabajo de diseño y las más recientes por el contrario con cada vez mayor sofisticación, especialización y profesionalización. Entre las que ofrecen un menor diseño se encuentran las visitas a el Museo de la Isla, la Zona Arqueológica de San Gervasio, la renta de equipos como la renta de motocicleta, o vehículo abierto tipo jeep, jetski, o de velero, kayak de mar, entre otros acuáticos no motorizados, recorridos cortos por la costa en lancha con fondo de cristal, en embarcaciones rápidas como “waverunner” o “twister”, y las aventuras aero-acuáticas como el recorrido en parapente tirado por embarcación, o waveflyer.

Figura 3. Experiencias turísticas de Cozumel.



Fuente: Elaboración propia, a partir de las fotografías de Alma Rosa Macías Ramírez.

Se ofrecen experiencias con mayor trabajo de diseño, que involucran no únicamente la actividad misma, sino un contexto y cierto texto en su desarrollo como las visitas a los parques de Punta Sur, Chankanaab o Discover México, los accesos a los clubes de playa, la Isla de la Pasión y los day-pass en los hoteles all-inclusive, las actividades especializadas como el nado con delfines, el recorrido en catamarán, en submarino turístico y los tours snorkel y buceo, así como las experiencias escenificadas como el barco pirata, el pueblo del maíz, el tour del tequila y la fábrica de chocolate.

Mención particular merecen experiencias que si bien no son tan innovadoras pues cuentan con larga tradición, pero en sí mismas suponen un cierto lujo asociado al tipo de actividad y la ostentación misma de realizarla, como los tours de pesca deportiva, la práctica del golf y la renta o tours en yate.

3.4 Análisis de las Prácticas

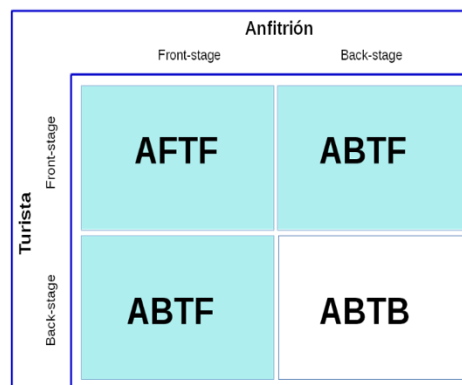
La población residente en Cozumel desarrolla su actividad económica directa o indirectamente vinculada al turismo, ya sea laborando directamente en las empresas que prestan servicio a los turistas o en las empresas proveedoras de las primeras, o bien indirectamente, laborando en los servicios y comercio para la propia población.

En general la percepción respecto a la actividad turística es ambivalente, por una parte se le ve como el motor económico sin el cual sería inviable la vida en la isla y por otra parte se ve a la afluencia turística, especialmente a los excursionistas de crucero, con cierto recelo, culpándosele de los principales problemas que se viven en el ámbito urbano que aunque menores comparados con los índices con que se contabiliza en el resto del país, para la población local resultan ominosos, tales como la delincuencia, el narcotráfico, el alcoholismo y la drogadicción, la prostitución y la trata de personas, la extorsión, la violencia, la contaminación de calles, playas y aguas, de la pérdida de valores y tradiciones, del empobrecimiento del lenguaje, de la exclusión social, de la desigualdad en ingresos o las epidemias de enfermedades infecciosas.

Si bien se responsabiliza al gobierno por no controlar tales problemáticas y se le culpa de incapaz o de corrupto, no se identifican claramente culpables individuales ni tampoco se ha promovido desde la sociedad civil acción colectiva contundente para reaccionar ante tales problemas y en su lugar se ha preferido destinar recursos y atraer inversión externa para mejorar la oferta turística existente y también para diversificarla, ampliarla, especializarla y profesionalizarla, con el fin de mantenerla en boga.

De este modo, a lo largo de las recientes generaciones, la oferta turística en Cozumel ha logrado desarrollar diversos tipos de experiencias, desde las que requieren un menor esfuerzo de diseño y que dejan la mayor parte de la responsabilidad en la creación *front-stage* de la experiencia al turista hasta aquellas que requieren una mayor participación en la creación *front-stage* de la experiencia al anfitrión, de manera que se pueden clasificar en tres tipos de experiencias turísticas: 1) anfitrión: solo *back-stage* + turista: *back* y *front-stage* (ABTF), 2) anfitrión y turista: *back* y *front-stage* (AFTF) y 3) anfitrión: *back* y *front-stage* + turista: solo *back-stage* (AFTB) y uno del tipo de experiencias pre-turísticas: cuando tanto anfitrión como turista realizan acciones *back-stage*. Es decir que les preparan a ambos para asumir el rol adecuado en el marco de experiencia turística pero no desempeñan el rol socialmente tipificado ni de anfitrión ni de turista (ABTB). Esquemáticamente se observa su relación en la figura 4.

Figura 4. Tipología de experiencias turísticas de acuerdo con la participación de los actores.



Fuente: Elaboración propia.

Experiencias turísticas ABTF en Cozumel son características las rentas de vehículos motorizados ya sea para recorrer la isla por tierra o hacer cortos recorridos marítimos, en ellas la interacción cara a cara entre turistas y anfitriones se reduce a la renta y entrega de los equipos. Las experiencias con mayor interacción cara a cara AFTF, características en Cozumel son las visitas a los parques naturales, los recorridos subacuáticos, los clubes de playa y son las más desarrolladas en el destino turístico. Las experiencias AFTB con una interacción mínima cara a cara entre turistas y anfitriones son todas las que proporcionan información al turista, pero no le requieren asumir el rol de manera interactiva, algunas características en Cozumel son el Museo de la Isla o el parque-museo de Discover México pero también es el caso de la Zona Arqueológica de San Gervasio.

Las experiencias totalmente ABTB, son las que viven por separado turistas y anfitriones aun cuando sean preparadas para la contraparte, en ella se incluyen todas las acciones de preparación, planeación, evaluación, auditoría, certificación, construcción, equipamiento, proveeduría, educación y de capacitación por parte de los prestadores de servicios en Cozumel. Si bien se les ha denominado aquí pre-turísticas, en un sentido de construcción colectiva de los significados atribuibles al turismo socialmente entendido, son también turísticas.

Las experiencias turísticas que se ofrecen en Cozumel, han conseguido especializarse y profesionalizarse, de manera que se pueden encontrar desde aquellas con menor trabajo de diseño hasta las que han desarrollado todo un

esfuerzo creativo deliberado en el que a los elementos naturales se agregan textos que dan coherencia o congruencia al relato o ambiente de la experiencia en concordancia con lo que propone el meta-concepto de experiencia turística (Tussyadiah, 2013), las experiencias con alto grado de diseño en Cozumel son por ejemplo las de “el pueblo del maíz”, la visita a la hacienda tequilera, la fábrica de chocolate, el barco pirata, las ofrecidas por los parques Chankanaab y Punta Sur, que son prácticamente puestas en escena que incluyen música, escenografía, coreografías con actores y bailarines profesionales, aprovechando el entorno histórico cultural de México, el mundo maya y el caribe, así como los recursos naturales como las playas, arrecifes, lagunas, humedales y el omnipresente mar caribe.

Las experiencias han sido diseñadas ya sea en menor o mayor medida y se ofrecen de manera cotidiana en Cozumel, por parte de la sociedad anfitriona con miras a alcanzar una alta satisfacción en los turistas, técnicamente planteadas para propiciar eventualmente la repetición de su visita o para obtener su recomendación positiva a otras personas para que a su vez visiten la isla y vivan personalmente las experiencias, se orientan a tocar emocional y afectivamente al turista, a seducirle, a capturarlo.

No obstante, la operación cotidiana de las experiencias se hace mediada por las creencias y suposiciones respecto a lo que el turista desea, lo que le seduce, lo que le toca emocional y afectivamente, por lo que se puede afirmar que en mayor o menor medida las experiencias, al cotidianizarse se ofrecen construidas en mayor o menor medida desde la alteridad tipificada. Es en esto en donde se encuentran operando claramente los marcos primarios de la experiencia, elegidos desde su tipificación, aun cuando la situación se presente en un contexto desconocido o exótico para el viajero o cotidiano para el anfitrión.

Al respecto, llama la atención la distinción sumamente marcada de la oferta de experiencias cuando se realiza para turistas extranjeros de aquella que se hace para turistas nacionales y más aún cuando son los propios locales quienes se avienen a participar como consumidores en las experiencias diseñadas para los turistas. Cuando se ofrece a nacionales y/o a locales, la experiencia se ofrece sin algunos detalles de su sofisticación, por ejemplo algunos efectos musicales o teatrales o sin

explicaciones detalladas respecto a la “autenticidad” de la experiencia y se deja en mayor libertad al turista de crear su propia experiencia, se le deja la responsabilidad pero también de alguna manera se le hace un “guiño” para que acepte sin cuestionar las fallas, deficiencias en el relato o discrepancias del guiño con la historia o cultura “auténticas”.

Por ejemplo, sucede en el caso de la gastronomía, que al turista se le ofrece como auténtica cocina mexicana representada por fajitas y nachos en tanto que al nacional se le ofrece como “tex-mex” o acaso como fast-food y al local se le ofrece como cocina para el turista pues nada tiene que ver con la cocina yucateca. Caso especial lo representa el chile, ingrediente por excelencia de la cocina mexicana que en las experiencias turísticas de Cozumel se ofrece a los turistas atenuado y prácticamente inexistente a juicio del paladar local que está acostumbrado a consumir el chile habanero, con alta concentración de la sensación picante.

Otro ejemplo puede encontrarse en el uso de música “auténtica mexicana” en las experiencias diseñadas, representada por temas de mariachi y composiciones pop basadas en temas rancheros que nada tienen que ver con la música afroantillana de gran preferencia por la gente de la región y menos aún con la jarana o la trova yucatecas. Este par de ejemplos, tomados de rasgos culturales que son extremadamente notorios para locales y nacionales pueden pasar desapercibidos para el turista extranjero, sin embargo, esta creencia solo demuestra que el turista y sus necesidades se han tipificado, llegando a extremos de caricaturizarle, de reducirlo a un estereotipo.

Los estereotipos se reproducen en el imaginario social y llevan a visualizar al turista de manera caricaturizada, especialmente al extranjero en Cozumel al que se le caracteriza como (Comunicación personal, 2015):

Gringos altos y gordos que inundan las calles y los centros comerciales, que andan en poca ropa, sudorosos y olorosos a bloqueador solar, con piel enrojecida por el sol, que hablan inglés y que se lo pasan bebiendo cerveza y comiendo fajitas. Vagabundean durante el día sin orientación en grupos de tres a cinco, con sus mujeres e hijos, pagan en dólares y se creen todo lo que les cuentan, por la noche corean a gritos canciones de Bob Marley o de los Beach Boys en los bares de turistas y ya ebrios dan traspiés intentando bailar salsa o cumbias.

Esta visión caricaturizada del turista extranjero se reafirma cuando de manera repetida el turista disfruta las experiencias que se le ofrecen y califica favorablemente los servicios recibidos a través de las encuestas y de las redes sociales. El turista extranjero por supuesto percibe las fallas, deficiencias o inexactitudes en los relatos, pero en lugar de abandonar el marco de experiencia se aferra a él, acaso lo disfruta como folclórico, como producto de una ignorancia inocente por parte de los anfitriones, inocencia digna de compasión antes que de rechazo o bien tolera las deficiencias puesto que reconoce en su participación co-creativa la responsabilidad del coproductor.

Al final, los turistas se unen al engaño, completo o parcial en el que los anfitriones y ellos mismos dan sustancia a las experiencias turísticas en Cozumel. Cabe también aquí hacer una acotación a esta afirmación pues ni todas las ocasiones falla la representación ni en todos los casos se puede o debería considerarse un engaño, lo que aquí se pretende destacar es que auténticas o no, logradas o no, exitosas o no, respetando o no el texto y la ambientación hasta el último detalle, al parecer las experiencias siguen funcionando en cuanto a su reproducción, institucionalización y socialización, esto es que solo se puede considerar fallida una experiencia en términos particulares, mas no en su construcción colectiva, social.

Como consecuencia de lo expuesto antes, las experiencias turísticas resultan auténticas, únicas, memorables o simplemente satisfactorias puesto que quienes participan en ellas de antemano han accedido a involucrarse voluntariamente en su coproducción, asumiendo entonces parte de la responsabilidad y negándose al fracaso, incluso en aquellos casos en los que el turista refiere una insatisfacción o una satisfacción incompleta respecto a su expectativa, tal satisfacción es comparada con la norma, con el marco de experiencia tipificado en el acervo socialmente construido, con lo que lo realimenta y lo confirma, aun cuando fuese una experiencia insatisfactoria.

Las experiencias turísticas en este sentido tienden a auto-sostenerse en la medida en la que los significados atribuidos a cada experiencia particular sean consistentes con el sentido general atribuido al marco de experiencia socialmente tipificado correspondiente.

Esto también significa que la coproducción de las experiencias turísticas en las condiciones en las que suceden en la actualidad, por lo menos en el caso de Cozumel, pero que probablemente sea mucho más generalizado o generalizable de lo que aquí se afirma, tienden a conservar, repetir e incluso a reafirmar las tipificaciones que les precedieron respecto a la posibilidad de relacionarse con el Otro, sean estas de prejuicios, menosprecio del otro, discriminación, recelo o miedo, o incluso animadversión y abierto rechazo. Esto tiene importantes consecuencias en la conceptualización de la experiencia turística, al mirarse desde la perspectiva del anfitrión, del habitante de un destino turístico, particularmente de los identificados con el sur, en desarrollo, relativamente dependientes y relativamente tecnificados.

4 REFLEXIONES QUE SE DESPRENDEN DE LOS HALLAZGOS

En este artículo se presenta un abordaje conceptual sobre la construcción social de las experiencias turísticas desde la perspectiva de los anfitriones, ilustrado a partir de la observación y análisis de diversas experiencias turísticas que se ofrecen en la isla de Cozumel, destino turístico mexicano en el Mar Caribe, reconocido como el destino de mayor arribo de cruceros en México y enclavado en el sistema arrecifal mesoamericano, privilegiado para la práctica de actividades subacuáticas tanto profesionales como turísticas y que a partir de ello desde la segunda mitad del siglo XX ha desarrollado una intensa actividad receptora de turistas y por ende ha desarrollado experiencias turísticas diversas, especializadas, profesionalizadas y sofisticadas que se ofrecen a los visitantes a lo largo de todo el año.

Si bien la isla de Cozumel evidencia una larga historia de ocupación humana, la actual cultura es en realidad un crisol de diversas provenientes de otros ámbitos territoriales, tanto nacionales como extranjeros, a causa de una intensa inmigración que constituye hoy en día más de la mitad de la población residente en la isla. Esto lleva a que no se pueda sostener que exista una oferta de experiencias turísticas vernácula o de diseño propio, sino que éstas son también un crisol en el que se fusionan elementos provenientes también de diversos contextos socioculturales, diseñadas o planificadas fuera del contexto insular, pretendiendo aproximarse a las

necesidades y deseos de los turistas, para alcanzarlos de manera emotiva y afectiva, pero que se ofrecen de manera cotidiana, mediadas por la idiosincrasia, las creencias y la cultura, pero también de los estereotipos y prejuicios de la sociedad anfitriona.

A manera de síntesis de la reflexión se puede enunciar que a partir de las prácticas observadas en Cozumel: 1) la experiencia turística es coproducida de manera interpersonal con la interacción entre turistas y anfitriones 2) la experiencia que vive el turista ha sido diseñada, procesada, presentada, reprocesada y estandarizada por la sociedad anfitriona, 3) Cada experiencia diseñada pretende influir en el turista, para proporcionarle altos niveles de satisfacción que además le impulsen a elevar su consumo, pero se realiza desde la idiosincrasia, creencias, costumbres, conocimientos, habilidades, actitudes, valores, ideas, nociones, prejuicios y normas sociales de la sociedad anfitriona. 4) El diseño se hace pensando en el disfrute del turista, es decir presuponiendo lo que desea y valora; presupuestos que parten de tipificaciones sociales, sexuales, culturales, políticas, religiosas, morales, ideológicas, 5) El consumo, evaluación y expresión de satisfacción del turista con la experiencia que ha vivido, se constituyen en instrumentos de reafirmación, confirmación y legitimación de las tipificaciones sociales.

Un hallazgo imprevisto al que se llegó con las reflexiones reside en que los turistas, cuando comparten su experiencia con otros ya sea personalmente o a través de las redes sociales y principalmente cuando es a través de éstas últimas, ayudan a reafirmar y confirmar los estereotipos, pues reporta en general lo bien que le ha ido en las experiencias diseñadas ad hoc, pues ¿cómo podría decir algo distinto? Si él o ella eligió la experiencia que le ofreció el mercado, entre otras muchas, sabía o al menos tenía una idea de lo que viviría. Si algo falló se reporta en términos de los estándares de calidad y seguridad, no de crisis o choque de valores, ideales, prejuicios o creencias.

La investigación académica sobre la experiencia turística ha evolucionado en consistencia con la evolución del pensamiento científico hacia versiones postmodernas, más plurales, abiertas, contextualizadas, flexibles, por lo que algunos conceptos que durante años permanecieron inalterados, hoy se ven en la necesidad de ser reexaminados. En el presente texto se presentaron reflexiones analíticas en aspectos que justamente

requieren mayor examen del que han recibido en la literatura académica, particularmente por una parte en cuanto a qué puede ser entendido como experiencia turística cuando se le observa desde un ángulo interpersonal, intersubjetivo, socialmente construido y por otra, la necesidad de revalorar la importancia de la participación de la sociedad anfitriona en la coproducción de las experiencias turísticas, aspecto que poco se ha discutido en la literatura académica. Las reflexiones se construyeron desde el análisis teórico y se ilustran desde el caso de Cozumel en México, lo cual podría verse como una limitación, no obstante, el ejercicio reflexivo puede replicarse en distintos sitios, previsiblemente los hallazgos a nivel conceptual serían consistentes con lo aquí presentado, aun cuando en su especificidad textual y contextual sean distintos.

De antemano se reconoce que estas reflexiones no agotan las posibilidades de análisis tanto en el ámbito de lo teórico conceptual y metodológico, como en el sus implicaciones empíricas tanto en la investigación académica como en su aplicación práctica en la industria y los destinos turísticos, no obstante, se plantean como punto de partida para enriquecer el debate académico y también como provocación que permita vislumbrar nuevos derroteros para el desarrollo de la actividad en un sentido humano, más incluyente, más plural, abierto y flexible.

Lo primero a destacar es que aquí se plantea, entrando en discusión con la corriente principal en la literatura académica sobre la experiencia turística, que la experiencia para ser considerada turística no tendría que centrarse únicamente en la experiencia del viajero, que es necesario que incluya lo que aporten a ella los actores relevantes para su producción, es decir que la experiencia turística no es sólo la experiencia del consumo turístico sino la experiencia de coproducción-consumo turístico. Este planteamiento obliga a examinar la producción social de la experiencia en una dimensión interpersonal y justifica la elección de un abordaje socio-construccionista para analizarla, esta elección asimismo establece también los límites del análisis que serán los mismos que tiene esta perspectiva.

La experiencia turística se concreta con la intersección de dos marcos coproducidos cada uno de ellos a partir de la combinación de las experiencias del turista (protagonista, viajero virtual o real) y del anfitrión (director, diseñador, actor,

residente, comunidad local virtual o real), en otras palabras, la experiencia turística sólo puede ser considerada como tal cuando incluye tanto la experiencia de quienes viajan como la de quienes lo reciben. Por separado cada una de ellas también pueden ser denominadas experiencias: la experiencia del turista y la experiencia del anfitrión, ambas relevantes pues se construyen como espejo una de la otra, es decir la experiencia del turista para serlo requiere de la existencia, incluso virtual, de su contraparte, la experiencia del anfitrión, del mismo modo que la experiencia del anfitrión requiere de la existencia, preferentemente no virtual, de la experiencia del turista.

Esto abre no solo las posibilidades para estudiar, analizar, comprender, investigar de manera distinta la construcción social de las experiencias turísticas en un sentido puramente académico sino también evidencia la necesidad de volver a pensar en las condiciones y contexto en el que se diseñan y ofrecen operativamente tales experiencias en el mercado turístico internacional.

En lo académico, se pueden plantear ideas para abordar el estudio analítico, detallado y crítico de las experiencias turísticas desde su dimensión interpersonal, en tres sentidos: 1) directamente en la dimensión interpersonal, esto es poniendo el foco de atención en ella, 2) en la relación de la dimensión interpersonal con la dimensión individual, esto es poniendo el acento de la investigación en el vínculo entre las relaciones interpersonales y el individuo, 3) en la relación de la dimensión interpersonal con la dimensión institucional o estructural, esto es ubicando el foco de interés de la investigación en el vínculo entre las relaciones interpersonales y la estructura social.

Entre otros temas, se podrían abordar, tomando como punto de partida lo planteado en este texto, los siguientes seis: 1) la construcción social de la experiencia turística desde la perspectiva del turista 2) la construcción social de la experiencia turística desde la perspectiva del anfitrión 3) el diseño integral de las experiencias turísticas 4) los efectos de las experiencias turísticas diseñadas en la sostenibilidad de los destinos turísticos 5) los efectos de las experiencias turísticas diseñadas en las sociedades emisoras de turismo 6) fundamentación, conceptualización y rearticulación teórica de la construcción social de la experiencia turística.

En lo profesional, el esfuerzo por ofrecer experiencias mejoradas en los últimos veinte años se ha apoyado en la búsqueda de ofrecer mayores comodidades y hacer uso optimizado de recursos, personalizando las experiencias, introduciendo nuevos elementos a las experiencias o creando experiencias innovadoras de realidad aumentada o de realidad virtual, hecho que está transformando profundamente al turismo y a las experiencias turísticas como se les ha entendido hasta ahora.

REFERENCIAS

- Acevedo, M. H. (2011). Notas sobre la noción de frame de Erving Goffman. *Intersticios, Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, 5(2), 187–198.
- Adhikari, A., y Bhattacharya, S. (2016). Appraisal of literature on customer experience in tourism sector: review and framework. *Current Issues in Tourism*, 19(4), 296–321. <https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1082538>
- Aho, S. (2001). Towards a general theory of touristic experiences: Modelling experience process in tourism. *Tourism Review*, 56(3/4), 33–37. <https://doi.org/10.1108/eb058368>.
- Alcantara de Freitas, J. (2015). Pensando em uma antropologia do consumo do turismo. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(3), 72–79.
- Allen Cordero, U. (2016). Construcción social del paisaje de los pescadores en Puntarenas, Costa Rica. *Teoría Y Praxis*, 20, 125–154.
- Araújo Perazzolo, O., Deschini Ferreira, L., Cappellano dos Santos, M. M., y Zerger, E. (2016). Relações de hospitalidade no entrecruzamento das dimensões “sincronia” e “simetria” no contexto do turismo. *Rosa dos Ventos - Turismo E Hospitalidade*, 8(4), 538–554.
- Arnaiz Burne, S. M. (2015). Retos del turismo en la sociedad actual. *Revista Latinoamericana Turismología*, 1(1), 55–60.
- Barboza Núñez, E. (2016). Ciudades amuralladas del siglo XXI: producción del espacio y colonialidad en el turismo de playa intramuros en Guanacaste, Costa Rica. *Revista Latinoamericana Turismología*, 2(1), 71–83.
- Barboza Núñez, E. (2017a). EL ENCLAVE TURÍSTICO Y LA IMAGEN DEL “BUEN SALVAJE” AMERICANO Un abordaje iconográfico. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26(4), 760–780.
- Barboza Nuñez, E. (2017b). La Experiencia Turística: entre el valor, el afecto y las redes sociales. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 7(1), 35–41.
- Benedini Brusadin, L., y Panosso Netto, A. (2016). La dádiva y el intercambio simbólico. Supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25(4), 520–538.
- Berger, P. L., y Luckmann, T. (2005). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

- Bigné, J. E., y Andreu, L. (2004). Emotions in segmentation. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 682–696. <http://doi.org/10.1016/j.annals.2003.12.018>
- Björk, P. y Prebensen, N. (2014). Tourist experience value: tourist experience and life satisfaction. In N. Prebensen, Chen, y Uysal (Eds.), *Creating experience value in Tourism*. CABI.
- Boorstin, D. J. (1964). *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*: Daniel J. Boorstin: New York, USA.: Vintage.
- Calleja Sordo, C., y González-Damián, A. (2016). Mercantilización de la cultura en aras de ofrecer una experiencia turística estandarizada. Reflexiones desde el caso de Cozumel, México. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 6(Especial), 82–95. <http://doi.org/10.2436/20.8070.01.15>
- Campodónico, R. (2015). Turismo: de la movilidad al espacio. *Revista Latinoamericana Turismología*, 1(2), 8–16.
- Campodónico, R., y Chalar Bertolotti, L. (2013). El turismo como construcción social: un enfoque epistemológico-metodológico. *Turismo y Sociedad*, 14, 47–63.
- Campos, A. C., Mendes, J., Oom Patricia, y Scott, N. (2018). Co-creation of Tourist Experience: A Literature Review. *Current Issues in Tourism*, 21(4), 369–400. <http://doi.org/https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1081158>
- Chandralal, L., y Valenzuela, F.-R. (2013). Exploring Memorable Tourism Experiences: Antecedents and Behavioural Outcomes. *Journal of Economics, Business and Management*, 1(2), 177–181. <https://doi.org/10.7763/JOEBM.2013.V1.38>
- Cortez Ahumada, A. (2014). Disputas Por La Playa. Turismo, Sociedad Violencia Simbólica En Los Inicios De La Masificación Social Del Balneario De Cartagena, 1930-1960. *Gestión Turística*, 21, 33–59.
- Coriolano, L. N. M. T., y Fernandes, L.M. (2014). Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(1), 45–52.
- Dachary, A. C. (2015). El Turismo: un modelo de desarrollo. *Revista Latinoamericana Turismología*, 1(1), 1–78.
- Diller, S., Shedroff, N., y Rhea, D. (2005). Making meaning: How successful businesses deliver meaningful customer experiences. New Riders Publishing.
- Duarte Pimentel, T. (2017). Bourdieu, Tourism Field and its implications for Governance of Tourist Destinations. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 7(2), 32–37.
- Duarte, P. (2012). Tourist experience: contemporary perspectives. *Journal of Heritage Tourism*, 7(2), 187–188. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/1743873X.2011.638459>
- Elands, B. H. M., y Lengkeek, J. (2012). The tourist experience of out-there-ness: Theory and empirical research. *Forest Policy and Economics*, 19, 31–38. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2011.11.004>
- Escalera Briceño, A., y Palafox Muñoz, A. (2015). Una Propuesta Para El Análisis Del Turismo Desde La Perspectiva De La Geopolítica Crítica. *Revista Latino-Americana de Turismología*, 1(1), 27–35.
- Estaregue, D., Schmidt Alves Díaz Merino, G., Díaz Merino, E. A., y Matos Goncalves, M. (2017). Design experiencial no turismo: uma revisão integrativa sobre o tema. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, 7(1), 85–100. <http://doi.org/10.2436/20.8070.01.47>
- Filep, S., y Pearce, P. (2013). *Tourist experience and fulfilment: insights from positive psychology*. Routledge.
- Flores, F. C., y Oviedo, M. E. (2017). Imaginarios Turísticos, Construcción de Atractivos y New Age: el caso de San Marcos Sierras (Argentina). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26, 493–508.
- Frochot, I., y Wided, B. (2013). *Marketing and Designing the Tourist Experience*. Oxford: Goodfellow Publishers Limited.
- Gallarza, M. G., y Gil, I. (2008). The concept of value and its dimensions: a tool for analysing tourism experiences. *Tourism Review*, 63(3), 4–20. <https://doi.org/10.1108/16605370810901553>
- Gelter, H. (2010). Total experience management – a conceptual model for transformational experiences within tourism. *Proceedings: The Nordic Conference on Experience, 2008. Research, Education and Practice in Media* (pp. 46–78). Vaasa: Tritonia.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press. <http://doi.apa.org/psycinfo/1975-09476-000>
- Goffman, E. (2004). *La presentación de la persona en la vida cotidiana* (1a 5a reim). Argentina: Amorrortu editores.
- Gomes Sant'Ana de Castro, T., y Gamonal Barra de Almeida, L. (2012). Sustentabilidade Cultural: uma reflexão sobre o paradoxo existente nos encontros turísticos. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 2(1), 46–54.
- Gómez Nieves, S. (2010). La demarcación científica: Una cuestión olvidada en los estudios turísticos latinoamericanos. *Anuario Turismo y Sociedad Universidad Externado de Colombia*, 11, 105–118.
- González Damián, A. (2004). El anfitrión como actor social en el turismo. Reflexiones desde el caso de Ixtapan de la Sal, México. *Revista de Ciencias Sociales (CR)*, 2004(105), 155–168.
- González Damián, A. (2009). El turismo desde un enfoque de sociología constructivista. *Teoría y Praxis*, 6, 107–122.
- González Damián, A. (2017a). *Construcción social de la experiencia turística* (1st ed.). Madrid: Bubok Publishing S.L.
- González Damián, A. (2017b). Transformaciones espacio-temporales inducidas por las TIC en la experiencia turística: reflexiones desde el construccionismo social. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 7(1), 23–34.
- González Damián, A., y Macías Ramírez, A. R. (2010). Tres décadas como anfitriona: génesis, expansión y crisis de la sociedad quintanarroense. *Revista de Economía, Sociedad, Turismo Y Medio Ambiente*, (11), 193–221.
- González-Damián, A. (2011). *Construcción social del turismo*. Una perspectiva teórica de sociología constructivista para el estudio del turismo. Saarbrücken: Editorial Académica Española.
- González-Damián, A., y Macías-Ramírez, A. R. (2017). Modelo Conceptual de los Marcos Primarios de la Experiencia Turística Mediada por Tecnología. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 9(II), 159–178. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v9i2.p159>

- Gorgone Pampín, A. (2015). El Viaje Turístico Como Viaje Sagrado: Análisis de Experiencias Turísticas desde la Mitología y Función Psicológica del Mito. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(1), 8–21.
- Gosling, M. de S., Silva, J. A., y Coelho, M. de F. (2016). El Modelo de Experiencias Aplicado a un Museo La perspectiva de los visitantes. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, (25), 460–482.
- Guerreiro, J. A., y Marques, J. F. (2017). Visita guiada à fábrica de antiguidades: Sociologia, Turismo e Autenticidade. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 7(1), 8–22.
- Guerrero Rodríguez, R., Preciado Guerrero, A., y Miranda Zambrano, G. A. (2017). Explorando el papel de las redes virtuales en la construcción del “Turismo Íntimo”: El caso del couchsurfing. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26(2), 326–347.
- Guimaraes, V. M. (2012). Encontros turísticos: reflexões sobre o turismo através da subjetividade do turista. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 2(1), 55–64.
- Gularte, M., y Hallal, R. (2017). As Viagens e as Experiências de Fronteira na Transgressão do Armário Gay. *Rosa Dos Ventos - Turismo E Hospitalidade*, 9(1), 133–155.
- Heimtun, B., y Abelsen, B. (2012). The tourist experience and bonding. *Current Issues in Tourism*, 15(5), 425–439. <http://doi.org/10.1080/13683500.2011.609275>
- Hernández Espinosa, R., y Monterrubio, C. (2016). Construcciones sociales del espacio turístico recreativo. Un estudio interpretativo sobre las prácticas recreativas en el parque nacional Molino de Flores Neahualcóyotl, México. *Turismo Y Sociedad*, XIX, 37–48. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.18601/01207555.n19.03>
- Jurowski, C. (2009). An examination of the four realms of tourism experience theory. *Proceedings.... International CHRIE Conference-Refereed Track* (pp. 1–8). Amherst: University of Massachusetts. <https://doi.org/ISBN#0-9746470-8-X>
- Kim, J.-H. (2014). The antecedents of memorable tourism experiences: The development of a scale to measure the destination attributes associated with memorable experiences. *Tourism Management*, 44, 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.02.007>
- Kim, J.-H., y Ritchie, J. R. B. (2014). Cross-Cultural Validation of a Memorable Tourism Experience Scale (MTES). *Journal of Travel Research*, 53(3), 323–335. <https://doi.org/10.1177/0047287513496468>
- Korstanje, M. E. (2013). Epistemología del turismo: teoría del sistema onírico. *Palermo Business Review*, (10), 7–20.
- Korstanje, M. E. (2016). Discutiendo la metáfora del paraíso perdido. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 6(1), 203–211. <http://doi.org/10.2436/20.8070.01.31>
- Korstanje, M. E., y Tzanelli, R. (2017). Filosofía del pasaporte y reciprocidad en tiempos de movilidad Una construcción alternativa a la tesis de los no-lugares. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26, 478–492.
- Larsen, J. (2010). Goffman and the tourist gaze: a performative perspective on tourism mobility. In M. Hviid Jacobsen (Ed.), *The contemporary Goffman* (p. 396). New York: Routledge.
- Larsen, J., y Meged, J. W. (2013). Tourists Co-producing Guided Tours. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 13(2), 88–102. <https://doi.org/10.1080/15022250.2013.796227>
- Liu, Y., Li, M., y Xiao, H. (2013). A Model of Tourist Experience. *Proceedings... 18th Annual Graduate Education and Graduate Student Research Conference in Hospitality and Tourism* (p. 35). Recuperado de <http://conferences.wsu.edu/conferences/hospitality/pdf/ConferenceProceedings.pdf#page=56>
- Lu, L., Chi, C. G., y Liu, Y. (2015). Authenticity, involvement, and image: Evaluating tourist experiences at historic districts. *Tourism Management*, 50, 85–96. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.01.026>
- MacCannell, D. (1976). *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Berkeley: University of California Press.
- Mkono, M., Markwell, K., y Wilson, E. (2013). Applying Quan and Wang’s structural model of the tourist experience: A Zimbabwean netnography of food tourism. *Tourism Management Perspectives*, 5, 68–74. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.10.007>
- Monterrubio, J. C. (2015). Construcciones Socioculturales De La Playa Nudista. Entre lo liminar y el homoerotismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24, 908–923.
- Morales Gaitán, S. (2014). Los ensambladores y el entramado turístico. Un aporte desde la investigación cualitativa. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(2), 8–18.
- Morgan, M., Lugosi, P., y Ritchie, J. R. B. R. (2010). *The Tourism and Leisure Experience, Consumer and Managerial Perspectives*. Bristol: Channel View Publications.
- Neuhofner, B., Buhalis, D., y Ladkin, A. (2014). A Typology of Technology-Enhanced Tourism Experiences. *International Journal of Tourism Research*, 16(4), 340–350. <https://doi.org/10.1002/itr.1958>
- Pereira Chaves Pimentel, M., y Fernandes Costa Machado, D. (2014). Entre a fome de distinção social e os prazeres da gula: uma discussão sobre os significados culturais associados ao consumo no turismo gastronômico. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(2), 19–31.
- Pernnecky, T. (2012). Constructionism. Critical pointers for tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 39(2), 1116–1137. <http://doi.org/10.1016/j.annals.2011.12.010>
- Pine, B. J., y Gilmore, J. H. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, 76, 97–105.
- Prebensen, N. K., Chen, J. S., y Uysal, M. (2014). *Creating experience value in tourism*. Boston: CAB International.
- Quan, S., y Wang, N. (2004). Towards a structural model of the tourist experience: an illustration from food experiences in tourism. *Tourism Management*, 25, 297–305. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(03\)00130-4](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(03)00130-4)
- Ritchie, J. R. B., Tung, V. W. S., y Ritchie, J. B. (2011). Tourism experience management research: emergence, evolution and future directions. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 23(4), 419–438.
- Ryan, C. (2010). Ways of Conceptualizing the Tourist Experience A Review of Literature. *Tourism Recreation Research*, 35(1), 37–46. <https://doi.org/10.1080/02508281.2010.11081617>

- Sánchez Aguirre, D. P., Maldonado Alcudia, M. C., Martínez Vázquez, L. D., y Lara, G. (2017). Rentabilidad de hoteles boutique explicada desde la experiencia memorable. *El Periplo Sustentable*, 33, 81–104.
- Sánchez-Fernández, M. D., Álvarez-Bassi, D., y Cardona, J. R. (2016). Grupos de residentes de punta del este (Uruguay) según su actitud hacia el turismo. *Revista Latinoamericana Turismología*, 2(1), 55–70.
- Sánchez, V., y Santamaría, A. (2015). Sexo, Sol y Playa: el inconsciente del imaginario turístico en Mazatlán - México. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24, 993–1013.
- Santamaría Gómez, A. (2013). Viajeros y turistas de Estados Unidos en periódicos y revistas de México. De la visión imperial del siglo XIX a la paternalista del siglo XXI. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 3(1), 25–47.
- Santander, L. C., y Ramos Díaz, M. (2011). Cozumel, de isla abandonada a puerto de cruceros. *El Periplo Sustentable. Turismo y Desarrollo*, (21), 5–30.
- Secretaría de Desarrollo Turístico del Estado de Quintana Roo. (2017). *Perfil y comportamiento del turista en Cozumel Julio - Septiembre 2017*. Recuperado de <http://qroo.gob.mx/sedetur/estudios-del-perfil-del-turista-en-quintana-roo-0>
- Sfandla, C., y Bjork, P. (2012). Tourism Experience Network: Co-creation of Experiences in Interactive Processes. *International Journal of Tourism Research*, 15(5), 495–506. <http://doi.org/10.1002/jtr.1892>
- Sharpley, R., y Stone, P. R. (2011). *Tourist Experience: Contemporary Perspectives*. London: Routledge.
- Shepherd, R. J. (2015). Why Heidegger did not travel: Existential angst, authenticity, and tourist experiences. *Annals of Tourism Research*, 52, 60–71. <https://doi.org/10.1016/j.jannals.2015.02.018>
- Small, J. (2008). The absence of childhood in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 772–789. <http://doi.org/10.1016/j.jannals.2008.06.002>
- Small, J., y Darcy, S. (2011). Understanding tourist experience through embodiment: The contribution of critical tourism and disability studies. En D. Buhalis y S. Darcy (Eds.), *Accessible tourism: concepts and issues* (pp. 73–97). London: Channel View Publications.
- Tribiño, L. F. (2015). Seudoturismo: el turista y sus falsas prácticas durante el ejercicio de la actividad turística. *Anuario Turismo y Sociedad Universidad Externado*, Colombia, 17, 127–140.
- Tung, V. W. S., y Ritchie, J. R. B. (2011). Exploring the essence of memorable tourism experiences. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1367–1386. <https://doi.org/10.1016/j.jannals.2011.03.009>
- Tussyadiah, I. P. (2013). Toward a Theoretical Foundation for Experience Design in Tourism. *Journal of Travel Research*, 53(5), 543–564. <http://doi.org/10.1177/0047287513513172>
- Uriely, N. (2005). The tourist experience. Conceptual Developments. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 199–216. <http://doi.org/10.1016/j.jannals.2004.07.008>
- Urry, J., y Cooper, C. P. (1991). The sociology of tourism. In C. P. Cooper (Ed.), *Progress in tourism, recreation and hospitality management* (pp. 48–57). London: Wiley.
- Van Broeck, A. M., y López López, Á. (2015). Turismo y sexo. Una reflexión teórica desde el homoerotismo y el espacio. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24(4), 787–808.
- Vieirada Silva, M. J. (2016). “Cada um no seu quadrado”: evidências de segregação socioespacial (turistas e residentes) nas práticas litorâneas de lazer no destino Natal –RN. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, 6(1), 22–39. <http://doi.org/10.2436/20.8070.01.22>
- Villacis Mejía, M. C., Pons García, R. C., y Garrido Cornejo, C. (2015). La industria de la cultura: una alternativa para la diversificación de la actividad turística en América Latina. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(2), 16–25.
- Walker, K., & Moscardo, G. (2014). Encouraging sustainability beyond the tourist experience: ecotourism, interpretation and values. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(8), 1175–1196. <http://doi.org/10.1080/09669582.2014.918134>
- Wang, D., y Fesenmaier, D. R. (2013). Transforming the Travel Experience: The Use of Smartphones for Travel. En L. Cantoni y Z. Xiang (Eds.), *Information and Communication Technologies in Tourism* (pp. 58–69). Berlin: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-642-36309-2_6
- Wolf, M. (2010). *The entertainment economy: How mega-media forces are transforming our lives*. Crown Business.
- Yves, M. (2015). *El nuevo lujo*. Madrid: Taurus.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 14/04/2018; Aceito/Accepted: 17/10/2018; Publicado/Published: 25/11/2018.

Texto original/ Original paper. Seção revisada por pares / Double bind review section.

LA POLÍTICA PÚBLICA DEL TURISMO CULTURAL EN COLOMBIA (1991-2017)*

Olga Restrepo Quintero**

Resumen: Este artículo presenta una revisión descriptiva y sistemática de la política pública aplicada al turismo cultural con el propósito de establecer tendencias y resultados después de la Reforma Constitucional Colombiana de 1991 hasta 2016. Son múltiples las acciones emprendidas por el Estado Colombiano en defensa del patrimonio material, inmaterial y natural de Colombia, colocándolo como motor para el desarrollo del turismo cultural, interno y externo, con resultados positivos en la identificación, valoración, competitividad, sostenibilidad y difusión del patrimonio cultural Colombiano.

Palabras claves: Política Pública, Política Pública Turística, Políticas Culturales, Política Pública Turística Cultural.

A POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO CULTURAL NA COLÔMBIA (1991-2017)

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão descritiva e sistemática das políticas públicas aplicadas ao turismo cultural com o objetivo de estabelecer tendências e resultados após a Reforma Constitucional colombiana de 1991 a 2016. Há muitas ações empreendidas pelo Estado colombiano em defesa do patrimônio material, Intangível e natural colombiano, colocando-o como um motor para o desenvolvimento do turismo cultural, interno e externo, com resultados positivos na identificação, valorização, competitividade, sustentabilidade e disseminação do patrimônio cultural colombiano.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Políticas Públicas de Turismo, Políticas Culturais, Políticas Públicas de Turismo Cultural.

THE PUBLIC POLICY OF CULTURAL TOURISM IN COLOMBIA (1991-2017)

Abstract: The paper presents a descriptive and systematic review of public policy applied to cultural tourism for the purpose of establishing trends and results after the Colombian Constitutional Reform of 1991 to 2015. There are multiple actions taken by the Colombian government in defense of the tangible heritage, intangible and natural of Colombia, placing torque as the development of cultural, domestic and foreign tourism, with positive results in the identification, evaluation, competitiveness, sustainability and dissemination of Colombian cultural heritage.

Keywords: Public Policy, Public Policy Tourism, Cultural Policy, Cultural Tourism Public Policy.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Este artículo es un subproducto de la investigación en el Doctorado de la Universidad de Salamanca, en junio de 2016, con el título *Análisis de la Política Pública Turística en Colombia (1923-2015)*.

** Docente de planta del Programa de Economía de Facultad de Administración y Economía de la Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Universidad Pública ubicada en Bogotá- Colombia. Doctora del Programa de Doctorado en Administración, Hacienda y Justicia en el Estado Social de la Universidad de Salamanca – España. Master en Estudios Avanzados – Análisis Geográfico Regional de la Universidad de Salamanca; Maestría en Administración Pública de la Escuela de Administración Pública -ESAP- de Colombia; Economista de la Universidad Piloto de Colombia. restrepool@yahoo.com

1 INTRODUCCIÓN

Según la OMT, el turismo, se ha manifestado como la industria de más rápido crecimiento en el mundo y con amplias implicaciones en los ámbitos ambiental y sociocultural de los pueblos. La política pública debe articular actos en torno a uno o algunos ejes específicos que forman un denominador común: el sector de intervención, el problema tratado, la constancia del decisor público en sus opciones e intenciones.

Es así, que Colombia ha tomado como uno de los aspectos a potencializar el turismo cultural, dado que Colombia es un país de regiones cada una de ellas con características diferenciadas, potencialidades, recursos y biodiversidad turística, las cuales posibilitan distintos tipos de turismo, las comunidades y su cultura son a la vez pilares para su propio desarrollo y para el de la nación, a través de la generación de ingresos familiares y fiscales en los diferentes niveles de administración pública, además de que si se alcanzan estos logros, se mejora la calidad de vida de los nacionales colombianos y la imagen del país en exterior. Así mismo, dada la valoración que da el turismo al medio ambiente y a la cultura, el turismo puede contribuir a volver rentable la conservación del ambiente y recuperar las costumbres. Por lo tanto, el turismo cultural como lo establece la política de turismo cultural, busca potenciar diferenciar, pero también articular los procesos de identificación, valoración, competitividad, sostenibilidad y difusión del patrimonio cultural colombiano.

En 1991, se promulga la Constitución de 1991, Constitución, actual, es resultado de situaciones altamente conflictivas y de crisis; que producen grandes movilizaciones internas, con múltiples y variados impactos culturales regionales. Este cambio Constitucional, ha traído como resultado grandes modificaciones para la sociedad colombiana, el estado, la organización territorial del país, muchas de ellas consideradas revolucionarias, porque han permitido la participación ciudadana, en diferentes ámbitos sociales y políticos de Colombia; se le conoce como la "Constitución de los Derechos Humanos". A partir del análisis descriptivo y secuencial, de revisar los hechos y comparar las políticas públicas con los resultados obtenidos, se podrá evidenciar si la Política Pública Turística Cultural ha sido exitosa o no.

En este sentido, la Política busca fomentar el turismo cultural por Colombia e incentivar a nacionales y a extranjeros a conocer y apropiarse las

costumbres y el patrimonio material e inmaterial del país. De esta manera, se intenta generar beneficios a la comunidad, así como los medios y motivaciones para cuidar y mantener el patrimonio cultural, garantizando la sostenibilidad de los sectores cultural y turístico.

Una vez se ha puesto en marcha la implementación de las políticas públicas a través de sus herramientas e instrumentos se hace necesario conocer los resultados de estas, cuantitativos y cualitativos, por lo tanto, se requiere su análisis, a través de la contrastación de resultados mediante la evolución de estas.

El artículo tiene como principal objetivo establecer los avances de la Política Pública Turística Cultural Colombiana a partir de la Reforma Constitucional de 1991 durante el periodo.

La investigación es de carácter descriptivo, sistemático, integra el análisis de lo normativo con lo positivo, en relación con el Modelo de Gestión Cultural propuesto por el Estado Colombiano, que tiene en cuenta el contenido cultural de la región: con sus manifestaciones intangibles –oral, escrito y actuado-, tangibles e infraestructura cultural; articulados al su recuperación, conservación, y apropiación; elementos considerados esenciales para el fortalecimiento institucional de la Política Pública Turística Cultural Colombiana y la consolidación de una Oferta Cultural.

Se realizan dos tipos de análisis en este estudio uno cualitativo y otro cuantitativo, con el fin de relacionar los logros alcanzados a través de la implementación de las políticas públicas, comparando avances durante el periodo 1991 a 2015, en los distintos periodos presidenciales.

En el análisis se presentan los resultados de la Política Pública Turística Cultural Colombiana a partir de la Reforma Constitucional Colombiana y luego de desregulación y privatización a partir de 1991, se trasladan funciones a diferentes instituciones, que han exigido esfuerzos coordinados del sector público en distintos niveles y de la comunidad, para asumir la responsabilidad de la Política Pública Turística Cultural, por lo tanto, se presentan los resultados que permiten resolver interrogantes tales como: ¿Cuál es la realidad actual de la Política Pública Turística Cultural Colombiana?, ¿Cuáles son los avances y desarrollos del actuales en relación con la oferta cultural Colombiana?.

A continuación se presenta una revisión descriptiva y sistemática de la política pública aplicada al turismo cultural con el propósito de establecer tendencias y resultados después de la Reforma Constitucional Colombiana de 1991 hasta 2015. La Ponencia tiene como principal objetivo establecer los avances de la Política Pública Turística Cultural Colombiana a partir de la Reforma Constitucional de 1991 durante el periodo.

2 MARCO TEÓRICO, CONCEPTUAL Y METODOLÓGICO

La preocupación de analizar las “Políticas Públicas” con un método y una mirada científica no es nuevo, y la Política Pública del Turismo Cultural, requiere de un enfoque integral y de amplio espectro, se considera que para este trabajo de investigación los enfoques teóricos más apropiados son la teoría institucional y la teoría de los sistemas, estas teorías apoyan un hecho cierto e innegable, porque el todo, es superior al conjunto o sumatoria de las partes, o simplemente se podría decir que es mejor tener una política a no tenerla, o es mejor hacer algo a no hacer nada. Esas afirmaciones, pueden ser ciertas, mas no suficientes.

En las últimas décadas en América Latina, ha surgido el institucionalismo económico, como propuesta de solución a los problemas de desarrollo y crecimiento, de la mano de autores modernos como Ronald Coase, Armen Alchian, Oliver Williamson y Douglass North, denominado Neoinstitucionalismo. Como lo presenta (Hodgson, 2001), en su análisis sobre el institucionalismo; Veblen (1899, 1919) fue el primer cientista social que intentó desarrollar una teoría económica e institucional de la evolución en líneas esencialmente darwinianas.

El trabajo de Veblen comparte ciertas características comunes por parte de economistas muy posteriores que intentan utilizar metáforas evolutivas de la biología: Armen Alchian (1950), Friedman Hayek (1988), Keneth Boulding (1981), y Nelson y Sidney Winter (1982).

Adicionalmente, se ha reconocido que Commons (1934) como una influencia de primer orden sobre, por ejemplo, en la economía conductista (behavioral) de Herbert Simon (1979) e incluso en el “nuevo” institucionalismo de Oliver Williamson (1975). Las ideas centrales del institucionalismo se relacionan con las instituciones, los hábitos y las reglas y su evolución. Sin embargo, el

institucionalismo no intenta construir un modelo general único sobre la base de esas ideas.

Son tan variados los enfoques como sus teóricos, el institucionalismo ofrece aportaciones que contribuyen a una crítica radical de los postulados, clásicos, neoclásicos y de la práctica neoliberal actual. Se plantean alternativas distintas para ofrecer solucionar los conflictos que necesariamente surgen de la asignación de recursos escasos para atender necesidades ilimitadas. Se deben cambiar las instituciones y el motor de esa transformación social, son las demandas populares, la protesta, a favor de los derechos: derecho al empleo, a la igualdad, a la diversidad, a la equidad, a la vivienda, a la calidad del medio ambiente, es decir a la mejora continua de la calidad de vida.

North (2006, p. 13), como Neoinstitucionalista, es quien ha formulado el modelo teórico más completo, hasta ahora propuesto. Las instituciones son, para él,

“las reglas del juego en una sociedad. o más formalmente son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana. Por consiguiente, estructuran incentivos en el intercambio humano, sea político, social o económico. El cambio institucional conforma el modo en que las sociedades evolucionan a lo largo del tiempo por lo cual es la clave para entender el cambio histórico”.

En efecto, la interacción humana no sólo viene influida por las reglas del juego, sino por el efecto de ellas en los individuos, equipos u organizaciones que están en él. Las reglas del juego son la referencia crítica, para explicar no sólo el comportamiento y el grado de eficiencia y eficacia de las organizaciones, sino que también definen lo fundamental esencial del juego, que son: quiénes pueden entrar o no en el juego, por lo tanto, establece quiénes quedan excluidos de él, cómo se promociona, se desciende o sale del mismo. El propósito de las reglas es definir la forma en que el juego se desarrollará, se supone claras, explícitas, conocidas por todos antes de empezar el juego; pero dentro del equipo, la organización, el país, los grupos de interés, el propósito es ganar el juego, a través de una combinación de aptitudes, estrategias y coordinación de intervenciones limpias o sucias.

Las instituciones son en ocasiones más fuertes que normas, North, señala que las hay formales, conformadas por: actitudes, hábitos

mentales, tradiciones, convenciones sociales y tradiciones y las informales se regulan el comportamiento de las personas en su actividad social. La importancia es idéntica en ambos casos, porque lo que cuenta, al final, son las pautas de comportamiento interiorizadas por los individuos en su proceso de adaptación al orden social mediante la cohesión, la estructura de incentivos, la persuasión y el comportamiento rutinario.

Las instituciones, las organizaciones y seres humanos aprenden, tienen resultados y conducirán a mantener o corregir esas instituciones. Esto es aparentemente simple, sin embargo, la tensión es permanente, tan grandes han sido las tensiones, que trajo hechos tan dramáticos como, por ejemplo: la Primera y Segunda Guerra Mundial; los bombardeos atómicos sobre Hiroshima y Nagasaki, del 6 y el 9 de agosto de 1945; y los atentados el 11 de septiembre de 2001, solo por citar algunos que cambiaron el mundo.

Las Instituciones y organizaciones son el producto de la acción humana y son fruto de la "convención". Hay organizaciones de carácter político: Senado, Cámaras, Cabildos, partidos políticos; económico: empresas, sindicatos, cooperativas; cuerpos sociales: iglesias, clubes, asociaciones deportivas; y organizaciones educativas: escuelas, colegios, universidades, cada una de ellas con identidad común hacia ciertos objetivos. La autorregulación del juego dependerá de las intro-retro-acciones del medio en donde se interviene, las acciones cada vez deben ser más respetuosas y éticas, las interacciones equivocadas pueden tener consecuencias insospechadas.

Las instituciones son importantes porque de ellas depende en gran medida las causas de atraso o desarrollo económico, social y político, de una sociedad, la estructura de incentivos de la interacción humana, el riesgo moral, son importantes en el control y la cohesión social. Los sistemas institucionales difieren entre sí por el tipo de comportamientos individuales y organizativos que incentivan o no la justicia y la equidad. De acuerdo con el sistema de incentivos y sanciones, se evitará hábitos tales como: que los agentes busquen maximizar su propio beneficio y hecha la norma hecha la trampa.

Los comportamientos agregados de los individuos y de las organizaciones, al final,

generarán o no el rendimiento global de la sociedad, por estos comportamientos institucionales, la interacción humana no es la misma en Colombia, Estados Unidos, Honduras, Haití, Venezuela, Cuba, o Chile. En resumen, el potencial de eficiencia económica y equidad social de cada sociedad está en alta proporción, definida por la estructura y conformación institucional vigente. Las instituciones puedan incrementar sus funciones de carácter instrumental, es decir, contribuir a la provisión óptima de bienes y servicios en beneficio de toda la colectividad.

Los colapsos mundiales, han contribuido a disminuir las diferencias y las discrepancias, al menos en lo teórico, ya no se discute si lo social es o no digno de ser estudiado con un método, si existe relación entre las ciencias sociales y las ciencias exactas, la información, es más que el dato o el hecho, la información debe tener en cuenta el contexto, como señala (Morin,1999:14) "la evolución cognitiva no se dirige hacia la elaboración de conocimientos cada vez más abstractos, sino por el contrario, hacia su contextualización" agrega "la contextualización es una condición esencial de la eficacia", el conocimiento debe ser pertinente con realidades y los problemas cada vez más poli-disciplinarios, transversales, multidimensionales, transnacionales, globales, planetarios.

Como una teoría frente a otras teorías, Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), propone la Teoría de Sistemas, que busca reglas de valor general que puedan ser aplicadas a toda clase de sistemas y con cualquier grado de realidad. Posteriormente, esta teoría ha sido aplicada a la cibernética y a la información.

Es el sociólogo alemán Niklas Luhmann (1927-1998) quien aplica, la teoría de sistemas a las ciencias sociales, ratifica también su perspectiva multidisciplinaria: "es obvio que los impulsos para esos dos cambios no partieron de la sociología,... vinieron de la termodinámica y de la biología,... se desprendieron de la neurofisiología, de la teoría citológica y de la computación, y finalmente de las fusiones interdisciplinarias de la teoría de la información y de la cibernética". (1998:34)

Ritzer, (2001: 245) señala que Luhmann:

"elige dos sistemas para analizar, el social y el psíquico..." "...se interesa por la evolución, que implica tres mecanismos: la variación, la selección y la estabilización. La sociedad

moderna afronta la complejidad de su enlomo mediante un proceso de diferenciación. La diferenciación conduce a una mayor complejidad del sistema, lo que le permite una mayor capacidad para responder al entorno y acelera su evolución, identifica cuatro formas de diferenciación: de segmentación, de estratificación, de centro-periferia y funcional, esta última es la forma más compleja y la que domina en la sociedad moderna". "concibe a la sociedad como un sistema omnicompreensivo, un sistema mundial, éste sólo puede ser observado desde dentro del sistema. Ningún sistema funcional tiene la perspectiva correcta; todas las perspectivas son legítimas".

Como lo plantea la Conferencia General de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, (2005):

"la diversidad cultural es una característica esencial de la humanidad, constituye un patrimonio común de la humanidad que debe valorarse y preservarse en provecho de todos, crea un mundo rico y variado que acrecienta la gama de posibilidades y nutre las capacidades y los valores humanos, y constituye, por lo tanto, uno de los principales motores del desarrollo sostenible de las comunidades, los pueblos y las naciones, prospera en un marco de democracia, tolerancia, justicia social y respeto mutuo entre los pueblos y las culturas, es indispensable para la paz y la seguridad en el plano local, nacional e internacional".

La UNESCO, también destaca la necesidad de incorporar la cultura como elemento estratégico a las políticas de desarrollo nacionales e internacionales, así como a la cooperación internacional para el desarrollo, señala la importancia de la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas (2000), sobre la erradicación de la pobreza y la necesidad de adoptar medidas para proteger la diversidad de las expresiones culturales y sus contenidos, especialmente en situaciones en las que las expresiones culturales pueden correr peligro de extinción o de grave menoscabo"

Esta investigación se hace a través de la revisión de lo normativo, relacionado con la Política Pública del Turismo Cultural, como un proceso de gestión integral que relaciona, la geografía y el territorio o su Patrimonio Natural, la población y sus expresiones culturales o su Patrimonio Cultural que integra las expresiones culturales tangibles, intangibles.

Según la UNESCO, "Patrimonio Cultural, se define el legado del pasado, nuestro equipaje en el presente y la herencia que les dejaremos a las futuras generaciones para que ellas puedan aprender, maravillarse y disfrutar de él". (1998). Según la Ley General de Cultura de Colombia 1185 de 2008:

"El Patrimonio Cultural de la Nación está constituido por todos los bienes materiales, las manifestaciones inmateriales, los productos y las representaciones de la cultura que son expresión de la nacionalidad colombiana, tales como la lengua castellana, las lenguas y dialectos de las comunidades indígenas, negras y creoles, la tradición, el conocimiento ancestral, el paisaje cultural, las costumbres y los hábitos, así como los bienes materiales de naturaleza mueble e inmueble a los que se les atribuye, entre otros, especial interés histórico, artístico, científico, estético o simbólico en ámbitos como el plástico, arquitectónico, urbano, arqueológico, lingüístico, sonoro, musical, audiovisual, fílmico, testimonial, documental, literario, bibliográfico, museológico o antropológico".

La misma Ley, establece que el Patrimonio Cultural está conformado por:

"Patrimonio Material o Tangible: es la materialización de la cultura, lo que podemos tocar. A su vez este patrimonio se subdivide en varios grupos: **Patrimonio Inmueble:** es lo que no se puede mover y comprende las ciudades, plazas, parques y edificios, entre otros y **Patrimonio Mueble:** que está conformado por las colecciones bibliográficas, documentales, los monumentos en espacio público, las esculturas, las obras de arte, los utensilios de uso doméstico, etc. **Patrimonio Inmaterial o Intangible:** Son aquellas manifestaciones, expresiones, conocimientos y prácticas que le dan a una comunidad y a un grupo humano un sentido de identidad, pertenencia y continuidad histórica. Estas manifestaciones se transmiten de generación en generación y **Patrimonio Natural:** Es el conjunto de todas las áreas naturales protegidas del país".

Patrimonio Natural, según la UNESCO:

"Son los monumentos naturales consistentes en formaciones físicas y biológicas que tengan valor estético o científico; las formaciones geológicas y fisiográficas que constituyen el hábitat de especies animales y vegetales amenazadas, que tengan valor desde el punto de vista científico o de la

conservación; y los lugares naturales que tengan valor para la ciencia, la conservación y la belleza natural (1972).

En síntesis se requiere de un equilibrio dinámico, para poner en marcha los procesos de gestión para el fortalecimiento de la cultura nacional que implica la comprensión y diálogo en contextos amplios que promuevan el turismo cultural, sin que las comunidades sufran procesos de aculturación, se deben respetar las dinámicas históricas, geográficas,

socioeconómicas, para lograr la mayor satisfacción de los turistas y beneficios de las comunidades receptoras, con el adecuado manejo de los recursos naturales, humanos, materiales y financieros, para garantizar el desarrollo de las generaciones futuras, es decir, este modelo promueve el desarrollo sustentable. En la figura 1 se presenta de manera esquemática en La Propuesta Metodológica para el Análisis de la Política Pública Turística Cultural para Colombia.

Figura 1 - Metodológica para el Análisis de la Política Pública Turística Cultural para Colombia.



Fuente: elaboración propia.

En resumen, estos enfoques teóricos permiten analizar la puesta en marcha de la Política Pública del Turismo Cultural. Dados los impactos globales y los efectos de contagio más que proporcional, los flujos migratorios, la intensiva movilidad internacional, los gobiernos han planteado propuestas de política cultural y de Política Turística Cultural que tiene una gran complejidad intrínseca porque promueve la diferenciación, la diversidad, pero a la vez, el fortalecimiento de la integración y la nacionalidad.

Por lo tanto, el análisis de la Política Pública Turística Cultural requiere una visión más ecléctica, menos radical, más informada, con el conocimiento histórico de las civilizaciones, de las sociedades como intemporales y universales, las instituciones, de las organizaciones y de las comunidades para comprender, valorar y disfrutar del ocio, tiempo libre aprehendiendo de las expresiones culturales de pueblos y naciones.

3 LA POLÍTICA PÚBLICA TURÍSTICA CULTURAL COLOMBIANA

3.1 Contexto

La historia reciente de Colombia tiene dos momentos claramente diferenciados; desde 1886 hasta 1991 y de 1991 a hoy, fechas, que marcan el inicio de dos Constituciones Políticas; cada uno de estos periodos con procesos reformistas en todos los ámbitos: político, social, reformas en la Estructura orgánica del Estado y en su administración.

Las Constituciones de 1886 y 1991 coinciden en que Colombia es una República unitaria, centralizada políticamente y descentralizada administrativamente, sin embargo, la gran diversidad geográfica configura muchas subregiones naturales a la vez que permiten caracterizar regiones culturales. Colombia es un país de regiones y de ciudades, según el estudio Visión Colombia 2019, "la población urbana en el país en 1950 constituía

el 39%, ascendiendo al 76% en 2005 y, se estima que para 2019 más del 80% de la población estará localizada en las ciudades”, con grandes impactos, espaciales resultado de procesos de migración, desplazamientos forzados, Colombia ha tenido una historia social convulsionada, antes de la Constitución Política de 1886 Colombia tuvo 164 guerras civiles.

A partir de la Constitución de 1991, ha continuado el conflicto armado, con guerras como la guerra de los Mil días, por conflictos políticos entre los partidos, que trajeron como consecuencia la caída de la hegemonía del Partido Conservador que llevaba treinta años en el poder; posteriormente. Por diferentes conflictos sociales, con todas las variantes, surgen las guerrillas, los paramilitares, el narcotráfico, con efectos sobre la población, el territorio, los ecosistemas, los derechos fundamentales, cada uno de ellos, han sido y serán temas de investigación, mientras persistan sus efectos e impactos, en este trabajo no son tema de estudio.

Los conflictos internos motivaron cambios de todo orden, entre ellos se reformó la Constitución Política de Colombia en 1991, en ella se reconoce la diversidad étnica y cultural de Colombia. A partir de la Nueva Constitución, se han puesto en marcha numerosas acciones institucionales, a través de normas y políticas. la nueva carta Constitucional de 1991, como lo presenta el informe realizado por el DANE, (2007) se tiene cerca de 30 artículos

referidos a los grupos étnicos y a sus diversas y particulares culturas entre los que se destacan:

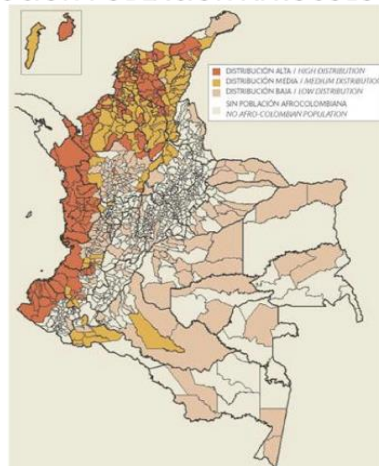
"El Estado colombiano reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación Colombiana" (Art. 7). "... las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparte en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias, será bilingüe" (Art. 10). "Las tierras de resguardo... son inalienables, imprescriptibles e inembargables" (Art. 63). "... tendrán derecho a una formación que respete y desarrolle su identidad cultural..." (Art. 68). "Son entidades territoriales los departamentos, los distritos, los municipios y los territorios indígenas" (Art. 286)".

Los esfuerzos aún son insuficientes dada la diversidad cultural Colombiana, según el Departamento Nacional de Estadística – DANE, de acuerdo con el último censo de población del año 2005, existen, en Colombia, según la diversidad étnica 1.392.623 de indígenas; según el Ministerio de Cultura, distribuidos en 87 pueblos indígenas de los cuales, de los cuales 64 conservan aún sus lenguas nativas lo que corresponde al 3,4% de la población del país. Cerca de un 90% de esta población se encuentra distribuido en 704 territorios colectivos, delimitados y reconocidos legalmente y denominados en la legislación colombiana como resguardos, los cuales están localizados en 228 municipios y 27 departamentos. Como puede observar en la Tabla 1. de la Población indígena Colombiana.



Gráfico 1: Población de Colombia según Condición Étnica
Fuente : DANE-CEPAL- Censo 2005. Elaboración propia

DISTRIBUCIÓN POBLACIÓN AFROCOLOMBIANA



Mapa 2: Distribución Población Afrocolombiana.
Fuente: Instituto Geográfico Agustín Codazzi

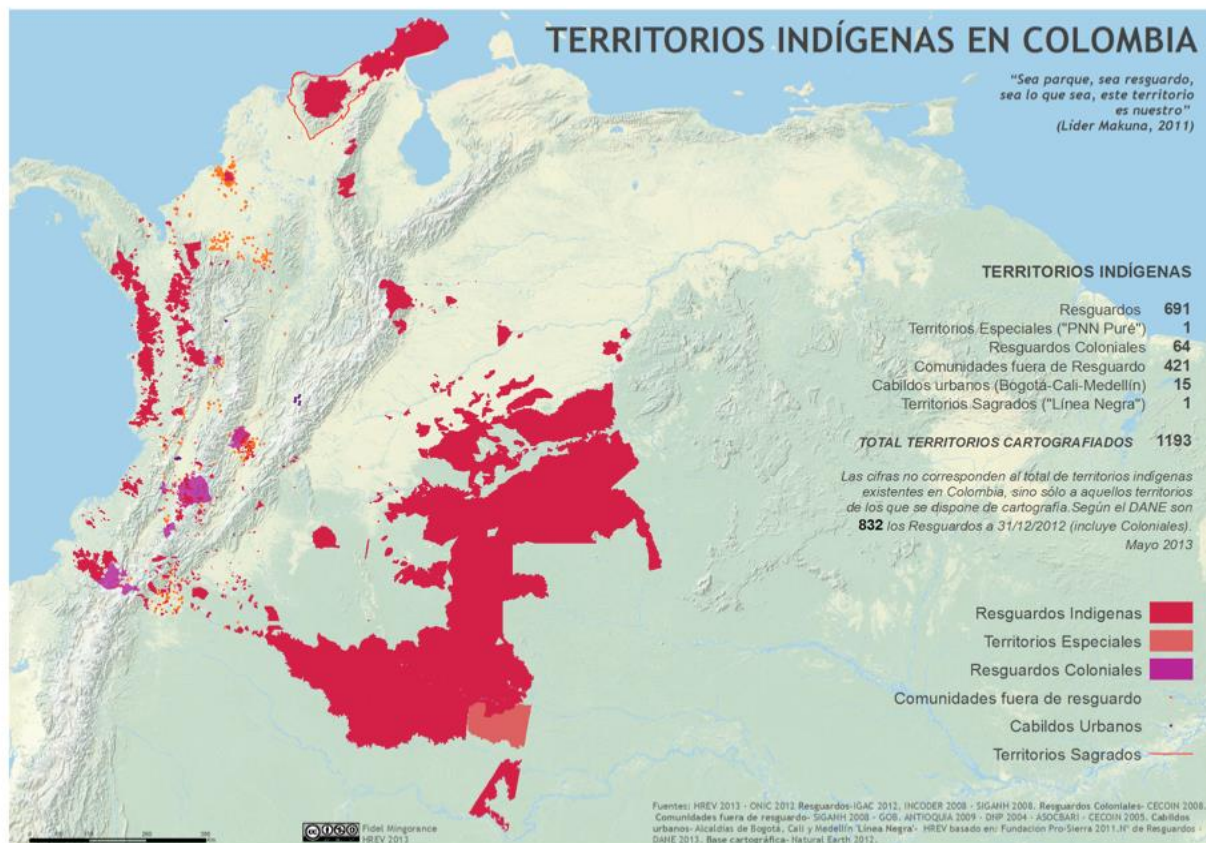
Tabla 1: Población indígena Colombiana.

Población indígena (Censo de 2005)	Grupos étnicos	Número de Resguardos indígenas	Área de los resguardos (Hectáreas)
1.392.623	87	832	32.614.566

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del DANE.

A partir del reconocimiento Constitucional, con la Ley 60 de 1993 se reconocen los resguardos indígenas, y se les asignan recursos presupuestales del país, mediante transferencias proporcionales a su población. En el mapa de Territorios Indígenas aparecen 691 Resguardos son los que tienen cartografía, según el DANE en 2013 eran 832; Resguardos Coloniales 64; Comunidades por fuera del Resguardo 421; Cabildos Urbanos ubicados en Bogotá Cali y Medellín 15; Territorios Sagrados 1 y

el Parque Nacional Natural Río Puré, ubicado en el Departamento del Amazonas, para proteger la biodiversidad, con un área de 999.880 hectáreas; en su territorio y cultura se ubican una de las pocas etnias aisladas que aún viven en Colombia, los yurí -que en lengua yucuna significa Bravo-, también conocidos como arojes o caraballos, han huido del contacto con la civilización; para un Total de 1.193 Territorios Indígenas en Colombia.



En 1993, como consecuencia la Constitución de 1991, las protestas y reclamaciones de las comunidades negras, se expidió la Ley 70 para la demarcación y titulación de los territorios colectivos de comunidades negras. El Censo DANE 2005 reportó un total de 4'311.757 de población afrocolombiana, incluyendo las categorías de raizal, palenquero, negro, mulato y afrocolombiano, cifra que representa un 10.4% del total nacional. En el Mapa 2, se observa la Distribución de la Población Afrocolombiana.

En esta ley se hace referencia a este grupo poblacional como Comunidad Negra, a la cual define como:

"[...] un conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana que posee una cultura propia, comparte una historia, y [que] tiene sus propias tradiciones y costumbres dentro de la relación campo-poblado, que revela y conserva conciencia de identidad que la distingue de otros grupos étnicos... (Art.2. de

la Ley 70/1993 citada en: Ministerio de Justicia y del Interior de Colombia, s. a).”

Según los datos del INCODER -Instituto Colombiano de Desarrollo Rural- a 2006 más de 60.000 familias afrocolombianas, estaban ubicadas en Territorios Colectivos para Comunidades Negras de la Región Pacífica, las cuales habrían recibido 155 registros de titulación, sobre más de 5 millones de hectáreas, el Ministerio de Cultura ha realizado con un enfoque diferencial para las distintas comunidades, para su protección integral de la cultura.

En 1999, fue reconocido por la Dirección General de Etnias del Ministerio del Interior y de Justicia, como grupo étnico Rom de Colombia – Gitano-; mediante la Resolución No. 022, con una participación de la población total Colombiana de 0,01%. Su origen, según el Ministerio de Cultura (2012), de la comunidad Rom de Colombia:

“...se remonta a más de 1000 años, proviene del norte de la India y conserva un alto bagaje cultural que lo diferencia de otros pueblos y de la sociedad mayoritaria. En este sentido, cuenta con unos elementos identitarios que los diferencian notablemente de los demás grupos étnicos de la sociedad. Sé es Rrom o Gitano por derecho de nacimiento y se lleva la sangre gitana.”

Con lo anterior se evidencia a Colombia como una nación según el Censo 2005, con un total de población de 40.607.408, de los cuales 34.903.028, el 86% son mestizos y blancos; 4.311.757 el 10,6% Afrocolombianos; 1.392.623 comunidades indígenas el 3,4%; y el 0,01% comunidad Rom; ofrece una reconocida diversidad cultural expresada en la multiplicidad de identidades y expresiones culturales de los pueblos y comunidades que las conforman. Además, esta diversidad se ve reflejada en el hecho de que en Colombia se habla el castellano y 68 lenguas pertenecientes a grupos étnicos: 65 indígenas, dos lenguas criollas afrodescendientes - Creole y Palenquera - y el Romaní.

4 POLÍTICA DE TURISMO CULTURAL

La política de Turismo Cultural está enmarcada en el siguiente marco normativo:

- En la Constitución Política de 1991, en su artículo 2, consagra en sus principios,

como fines esenciales del Estado: “facilitar la participación de todos en las decisiones que los afectan y en la vida económica, política, administrativa y cultural de la nación”, reconociendo y protegiendo la diversidad étnica y cultural de la Nación Colombiana.

- La Ley General de Turismo, Ley 300 de 1996, en donde se considera al turismo como una actividad prioritaria para el desarrollo económico del país, porque fomenta su competitividad y sostenibilidad.
- Plan Nacional de Cultura 2001-2010: “Hacia una ciudadanía democrática cultural”.
- Documento CONPES 3162 de mayo de 2002, establece la alianza con el sector turístico para el desarrollo y la promoción del Turismo Cultural.
- Documento CONPES 3397 de 2005, Política Sectorial de Turismo, menciona que el Turismo Cultural debe contemplar la articulación con las orientaciones de política
- La Reforma de la Ley General de Turismo, establecida por la Ley 1101 de 2006, artículo 17, Respecto a bienes con declaratoria de la UNESCO como “Patrimonio Mundial de la Humanidad”.
- Ley 1037 del 2006 A través de esta Ley el Estado Colombiano ratifica la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial en el plano nacional.
- Ley General de Cultura, Ley 1185 de 2008, proteger las riquezas culturales y naturales de la nación.
- Documento CONPES 3658 de 2010 Lineamientos de Política para la Recuperación de Centros Históricos de Colombia.
- Los Planes Sectoriales de Turismo, se contemplan al sector cultural como soporte competitivo del turismo:
 - Plan Sectorial de Turismo 2008 – 2010 “Colombia Destino Turístico de Clase Mundial”
 - Visión 2020 del Sector Turismo. Plan Estratégico Exportador 1999-2009.
 - COMPETITIVIDAD: El desafío para alcanzar un turismo de clase mundial,

Documento de política de diciembre de 2009.

- Plan Sectorial de Turismo, 2011 – 2014 “Turismo: factor de prosperidad para Colombia”.
- Plan Sectorial de Turismo, 2014 – 2018 “Plan Sectorial de Turismo 2014-2018 “Turismo para la construcción de la paz”

La política de Turismo Cultural tiene relación directa con el patrimonio cultural de la Nación. Los gobiernos Colombianos a partir de 1991, han puesto en marcha la política estatal de patrimonio cultural, el Ministerio de Cultura, señala como principales objetivos:

“...la salvaguardia, protección, recuperación, conservación, sostenibilidad y divulgación del mismo, con el propósito de que sirva de testimonio de la identidad cultural nacional, tanto en el presente como en el futuro. Se reconoce el derecho de las iglesias y confesiones religiosas de ser propietarias del patrimonio cultural que hayan creado, adquirido con sus recursos o que estén bajo su legítima posesión. Igualmente, se protegen la naturaleza y finalidad religiosa de dichos bienes, las cuales no podrán ser obstaculizadas ni impedidas por su valor cultural.” (Ministerio de Cultura, 2005).

La misma Ley establece las entidades públicas que integran el Sistema Nacional de Patrimonio Cultural de la Nación:

“el Ministerio de Cultura, el Instituto Colombiano de Antropología e Historia, el Archivo General de la Nación, el Instituto Caro y Cuervo, el Consejo Nacional de Patrimonio Cultural, los Consejos Departamentales y Distritales de Patrimonio Cultural y, en general, las entidades estatales que a nivel nacional y territorial desarrollen, financien, fomenten o ejecuten actividades referentes al patrimonio cultural de la Nación,... está coordinado por el Ministerio de Cultura, para lo cual fijará las políticas generales y dictará normas técnicas y administrativas, a las que deberán sujetarse las entidades y personas que integran dicho sistema”.

Los Ministerios de Comercio Industria y Turismo y el Ministerio de Cultura, (2005), definen el Turismo Cultural, como: “Aquel viaje turístico motivado, por conocer, comprender y disfrutar el

conjunto de rasgos y elementos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o grupo social de un destino específico.”

De acuerdo con la gran diversidad cultural Colombiana, los gobiernos han abordada como eje central política pública turística para dar solución a las necesidades de Desarrollo - Medio ambiente-Pobreza y el turismo cultural, como una posibilidad de transformación social, que interactúa a nivel intrínseco en las comunidades, consolida los lazos comunes de un pueblo en busca del progreso, mejores ingresos y una transformación de la calidad de vida en su realidad.

La Política de Turismo Cultural, posibilita y garantiza la permanencia de los valores, la identidad y las tradiciones, que proporcionan un beneficio económico para la comunidad y permite la complementariedad con otros tipos de turismo: dentro de un mismo viaje se realizan, directa o indirectamente, varias actividades, entre ellas las de tipo cultural por excelencia, tales como: el disfrute de la gastronomía local, los recorridos y visitas a sitios de carácter simbólico en cada comunidad o cultura receptora, monumentos, museos, asistencia a actos culturales y folclóricos de trascendencia -carnavales, ferias, festivales, fiestas, exposiciones, representaciones teatrales, eventos de cualquier tema- y la producción y consumo de productos tradicionales artesanales.

El turismo cultural, es un bien de primer orden, porque no media intervención entre el producto o servicio de la comunidad o cultura receptora y el beneficio o satisfacción del turista, lo cual le confiere una doble ventaja comparativa, con un impacto directo en las comunidades, ya sea como motivo principal o secundario del viaje, por lo tanto, se debe hacer una oferta de calidad.

La Política Pública de Turismo Cultural, ha vinculado proyectos con comunidades afrocolombianas, indígenas en zonas de conflicto o consideradas deprimidas, con el fin de alcanzar la reactivación y diversificación de la economía, generación de empleo, incremento de la renta de la población local, mantenimiento de la población rural, equilibrio territorial.

La Constitución Política de Colombia de 1991, reconoce la responsabilidad del Estado en la protección del Patrimonio Cultural de la nación,

debe promover y fomentar el acceso a la cultura de todos los colombianos en igualdad de oportunidades, en todos los niveles de educación, es fundamento de la nacionalidad, debe promover la investigación, promoción, incentivos en instituciones o personas que desarrollen y fomenten la ciencia, la tecnología y las demás manifestaciones culturales y la difusión de los valores culturales de la Nación.

El patrimonio cultural de la Nación está bajo la protección del Estado. El patrimonio arqueológico y otros bienes culturales que conforman la identidad nacional, pertenecen a la Nación y son inalienables, inembargables e imprescriptibles. La ley establecerá los mecanismos para readquirirlos cuando se encuentren en manos de particulares y reglamentará los derechos especiales que pudieran tener los grupos étnicos asentados en territorios de riqueza arqueológica.

Desde 1997 con la primera Ley de Patrimonio Cultural Ley 397, se inicia un modelo de gestión para el fortalecimiento de la gestión cultural local, regional, nacional y local, en ella se desarrollan los artículos 70, 71 y 72, se dictan normas sobre patrimonio cultural, fomentos y estímulos a la cultura, se crea el Ministerio de la Cultura y se trasladan algunas dependencias.

Ley 1185 de 2008, conocida como la Ley del Patrimonio Cultural, modifica y adiciona la Ley 397 de 1997 –Ley General de Cultura – establece que es Patrimonio Cultural de la Nación, ya definido en la primera parte conceptual, de este documento, incorpora como necesidad la elaboración de inventarios de Bienes del Patrimonio Cultural y Registro de Bienes de Interés Cultural.

Posteriormente con el Decreto 2941 de 2009, se legisla sobre Patrimonio Cultural Inmaterial, junto a la Convención de 2003 de la Unesco, de la Política para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, contribuye a definir campos y criterios para la valoración de este patrimonio.

Por medio de la Resolución 0740 de 2011 el Ministerio de Cultura realizó la declaración de mayo como el Mes de la Herencia Africana. Esta efeméride fue promovida para visibilizar y revalorizar la participación de las comunidades negras en la sociedad colombiana, la construcción de la nación, sus expresiones y manifestaciones de diversidad cultural y social; para contribuir con ello a

la lucha contra el racismo y la discriminación en nuestro país.

En 2015 se cumplió 5 años de la publicación de la Biblioteca de Literatura Afrocolombiana, el más grande proyecto editorial en su campo, apoyado por el Ministerio de Cultura, con el propósito de enriquecer la cultura general de los colombianos y dar a conocer escritores y poetas de ascendencia africana.

Decreto 1080 de 2015, compila, en una sola norma, de todos los aspectos jurídicos relacionados con el sector cultural del país, “Por medio del cual se expide el Decreto Único Reglamentario del Sector Cultura”. En su Libro II, Parte V que se refiere al Patrimonio Cultural Inmaterial, y contiene el eje básico de la legislación colombiana referida al Patrimonio Cultural Inmaterial, en esencia, mantiene lo establecido en el Decreto 2941 de 2009.

El plan sectorial de Turismo 2014-2018, identifica como uno de los objetivos principales: El turismo responsable y sostenible, su importancia ha sido reconocida a con Ley 1558 de 2012 en el artículo 5, en donde se establece la obligatoriedad de los prestadores de servicios turísticos, en la implementación de las normas técnicas sectoriales de turismo sostenible.

El plan sectorial de Turismo 2014-2018, se entiende el equilibrio ambiental, económico y social de un destino se logra con la implementación de diversas acciones encaminadas a la mitigación de los posibles impactos negativos en lo ambiental y en lo cultural, que el turismo pueda ocasionar, aprovechar responsablemente los recursos disponibles para el crecimiento económico, para generar riqueza y empleo. Así, la gestión de los destinos colombianos deberá contemplar estrategias tales como: estudios de impacto ambiental y cultural; uso responsable de los recursos naturales y culturales, generación y aplicación de indicadores de sostenibilidad ambiental, observatorios, apropiación social de buenas prácticas en turismo.

Los principios de sostenibilidad, en este último Plan Sectorial, se refieren a los aspectos ambiental, económico y sociocultural del desarrollo turístico, con el propósito de establecer un equilibrio entre estos aspectos, por lo tanto, el turismo sostenible debe: Dar un uso óptimo a los

recursos naturales ecológicos, ambientales y a la diversidad biológica, esenciales para del desarrollo turístico, se debe también, respetar la autenticidad sociocultural de las comunidades anfitrionas, conservar sus activos culturales arquitectónicos y sus valores tradicionales, contribuyendo al entendimiento y a las tolerancias interculturales.

Plan Sectorial de Turismo orienta la implementación de buenas prácticas turísticas, la educación y la generación de sentido de pertenencia. Para esto se acude a diversas formas de gestión, entre otros, de los instrumentos que proporciona la Unidad de Normalización de Turismo Sostenible. Continuar con las campañas de promoción turística en el ámbito nacional que promuevan que haya más colombianos viajando por Colombia, en la medida en que el reconocimiento del territorio es un vehículo poderoso para afianzar la apropiación por los valores nacionales, con el Programa Colegios Amigos del Turismo, la Red Turística de Pueblos Patrimonio, bilingüismo, Red de Puntos de Información Turística y Vivecolombia países, en: Erradicación de la pobreza extrema y el hambre, Promover la igualdad entre los géneros y la autonomía de la mujer, Garantizar la sostenibilidad del medio ambiente y fomentar una asociación mundial para el desarrollo. Todas estas se articulan a la propuesta EL futuro que queremos, emanado de la Cumbre Rio+20 (2012).

En la Política para la Paz del segundo periodo presidencial 2014-2018, del Presidente Juan Manuel Santos Calderón, el desarrollo turístico cumple un papel fundamental en la proyección de la imagen de Colombia como territorio de paz. El turismo, ofrece opciones para diferentes agentes interesados en su posible contribución a la paz; en el XII Seminario Internacional OMT 2014, se adoptó la Declaración de Bogotá de Paz a través del Turismo, en la que reza:

“Reconocemos: () Que la paz es una condición esencial para el turismo y todos los aspectos del crecimiento y el desarrollo. Declaramos: () El derecho a viajar es un derecho fundamental, el cual debe ser ejercido sin restricción alguna, incluyendo la facilitación de viajes para personas en condición de discapacidad y necesidades especiales (). Las diferencias humanas deben ser respetadas y la diversidad cultural celebrada como activos humanos valiosos y las relaciones pacíficas entre todos deben ser promovidas y protegidas a través del

turismo sostenible. El alcance universal de la industria turística debe ser utilizado para promover diálogos de paz entre naciones y regiones. El alcance económico y político del turismo será utilizado para el desarrollo de modelos socioeconómicos incluyentes y participativos. Apoyamos los esfuerzos del Gobierno Nacional en la promoción de una salida negociada al conflicto armado que pueda traer una paz duradera a nuestro país y brindarles a nuestros turistas una nación con sus regiones en paz que le dan la bienvenida a viajeros de todos los rincones del planeta. Nos comprometemos a construir una cultura de paz a través del turismo y el apoyo a los principios expuestos en esta declaración”.

A partir de esta Declaración se priorizaron las siguientes regiones piloto de Turismo y Paz, a saber: Camino a Teyuna (Ciudad Perdida) de la Sierra Nevada de Santa Marta (Magdalena), La Serranía de la Macarena (Meta), Putumayo, Arauca, Casanare y Urabá - El Darién (Antioquia Chocó) con el fin que se apoyen para su desarrollo integral, incluyente y sustentable. En estas regiones se refleja el trabajo de comunidades que fueron víctimas por muchos años del conflicto armado pero que gracias al arraigo a su territorio, a la voluntad de convivencia entre campesinos, indígenas, afrocolombianos, raizales, palenqueros y autoridades locales, tomaron una decisión trascendental de convertir el turismo en un proyecto de vida, como una forma de mantener su contacto con el mundo, enviando el mensaje de un propósito que es el de continuar en su territorio ancestral, perpetuando su estirpe en su entorno natural y garantizando la permanencia de su cultura, como metas a alcanzar Plan Sectorial de Turismo 2014-2018.

El incremento en inversión de la cultura en Colombia a través del fomento a las prácticas artísticas que el Ministerio de Cultura de Colombia se materializa, a través de las convocatorias artísticas, con estímulos diferenciados dependiendo de la convocatoria. “La inversión total del periodo (2010-2017), incluidos los aportes de cooperación nacional e internacional, los aportes del Programa Nacional de Estímulos y los recursos de otras áreas del Ministerio de Cultura, asciende a la suma de \$89.230 millones, en contraste con la inversión realizada entre el 2002 y el 2010, con una cifra de alrededor de \$26.917 millones”. El aumento de la asignación de recursos en siete (7) años es de un 232%, como se muestra en la Tabla 2.

Tabla 2: Inversión en Cultura durante los periodos 2002-2010 y 2010-2017.

Concepto	2002-2010	2010-2017	Incremento porcentual
Número de convocatorias ofertadas	263	866	229%
Número de participantes	7.985	49.342	518%
Número de estímulos otorgados	1.074	4.255	296%
Inversión total	\$26.917.000.000	\$89.229.811.924	232%

Fuente: Ministerio de Cultura- Colombia 2017.

5 CONCLUSIONES

El artículo muestra a evolución organizativa, normativa y de fomento al turismo cultural, a través de distintas normas, políticas, programas y asignación de recursos.

Los diferentes planes y programas del Ministerio de Cultura incorporan el enfoque diferencial para las comunidades indígenas con el fin de promover la producción de sus propios relatos, el fortalecimiento de sus expresiones culturales (música, teatro y danza, entre otros), La Corte Constitucional ha identificado 34 pueblos indígenas en riesgo y ha ordenado en su Auto 04 de 2008 la adopción para los mismos de planes integrales de salvaguardia.

Se ha avanzado, en la consolidación de normas de las políticas culturales, todas ellas resultado de muchos años de tradición cultural, pero la nueva propuesta es promover e internacionalizar la cultura colombiana y que la economía de la cultura crezca, genere industria y financie el surgimiento de nuevas prácticas artísticas. Se tienen distintos planes y programas para realizar los inventarios de patrimonio cultural, como una herramienta para identificar, documentar y visibilizar los bienes y manifestaciones culturales propios de las comunidades y colectividades, todas ellas fundamento de la nacionalidad.

Colombia, mediante la Ley 45 de 1983, inició un proceso para incluir sitios que poseen un valor universal excepcional, actualmente cuenta con 10 bienes inscritos en la Lista de Patrimonio Mundial Cultura y Natural, son estos: 1. Puerto, Fortificaciones y Conjunto Monumental de Cartagena (1984); 2. Parque Nacional Natural Los Katíos (1994); 3. Parque Arqueológico de San Agustín (1995); 4. Parque Nacional Arqueológico de Tierradentro (1995); 5. Centro Histórico de Santa Cruz de Mompox (1995); 6. Santuario de Fauna y

Flora de Malpelo (2006); 7. Paisaje Cultural Cafetero de Colombia (2011); 8. Sistema vial andino, Qhapaq Ñan, (2014); 9. Música de marimba y cantos y bailes tradicionales de la región colombiana del Pacífico Sur y de la provincia ecuatoriana de Esmeraldas (2015); 10. El vallenato, música tradicional de la región del Magdalena Grande (2015).

REFERENCIAS

- Birkland, Thomas A. (2001) *An introduction to the policy process*. New York, M. E. Sharpe.
- Boulding, Kenneth. (1956). *Management Science*, 2, 3 (Apr. 1956) pp.197-208 and was reprinted in *General Systems*, Yearbook of the Society for General Systems Research, vol. 1, 1956.
- Brewer, Gary (1974), *The Policy Sciences Emerge: To Nature and structure a Discipline. Police Sciences*, Vol 5, septiembre. p.239-244
- DANE. (2007) *Colombia una Nación Multicultural*. Su diversidad étnica. Censo 2005. Bogotá Colombia.
- Liliendfeld, R. (1991) *Teoría de sistemas: orígenes y aplicaciones a las ciencias sociales*. [trad. Eduardo Cosacov.] México, Editorial Trillas. 342p.
- Ministerio de Comercio Exterior (2014). *Plan Sectorial de Turismo, 2014 – 2018 “Plan Sectorial de Turismo 2014-2018 “Turismo para la construcción de la paz”* <http://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=plan+sectoria+de+turismo&ie=UTF-8&oe=UTF-8>. Bogotá. Colombia.
- Ministerio de Comercio Exterior (2014). *Plan Sectorial de Turismo, 2014 – 2018 “Plan Sectorial de Turismo 2014-2018 “Turismo para la construcción de la paz”* <http://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=plan+sectoria+de+turismo&ie=UTF-8&oe=UTF-8>. Bogotá. Colombia.
- Ministerio de Comercio Exterior. (2000). *Visión 2020 del Sector Turismo*. Ministerio de Comercio Exterior. Bogota D.C., Colombia.
- Ministerio de Comercio Exterior. (2008). *Plan Sectorial de Turismo 2008 – 2010 “Colombia Destino Turístico de Clase Mundial”*. Bogotá. Colombia.

- Ministerio de Comercio Exterior. (2010). *Plan Estratégico Exportador 1999-2009*. Ministerio de Comercio Exterior. Bogotá D.C., Colombia.
- Ministerio de Comercio Exterior. (2011). *Plan Sectorial de Turismo, 2011 – 2014 “Turismo: factor de prosperidad para Colombia”*. Bogotá. Colombia.
- Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. (22 de septiembre de 2012). *Política de Turismo de Naturaleza*. Bogotá, Cundinamarca, Colombia.
- Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. (Diciembre de 2009). *Competitividad: El desafío para alcanzar un turismo de clase mundial*, Documento de política. Bogotá D.C., Colombia.
- Ministerio de Cultura (2005). *Compendio de Políticas Culturales*. Bogotá Colombia.
- Ministerio de Cultura (2008). *Ley 1185 Por la cual se modifica y adiciona la Ley 397 de 1997 -Ley General de Cultura y se dictan otras disposiciones*.
- Ministerio de Cultura (2017). *Informe de Gestión*. Bogotá Colombia.
- Ministerio de Cultura, *Ministerio del Medio Ambiente, Ministerio de Comercio Industria y Turismo*. (2010). CONPES 3658 de 2010 Lineamientos de Política para la Recuperación de Centros Históricos de Colombia.
- Ministerio de Cultura. (2012). <http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/publicaciones/Documents/Cartilla%20Diversidad%20Cultural.pdf>.
- Moreira, A. (2005). La Innovación y el Espíritu Empresarial. *Revista Produção*, 23-33.
- Morín, Edgar (1999). *Los Siete Saberes para la Educación del Futuro*. Paris. Francia.
- Naciones Unidas (2000). *Declaración del Milenio*. Nueva York.
- Nakamura, Robert (1987), The textbook policy process and implementation research. *Policy Studies review* (7) p.142–154.
- North, Douglas C. (2006). *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*, México, Fondo de Cultura Económica.
- OMT (2015). *Panorama OMT del turismo internacional*, edición 2015. Madrid. España.
- OMT. (2007). *Barómetro OMT del Turismo Mundial*. Madrid. España.
- OMT. (2010). *Barómetro OMT del Turismo Mundial*. Madrid. España.
- Porter, M. E. (1990). *La Ventaja Competitiva de las Naciones*. New York: Free Press.
- TTC. World Travel & Tourism Council. (2014). *Annual Economic Impact Report*.
- UNESCO (1972). *Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural*. París.
- UNESCO (2005). *Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales*. París.
- UNWTO (2016). *Annual Report 2015*, Consultado Junio 10 de 2016. http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2015_lr.pdf
- UNWTO. (2011). *Tourism Towards 2030*. World Tourism Organization. Madrid, Spain.
- UNWTO. (2013). *Annual Report 2013*. World Tourism Organization. Madrid, Spain.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 23/03/2018; Aceito/Accepted: 31/07/2018; Publicado/ Published: 25/11/2018.

Texto original/ Original paper. Seção revisada por pares / Double bind review section.

EL OBSERVATORIO ECONÓMICO Y SOCIAL DE TURISMO/OEST DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE JUIZ DE FORA/UFJF: RELATO DE CASO EN EL CONTEXTO DE INSTITUCIONALIZACIÓN DE LAS ESTRUCTURAS FORMALES DE INVESTIGACIÓN EN TURISMO BRASILEÑAS*

Thiago Duarte Pimentel **

Resumen: Este documento relata la experiencia del Observatorio Económico y Social (OEST), describiendo sus características esenciales y su modo de funcionamiento, destacando su papel y contribuciones, teniendo como telón de fondo el contexto de evolución de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT) en Brasil. La literatura sobre sistemas y estructuras formales (núcleos, grupos, observatorios, centros, etc.) dedicados a la investigación en turismo, así como el análisis de los datos empíricos de la población de IES en Brasil y sus estructuras formales de investigación en turismo encuadran la presentación y discusión del relato del caso específico del OEST. Los resultados demuestran, en Brasil, un contexto de expansión y consolidación de las EFIT, pero aún enmarcado por la asimetría entre la OET y la oferta de EFIT. En particular en lo que se refiere al OEST se puede decir que dicha estructura de investigación se inserta en un contexto regional donde hay una escasez de centros turísticos y una fuerte dinámica de otras actividades económicas, lo que hace menos evidente la relevancia turística. Aun así, se puede ver sus logros en un corto período de tiempo su creación en términos de proyectos realizados, formación de recursos humanos y participación en niveles de toma de decisiones locales y estatales. Se concluye que, en nivel nacional, la creación de EFIT en otras áreas temáticas, como, por ejemplo, la gastronomía, es importante para diversificar la oferta de EFITs, consolidando su proceso de institucionalización. Ya en el caso específico del OEST, la existencia de insumos -en especial financieros y, en menor escala, humanos - parece ser el principal factor crítico de éxito para la continuidad de sus trabajos.

Palabras clave: Turismo; Oferta Educativa; Estructuras de Investigación; Juiz de Fora; Minas Gerais; Brasil.

O OBSERVATÓRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO TURISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: RELATO DE CASO DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FORMAIS DA PESQUISA TURÍSTICA BRASILEIRA

Resumo: Este documento relata a experiência do Observatório Econômico e Social. Turismo (OEST), descrevendo suas características e seu modo de funcionamento, destacando seu papel e contribuições, tendo como pano de fundo o contexto de evolução das Estruturas Formais de Pesquisa em Turismo (EFIT) no Brasil. A literatura sobre entidades e estruturas formais (núcleos, grupos, observatórios, centros, etc.) dedicados à pesquisa em turismo, bem com a análise dos dados empíricos da população de IES no Brasil e suas estruturas formais de pesquisa em turismo – enquadram a apresentação e discussão do relato do caso específico do OEST. Os resultados mostram, no Brasil, um contexto de expansão e consolidação das EFITs, porém ainda marcado pela assimetria entre OET e a de EFIT. Em particular, no que se refere ao OEST, pode-se dizer que tal EFIT se insere em um contexto regional onde há uma escassez relativa de centros turísticos e, por outro lado, uma forte dinâmica de outras atividades econômicas, o que torna menos evidente a relevância do setor turístico. Ainda assim, pode-se ver seu sucesso em um curto período de tempo desde sua criação, seja em termos de projetos realizados, de formação de recursos humanos e participação em níveis locais e estaduais de tomada de decisão. Conclui-se que, em nível nacional, a criação de EFITs em outras áreas temáticas, como, por exemplo, em gastronomia, é essencial para diversificar a oferta de EFITs, consolidando seu processo de institucionalização. Por outro lado, no caso específico do OEST, a existência de insumos - em especial financeiros e, em menor escala, humanos - parece ser o principal fator crítico de sucesso para a continuidade de seus trabalhos.

Palavras-chave: Turismo; Oferta Educativa; Estructuras de Pesquisa; Juiz de Fora; Minas Gerais; Brasil.

THE ECONOMIC AND SOCIAL OBSERVATORY OF TOURISM OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF JUIZ DE FORA: CASE REPORT OF THE PROCESS OF INSTITUTIONALIZATION OF THE FORMAL STRUCTURES OF BRAZILIAN TOURISM RESEARCH

Abstract: This document reports on the experience of the Economic and Social Observatory. (OEST), describing its essential characteristics and its mode of operation, highlighting its role and contributions, taking into account the context of evolution of the Formal Structures of Tourism Research (EFIT) in Brazil. The literature on formal entities and structures (nuclei, groups, observatories, centers, etc.) dedicated to tourism research, as well as the analysis of the empirical data of the HEI population in Brazil and its formal tourism research structures - fit the presentation and discussion of the OEST specific case report. The results show, in Brazil, a context of expansion and consolidation of EFIT, but still marked by the asymmetry between OET and EFIT. In particular, with regard to OEST, it can be said that such an EFIT is inserted in a regional context where there is a relative scarcity of tourist centers and, on the other hand, a strong dynamics of other economic activities, which makes less evident the relevance of the tourism sector. Still, one can see its success in a short period of time since its inception, whether in terms of projects undertaken, training of human resources and participation at local and state decision-making levels. It is concluded that, at the national level, the creation of EFITs in other thematic areas, such as in gastronomy, is important to diversify the supply of EFITs, consolidating their process of institutionalization. On the other hand, in the specific case of OEST, the existence of inputs - especially financial and, to a lesser extent, human - seems to be the main critical success factor for the work continuity of this EFIT.

Keywords: Tourism; Educational Offer; Research Centers; Juiz de Fora; Minas Gerais; Brazil.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Agradecemos al Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico – CNPq (Proceso: 474676/2013-7) y a la Universidad Federal de Juiz de Fora (Projeto nº 31957/PROPESQ-UFJF), por el apoyo económico y de becas, respectivamente, otorgados a esta investigación.

** Doctor en Ciencias Sociales/UFJF. Máster en Administración/UFMG. Licenciado en Turismo/UFMG. Profesor e investigador de tiempo completo en la UFJF, miembro permanente de los cuerpos académicos de los Postgrados en Ciencias Sociales y Administración de Empresas. Docente en las licenciaturas de Turismo y Ciencias Humanas. Miembro de la Asociación Internacional de Expertos Científicos en Turismo/AIEST. Profesor visitante en E.E.U.U., México, Cuba y Ecuador. Editor Jefe de Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ABET y Revista Latinoamericana de Turismo/RLAT. Director del Centro Latinoamericano de Turismo/CELAT y del Observatório Econômico e Social do Turismo/OEST. Miembro del Consejo Estatal de Turismo (Minas Gerais). Ex-vice presidente del Consejo Municipal de Turismo/COMTUR, Juiz de Fora/MG. [thiago.pimentel@ich.ufjf]

1 INTRODUCCIÓN

Para llevar a cabo el proceso de toma de decisiones en una organización burocrática (Weber, Max (1978 [1968]), de carácter público, es decir, dentro del estado, o de carácter privado, es esencial las informaciones sobre el entorno, para que se haga la correcta lectura y adaptación de la organización al ambiente (Weick, Sutcliffe & Obstfeld, 2005). Se necesita, por lo tanto, de un conjunto de informaciones enfocadas y que, también, estén a disposición de los interesados para posibilitar la elección de las mejores estrategias de acción (Buckley, 1970; Katz, & Kahn 1976).

Sin embargo, esto es un supuesto identificado por Hebert Simon (1965), de lo cual se procede que la mejor calidad de información tiende a crear mejores escenarios en la elección de los cursos de acción – lo que no garantiza la eficacia de su implementación. Contrario a esto, la ausencia de conocimiento (información) sobre una situación real impone restricciones a la toma de decisiones y, por lo tanto, una dudosa calidad en la elección de los cursos de acción lo que tiende, a su vez, a crear problemas de implementación de las políticas, etc.

Diversos estudios coinciden en que las regiones turísticas deben enfrentar los retos ocasionados por la crisis global, a través de innovaciones en sus sistemas de políticas públicas, con el fin de mantener y (en su caso) mejorar la competitividad del sector turístico. Así, las políticas públicas¹ juegan un papel estratégico en determinada región, para conseguir, mantener y extender su nivel de competitividad turística.

En este sentido, se considera que cualquier política pública que se desee implementar en determinado territorio debe estar fundamentada y respaldada por datos estadísticos confiables, así como por estudios de mercado que examinen y consideren todos aquellos agentes que están involucrados y las necesidades de cada uno de ellos. Todavía no hay

aparatos institucionales –del Estado, del sector privado o de organizaciones de la sociedad civil²– para producir este tipo de información indispensable a la toma de decisiones y asignación de los recursos en la realidad. Todavía, la información y datos disponibles – tanto de carácter cuantitativo como cualitativo – en lo que se refiere a la actividad turística, es insuficiente y limitada. Esta es una condición que afecta tanto al sector público, como al sector privado. Al primero pues frena la toma de decisiones enfocadas en la planificación, inversión e implementación de políticas públicas que beneficien y contribuyan al desarrollo de esta actividad. Al segundo desde que las empresas no cuentan con la información estadística ni herramientas adecuadas, que les sirvan como base para la toma de decisiones a nivel empresarial.

En el estado de Minas Gerais/Brasil, las políticas públicas que incentiven el desarrollo del turismo son escasas; motivo por lo cual se hace necesario crear estructuras formales de investigación en turismo (EFIT) que apoyen al desarrollo de sistemas de monitoreo, de toma de decisiones y métodos de evaluación de políticas públicas, los cuales, a su vez, efectivamente puedan desarrollar políticas públicas que fortalezcan el sector turístico en el estado.

Bajo esta lógica, el desarrollo de una Estructura de Investigación, por ejemplo en Turismo, puede apoyar al estado en la toma de decisiones acertadas y adecuadas, a través de la producción de las informaciones necesarias para al conocimiento de la realidad de los destinos. En el tema del turismo, las estructuras de investigación son recientes en el mundo, y sobre todo en Brasil, donde específicamente no hay una política sobre su actuación o un consenso sobre lo que hacen y/o como lo hacen.

En este escenario el presente estudio tiene como objetivo presentar la configuración actual de las Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT) existentes en Brasil³ y, en consideración del

¹ La política pública está en todas partes. Preocupa a los responsables públicos y privados y pone en movimiento a las ciencias sociales (Thoening, 1997). Las políticas públicas son “las sucesivas respuestas del Estado (del “régimen político” o del “gobierno de turno”) frente a situaciones socialmente problemáticas (Salazar, 1994). Tomando como base esta definición podemos entender a la “Política Pública” como la principal fuente utilizada por el gobierno para responder y ofrecer solución a los problemas que se presentan en una región. El análisis de las políticas públicas no es en sí mismo un fenómeno completamente nuevo. Mucho antes de que se convirtiera en una rama específica, y cada vez más desarrollada de la ciencia política, estudios concretos, aquí y allá, se habían interesado en los «productos» de la acción pública (Meny y Thoening, 1992). Para Aguilar (1992) las políticas son el diseño de una acción colectiva intencional; el curso que toma la acción como

resultado de las decisiones e interacciones que comporta y, en consecuencia, los hechos reales que la acción produce. En éste sentido, las políticas son “el curso intencional de acción que sigue un actor o un conjunto de actores al tratar un problema o tema de interés.

² En Brasil, cuando se habla de política pública se consideran los sectores: público, el privado y el de la sociedad civil organizada (asociaciones civiles).

³ El método de la investigación se presenta en detalle en el trabajo de Pimentel, T. D. & Paula, S. C. (2014). Desenvolvimento de um protocolo de avaliação do desempenho de recursos humanos em instituições de ensino superior/IES: notas para a gestão acadêmica a partir do caso do Curso de Turismo/UJFJ - Brasil. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v. 7, p. 243-265, 2014.

panorama de evolución de las EFIT en el país, presentar la experiencia del Observatorio Económico y Social de Turismo (OEST), describiendo sus características esenciales (en términos de restricciones, oportunidades y retos) y sus formas de funcionamiento, apuntado su rol y contribuciones en el contexto de evolución de las EFIT en Brasil.

Específicamente, se pretende:

1. Presentar el escenario de la oferta educativa en turismo en Brasil, que está vinculada predominantemente a las EFIT;
2. Presentar la actual configuración, en términos de oferta, de las EFIT en Brasil;
3. Informar la experiencia del Observatorio Económico y Social de Turismo (OEST), de la Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), en Minas Gerais;
4. Ponderar sobre sus realizaciones, su rol en este escenario, sus contribuciones, limitaciones y los retos hasta el momento.

Para el estudio empírico se realizó una investigación cuantitativa sobre las estructuras de investigación en turismo de Brasil, para conocer este escenario en el contexto brasileño, desde lo cual se ha tomado, en un siguiente momento, el caso del Observatorio Económico y Social de Turismo de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF) para la realización de una discusión profundizada, cualitativa, de forma a ejemplificar como se opera este tipo de estructura formal, sus funciones, contribuciones y retos.

De forma a desarrollar la argumentación propuesta, este texto está organizado en cinco partes. La primera, que es esta introducción, expone las ideas centrales del trabajo, su justificación y el contexto de realización del estudio. En el segundo apartado se discute, en particular, el tema de las estructuras formales dedicadas a la investigación en turismo, dentro de las cuales subrayaremos las estructuras de investigación, en general, y los observatorios, en particular. En la secuencia, en el tercer apartado, discutiremos los

datos empíricos que caracterizan el escenario de este tipo de estructura formal dedicada a la investigación en turismo y llegaremos en la presentación específica de la propuesta del Observatorio Económico y Social de Turismo/OEST de la Universidade Federal de Juiz de Fora. Por fin, presentamos las conclusiones del estudio, con evidencias de las restricciones del contexto macro y de las contribuciones y retos del OEST/UFJF.

2 DE LOS TIPOS DE ESTRUCTURA FORMAL DE INVESTIGACIÓN EN TURISMO (EFIT): LOS CENTROS DE INVESTIGACIÓN Y LOS OBSERVATORIOS

Los núcleos, grupos, observatorios o centros de investigación en turismo⁴ son tipos específicos de estructura formal dedicada a la investigación en turismo. Tales estructuras pueden ser comprendidas, de forma genérica, como distribuciones organizativas que hacen compilación de datos, construyen y producen conocimiento por medio de la realización de estudios prácticos y/o investigaciones de carácter teórico.

En general, este tipo de estructura estuvo –y, de hecho, mayoritariamente, sigue siendo– asociado a universidades, así como se los mantenían fuentes de financiación pública (Christian, 2000). En Turismo, debido a su naturaleza práctica, la mayoría de las estructuras de investigación se conocen como Observatorios de Turismo (lo que será aclarado en detalle en el siguiente apartado).

La investigación en turismo es reciente y todavía está en proceso de institucionalización (cf. Jafari 2005a; 2005b; Airey & Tribe, 1998; Tribe, 2010). Debido al carácter pragmático del área profesional, las investigaciones, en general, tienen propósitos funcionales y se centran en componentes relacionados con la expertise, de la industria o del estado. En un primer momento, se destacan para mejorar la función de los sistemas y servicios de logística –lo que se observa, por ejemplo, en los servicios de catering en la aviación o en la introducción de las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en las agencias de

⁴ Si bien se puede discutir sobre el grado de formalización y/o la amplitud de estos diferentes tipos de Estructuras Formales de Investigación en Turismo (EFIT), dicho intento está afuera del alcance de este trabajo. Importa a nosotros, en este momento, tan solamente identificar y separar esas estructuras formales, colectivas, permanentes e institucionalizadas por las entidades que se asignan esas acciones de aquellas temporales, informales y generalmente individuales llevadas a cabo de forma espontánea o voluntarista por un investigador, lo que no necesariamente encuentra respaldo o apoyo, o aún se toma como una iniciativa programado y

formal de la institución. Por lo tanto, vamos a tomar como sinónimos las expresiones arriba mencionadas, designándolas por el apodo, en general, más amplio de Centros de Investigación en Turismo (CIT), dado el carácter más recurrente de esta forma de organización en todo el mundo (Pimentel, 2016). Sólo cuando sea estrictamente necesario, se hará una distinción específica entre tales formas, como en el caso de los observatorios de turismo, cuya lógica de actuación resulta específicamente para la investigación aplicada en la industria en general, como una forma de asistencia a empresas y municipios.

viajes, lo que permite la creación de sistemas de reservas integrados con informaciones compartidas en tiempo real. Así en el sector público, la academia o el estado se dirigen los estudios, sobre todo, para la producción de información como soporte a la tomada de decisión para la gestión del sector.

Las estructuras de Investigación en Turismo (EFIT) mantienen estrecha interrelación con la práctica cotidiana de la actividad turística y proporcionan los datos de encuestas e investigaciones aplicadas, de temas simples, como el perfil del turista, el destino turístico, el flujo turístico. También trabajan con los temas más complejos—como en el caso de los destinos más avanzados—relacionados a la producción de series históricas, lo cual muestra las tendencias de la industria (como la propensión a invertir, las expectativas sobre el crecimiento de la actividad, etc.).

Según Brandão (2007) los observatorios, a su vez, son estructuras de investigación aplicadas, es decir, que están inextricablemente vinculadas a la cuestión de la información y seguimiento, con la finalidad de apoyar a la práctica de una actividad o sector. Específicamente, en Turismo, son estructuras que tienen una interfaz cercana con la práctica cotidiana de la actividad turística, proporcionando levantamientos de datos y la investigación aplicada de conceptos más simples (como el perfil del turista, el flujo turístico, el destino de turismo) y también de aquellos más complejos, como los relacionados a la producción de herramientas de monitoreo histórico y de tendencias de la industria (tales como la propensión a invertir, las expectativas sobre el crecimiento de la actividad, etc.), como es el caso de los destinos más avanzados.

En este escenario surgió la investigación formal realizado por las estructuras de turismo. Según Brandão (2007) hasta finales de 1960 las definiciones de la escuela suiza sobre turismo, turista, excursionista, etc. buscaban un consenso conceptual, antes de extenderse al resto del mundo. Esto sucedería después del desafío de su aplicación práctica, es decir: ¿Cómo medir el flujo de turistas en una región cualquiera? Esta pregunta requeriría estudios especializados e intensivos. También había el desafío del desarrollo de un método de verificación del flujo turístico—la cuenta satélite del turismo. En este caso, el método se desarrolló por la Organización Mundial de Turismo (OMT), que además influyó de manera fundamental y se lo incorporó en diferentes países y regiones, a través de estructuras de investigación de turismo.

Por lo tanto, las EFIT basadas en universidades surgieron entre 1970 y 1980 para ayudar a promover el crecimiento de la industria del turismo en sus estados, por la provisión de programas adecuados a la formación de trabajadores para el sector, o sea, en la investigación en la gestión empresarial, gestión de recursos naturales, comercialización, marketing, etc.; o el apoyo del suministro de datos e información en la toma de decisiones de organizaciones públicas y privadas (Christian, 2000).

En general, estas iniciativas estaban vinculadas a las recomendaciones de la OMT y funcionaban como una especie de “laboratorio”, para probar dichos conceptos y herramientas metodológicas de medición, en los países en que se los adoptaron para implementar y comprobar las recomendaciones y metodologías propuestas por la OMT, como la cuenta satélite turismo.

Por lo tanto, se observa que el tipo particular de estructura de investigación, el observatorio de turismo,

Está diseñado para ayudar a las agencias gubernamentales a fomentar y desarrollar los recursos de recreación y turismo, del Estado y para ayudar a las empresas turísticas con la planificación y la comercialización y proporcionar a los legisladores con la investigación necesaria para que puedan tomar decisiones políticas basadas [...] [más allá que] se necesitan los datos económicos recogidos por los centros turísticos para complementar las estadísticas nacionales con datos regionales y estatales (Christian, 2000: 5).

Las EFIT ayudan a promover el crecimiento de la industria del turismo, a través de la formación académica o de investigación bien como de recoger, gestionar y analizar datos sobre la industria del turismo, datos que estudian las áreas importantes para el desarrollo de esta actividad. Específicamente, se elaboran modelos económicos y estadísticos que pueden ser utilizados para los estudios de factibilidad e impacto económico, en la provisión de herramientas de análisis a consultores, universidades, con el fin de diferenciar su investigación y elevar el nivel general de la consultoría de investigación. También proporcionan evaluación de la capacitación, asistencia técnica e independiente de la política gubernamental en materia de impuestos, los recursos naturales y el desarrollo económico de la comunidad.

Además, las EFIT ayudan a evaluar los impactos sociales y ambientales, bien como las políticas de desarrollo turístico y eventos turísticos específicos. A

través de las publicaciones académicas, investigadores informan los acontecimientos recientes en la investigación turística. Las revistas más importantes relacionadas con los estudios de turismo y los modelos económicos o estadísticas relacionados con los estudios de turismo han surgido del trabajo universitario. Las EFIT utilizan la investigación académica y métodos científicos para solucionar a los problemas encontrados por la industria del turismo y la participación en las comunidades para el desarrollo del turismo.

Así, el tipo de estructura de investigación, “observatorio de turismo”, está diseñado para ayudar a las agencias de fomento gubernamental a apoyar el desarrollo de la recreación y del turismo, por medio de los recursos del Estado, además de ayudar a compañías de turismo con la planificación y la comercialización y proporcionar a los responsables políticos de la investigación necesaria para que se tomen decisiones políticas con conocimiento de [...] [además de] los datos económicos recogidos por los centros turísticos para complementar las estadísticas nacionales con datos regionales y estatales (Massieu, 2000).

Otro tipo de EFIT, los “Centros de Turismo” ayudan a promover el crecimiento de la industria del turismo, a través de la formación académica o de investigación- por medio de recopilación, gestión y análisis de datos sobre la industria del turismo- en estudios que tratan de examinar las áreas importantes para el desarrollo de la actividad en cuestión. Más específicamente, elaboran modelos económicos y estadísticos que pueden ser utilizados por los consultores para los estudios de factibilidad e impacto económico en el suministro de herramientas de análisis de consultores y por las universidades para diferenciar su investigación y elevar el nivel general de la búsqueda del consultor. También proporcionan capacitación evaluación, asistencia técnica independientemente de la política del Gobierno en materia de fiscalidad, recursos naturales y el desarrollo económico de la comunidad. Además, evalúan las políticas de desarrollo social y turismo, turismo ambiental y eventos turísticos. A través de las revistas académicas, investigadores informan sobre los acontecimientos recientes en la investigación turística. Las revistas más importantes relacionadas con los

estudios de turismo y los modelos económicos o estadísticas con relación a los estudios de turismo tienen origen en el trabajo universitario. Estos centros utilizan la investigación académica y los métodos científicos para resolver los problemas encontrados en la industria del turismo y en las comunidades, en favor del desarrollo turístico.

En pocas palabras, las EFIT tienen como objetivo proporcionar datos para la elaboración de políticas públicas para el desarrollo turístico, de forma fundamentada y con rigor y previsibilidad. Los datos creados por estas estructuras, se los producen en forma de estudios multidisciplinarios y toman en cuenta diversos aspectos, desde el medio ambiente socio-cultural, donde se busca también discutir y proponer soluciones para los problemas, en base a diversos puntos de vista, encontrados por la industria turística. Hay que añadir el rol de las EFIT en términos de transmisión del conocimiento generado, por ejemplo, por medio de revistas especializadas, lo que promueve debates sobre el progreso y el desarrollo del turismo a través de la academia.

Actualmente hay una abundancia y dispersión de este tipo de iniciativas en el escenario mundial, donde los observatorios son considerados como agencias de apoyo para diseñar e implementar políticas públicas de turismo. En Brasil, todavía, son nuevas y escasas dichas iniciativas, aunque recientemente algunas acciones específicas se han llevado a cabo en algunas capitales estatales como São Paulo y Río de Janeiro. En estos casos, las iniciativas están fundidas directamente a los gobiernos o universidades y parecen estar relacionadas, directa o indirectamente, a las inversiones públicas nacionales por los eventos deportivos de 2014 y 2016.

3 CONTEXTO BRASILEÑO DE LAS ESTRUCTURAS FORMALES DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA

Según los datos empíricos para la identificación del universo de estudio, en Brasil se ha encontrado un total de 2.407 instituciones de educación superior (IES)⁵, 197 universidades y 2.215⁶ no-universidades. La

⁵ De acuerdo con los datos disponibles en la plataforma del Gobierno Federal E-Mec, el Ministerio de Educación. (2015). Instituciones de educación superior y cursos registrados. Disponible en: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Consultado en marzo de 2015.

⁶ Debido a la suposición de que las universidades concentran la mayor parte de la investigación y la producción de conocimiento, se prioriza este corte analítico, donde las

universidades han asumido centralidad en la investigación, en relación con otros tipos de instituciones de educación superior. Se destaca, con el fin de clarificar el universo de la oferta educativa del país, el papel de las universidades y, por extensión, de la oferta educativa en turismo, sus estructuras de investigación, sus revistas científicas, etc. Sin embargo, esto no implica la eliminación de las no-universidades, ya que en el contexto

tabla 1 sintetiza la distribución y clasificación de las IES identificadas y utilizadas como base para esta investigación, así como las 347 que tienen oferta de educativa de turismo y, por lo tanto, constituyen la muestra seleccionada. A través del análisis de la información disponible en los sitios electrónicos oficiales de cada una de las IES, se observó que de las IES 2.407 identificadas, 153 (6.36%) son públicas y 2.254 (93.64%) privadas.

Específicamente, 347 (14.41%) de las IES investigadas en Brasil presentan algún tipo de oferta educativa en turismo, de los cuales 81 (23.34%) son la categoría de Universidad y 266 (76.66%) es la categoría no-Universidad. Particularmente del total de estas instituciones en de la muestra con oferta de programas de formación en turismo (347 IES), 88 (25.37%) son públicas y 259 (74.63%) son privadas.

Tabla 1: Total de IES en Brasil y total de IES con oferta educativa en turismo.

Educación Superior no Brasil									
Total de IES en Brasil (2.407)					Total de IES con cursos de Turismo (347)				
Universidad (192)	Universidad (192)	Pub. 96	Priv. 96	Mix. -	Universidad (81)	Universidad (81)	Pub. 44	Priv. 37	Mix. -
	Universidad Tecnológica (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -		Universidad Tecnológica (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
No-Universidad (2.215)	Centro (188)	Pub. 3	Priv. 185	Mix. -	No-Universidad (266)	Centro (41)	Pub. 2	Priv. 39	Mix. -
	Colegio Técnico (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -		Colegio Técnico (-)	Pub. -	Priv. -	Mix. -
	Fundación/ Facultad/ Academia (1753)	Pub. -	Priv. 1753	Mix. -		Fundación /Facultad /Academia (166)	Pub. 10	Priv. 156	Mix. -
	Instituto (206)	Pub. 51	Priv. 155	Mix. -		Instituto (54)	Pub. 31	Priv. 23	Mix. -
	Otros tipos (68)	Pub. 3	Priv. 65	Mix. -		Otros tipos (5)	Pub. 1	Priv. 4	Mix. -

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de investigación empírica.

3.1 Oferta Educativa en Turismo

Dicha categoría tuvo como objetivo identificar los cursos de turismo, la cantidad y discriminar los tipos (o modos) que se ofrecen, además de las áreas temáticas que pueden ser clasificadas. De las 347 instituciones que ofrecen cursos de turismo, identificamos y clasificamos los tipos de cursos (carreras) y áreas. En principio, cada IES puede ofrecer más de un curso, por lo que se encontró en el extremo, la oferta existente de 790 programas de turismo en total, en las 347 IES.

De estos 790 cursos observados existía la siguiente distribución, entre tres categorías distintas: la formación inicial (tecnatura y licenciatura)⁷; la formación de postgrado (en latu sensu, que están los cursos de especialización y MBA, y strictu sensu, que pueden subdividirse en maestría y doctorado); otros

(incluye los cursos de extensión, de corta duración, y cursos en línea).

En total se encontraron 508 (64.63% del total) programas de formación inicial (de tecnatura y licenciatura). De esta oferta total se identificaron 254 cursos de tecnatura (58 en universidades y 196 en no-Universidades), Esta oferta se distribuye según sus temáticas en: 65 (25.59%) en Eventos, 61 (24.02%) en Economía y Gestión, 50 (19.69%) en Gastronomía /Restauración, 47 (18.5%) en Hospitalidad, 22 (8.66%) en Servicio turístico, 4 (1.57%) en Entretenimiento/Ocio, 4 (1.57%) en Turismo General y 1 (0.39%) en Recursos Naturales y Medio Ambiente.

En lo correspondiente a la oferta de licenciatura fueron encontrados 254 cursos (73 universidades y 181 no-universidades), siendo estos así distribuidos: 204 (80.31%) en Turismo General, 21 (8.27%) en Hospitalidad, 8 (3.15%) en Economía y Gestión, 7

de la investigación futura, este residuo categórico puede ser explotado para otros fines, incluyendo su contribución para profundizar los resultados de este estudio.

⁷ Cursos de formación inicial o en 1^{er} ciclo, según la clasificación de Bolonia.

(2.76%) en Eventos, 6 (2.36%) en Gastronomía/Restauración, 4 (1.57%) en Servicio turístico, 2 (0.79%) en Recursos Naturales y Medio Ambiente, 1 (0.39%) en Entretenimiento/Ocio, 1 (0.39%) en otras áreas.

Específicamente en las universidades se identificaron 56 (42.75%) cursos en la temática de Turismo General, 19 (14.5%) de Hospitalidad, 18 (13.74%) Gastronomía/Restauración, 16 (12.21%) en Eventos, 15 (11.45%) en Economía y Gestión, 3 (2.29%) en Recursos Naturales y Medio Ambiente, 2 (1.53%) en Servicios Turísticos, 1 (0.76%) en Entretenimiento/Ocio y 1 (0.76%) en otras áreas. En la categoría no-universidades se observó que 152 (40.32%) de los cursos de formación inicial se encuentran en el área de Turismo General, 56 (14.85%) de Eventos, 54 (14.32%) de Economía y Gestión, 49 (13%) de Hospitalidad, 38 (10.08%) Gastronomía/Restauración, 24 (6.37%) Servicio Turístico y 4 (1.06%) Entretenimiento/Ocio.

Por lo tanto, se ha observado que la oferta de cursos de formación inicial en turismo de Brasil se concentra sobre todo en las áreas de Turismo General (40.94% de toda la oferta en este nivel). Además, las áreas de Eventos, Economía y Gestión, Hospitalidad y Servicios turísticos, concentran otro 57.28% de la oferta educativa en el turismo. Mientras tanto, las áreas de Entretenimiento/Ocio, Recursos Naturales (y Medio Ambiente) y otras áreas, asumen un porcentaje minoritario de 1.77% de los cursos.

La oferta existente de nivel de postgrado engloba los cursos de tipo *latu sensu*, MBA o cursos de especialización (130 cursos) y *strictu sensu* (13 cursos), que se subdividen en maestría (9 cursos) y doctorado (4 cursos). En el postgrado de tipo *latu sensu*, se ha identificado una distribución general de las temáticas: 37 (28.46%) en Economía y Gestión, 29 (22.31% Eventos), 15 (11.54%) en Gastronomía/Restauración, 14 (10.77%) en Hospitalidad, 11 (8.46%) en Recursos Naturales (y Ambiente), 7 (5.38%) en Planificación Turística, 6 (4.62%) en Patrimonio Cultural, 5 (3.85%) en Entretenimiento/Ocio, 2 (1.54%) en Geografía, 2 (1.54%) en otras áreas, 1 (0.77%) en Servicio Turístico y 1 (0.77%) en Turismo General.

En esta categoría se destaca el predominio de los cursos ofrecidos por no-universidades, lo que es esperado, teniendo en cuenta que la oferta característica de postgrado *latu sensu* es orientada a la especialización profesional, lo que coincide con el predominio de la oferta de este tipo de IES en esta categoría. Por otro lado, también se espera una concentración en las universidades de lo que se llama

de cursos de *strictu sensu*, que tiene el alcance para la formación académica y el trabajo en la investigación, docencia y extensión.

Específicamente en la distribución de los datos en las universidades se han encontrado 37 cursos (25 especializaciones y 65 MBA's), 11 (29.73%) en Eventos, 10 (27.03%) en Economía y Gestión, 4 (10.81%) en Gastronomía/Restauración, 3 (8.11%) en hospitalidad, 3 (8.11%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente), 2 (5.41%) en Entretenimiento/Ocio, 2 (5.41%) en Planificación Turística, 1 (2.7%) en Geografía, 1 (2.7%) en Turismo General.

En cuanto a las no-universidades se identificaron 93 cursos de *latu sensu* (61 Especializaciones y 32 MBA's), 27 (29.03%) en Economía y Gestión, 18 (19.35%) en Eventos, 11 (11.83%) en Gastronomía/Restauración, 11 (11.83%) en Hospitalidad, 8 (8.6%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente), 6 (6.45%) en Patrimonio Cultural, 5 (5.38%) en Planificación Turística, 3 (3.23%) en Entretenimiento/Ocio, 2 (2.15%) en otras áreas, 1 (1.08%) en Geografía, 1 (1.08%) en Servicio Turístico.

Desde luego, en el grupo de las IES examinadas se observaron 13 cursos de tipo *strictu sensu*, 9 a nivel de maestría y 4 de doctorado. De los cursos de máster, todos se ofrecen en las universidades, de los cuales 4 (44.44%) en Turismo General (Mestrado Profissional em Turismo en la Universidade de Brasília, Mestrado em Turismo en la Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado Acadêmico em Turismo en la Universidade de São Paulo, Mestrado Acadêmico em Turismo en la Universidade Federal Fluminense), 3 (33.33%) en Hospitalidad (Mestrado em Hospitalidade en la Universidade Anhembi Morumbi, Mestrado Acadêmico em Turismo e Hospitalidade en la Universidade de Caxias do Sul y Mestrado em Turismo e Hotelaria en la Universidade do Vale do Itajaí), 1 (11.11%) en Economía y Gestión (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos en la Universidade Estadual do Ceará), 1 (11.11%) en Entretenimiento/Ocio (Mestrado em Lazer en la Universidade Federal de Minas Gerais).

A nivel de doctorado se ha identificado un total de 4 cursos, todos ofrecidos también en las universidades, 3 (75%) de Hospitalidad (Doutorado em Hospitalidade en la Universidade Anhembi Morumbi, Doutorado em Turismo e Hospitalidade en la Universidade Caxias do Sul y Doutorado em Turismo e Hotelaria en la Universidade do Vale do Itajaí) y 1 (25%) en Turismo

General (Doutorado em Turismo en la Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

En la tercera subcategoría, otros cursos se ha identificado la existencia de 78 cursos en la modalidad en línea y 61 cursos en el modo de formación complementar⁸. De los 78 cursos en línea, 31 (39.74%) son en Economía y Gestión, 17 (21.49%) en Eventos, 11 (14.1%) en Servicio Turístico, 8 (10.26%) en Hospitalidad, 4 (5.13%) en Turismo General, 3 (3.85%) en otras áreas, 2 (2.56%) en Entretenimiento / Ocio, 1 (1.28%) en Gastronomía/Restauración y 1 (1.28%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente).

En las Universidades se ha encontrado 11 cursos, 4 (36.36%) en Economía y Gestión, 3 (27.27%) en Turismo General, 2 (18.18%) en Eventos, 1 (9.09%) en Gastronomía/Restauración 1 (9.09%) en otras áreas. En lo que se refiere a la categoría no-universidad, se ha encontrado 67 cursos, 27 (40.3%) en Economía y Gestión, 15 (22.4%) en Eventos, 11 (16.4%) en Servicio Turístico, 8 (11.9%) en Hospitalidad, 2 (3%) en Entretenimiento/Ocio, 2 (3%) en otras áreas, 1 (1.5%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente) y 1 (1.5%) en Turismo General.

De los 61 cursos de formación complementar, 10 (16.39%) son en Eventos, 10 (16.39%) en Gastronomía/Restauración, 9 (14.75%) en Servicio Turístico, 8 (13.11%) en Turismo General, 6 (9.84%) en otras áreas, 5 (8.2%) en Patrimonio Cultural, 4 (6.56%) en Economía y Gestión, 4 (6.56%) en Hospitalidad, 2 (3.28%) en Geografía, 1 (1.64%) en Entretenimiento/Ocio, 1 (1.64%) en Planificación Turística y 1 (1.64%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente).

En las Universidades se ha encontrado 32 cursos de formación continua, 5 (15.63%) en Eventos, 5 (15.63%) en Turismo General, 4 (12.5%) en Gastronomía/Restauración, 4 (12.5%) en Patrimonio Cultural, 4 (12.5%) en Servicio Turístico, 3 (9.38%) en Economía y Gestión, 3 (9.38%) en otras áreas, 2 (6.25%) en Hospitalidad, 1 (3.13%) en Entretenimiento/Ocio y 1 (3.13%) en Geografía.

En lo que se refiere a los 29 cursos de formación complementar que se encuentran en las no-universidades se ha constatado que 6 (20.69%) se encuentran en el área de Gastronomía/Restauración, 5

(17.24%) en Eventos, 5 (17.24%) en Servicio Turístico, 3 (10.34%) en Turismo General, 3 (10.34%) en otras áreas, 1 (3.45%) en Economía y Gestión, 1 (3.45%) en Geografía, 1 (3.45%) en Patrimonio Cultural, 1 (3.45%) en Planificación Turística y 1 (3.45%) en Recursos Naturales (y Medio Ambiente).

En la tabla 2 (Apéndice 1) se sintetiza la distribución del muestreo de cursos identificados en relación con su composición en términos de oferta temática, los tipos y subtipos de modalidad y nivel del curso.

3.2 Distribución Espacial de la Oferta Educativa en Turismo

En esta sección se examina específicamente la relación entre la existencia de la oferta educativa en el turismo (universidades que ofrecen educación superior en turismo en alguna forma) y la ubicación espacial de estas universidades, con el fin de identificar: a) como se muestra dicha oferta en el territorio, si hay una concentración o dispersión geográfica de los cursos; b) si las regiones más tradicionalmente turísticas tienen más casos de oferta educativa en turismo; c) si es (ha habido) una dirección o inducción (por ejemplo, desde el estado) para la creación y el mantenimiento de estos cursos; y d) si hay solapamiento de cursos en las mismas regiones.

En cuanto a la distribución de las universidades (Figura 1 – Apéndice 3), se hace hincapié en que este tipo de IES se distribuye de manera desigual en todo el territorio de Brasil, la mayoría de ellos se concentran en la extensión de toda la costa del país y el eje sur-sureste. En el noreste se concentra las instituciones educativas en la costa y algunas IES a la medida que se mueve a la región interior del país. Por el contrario las regiones del norte y del medio-oeste hay muy pocos centros de enseñanza superior, y su establecimiento domina las regiones de las capitales de los estados, donde hay una mayor densidad de población. Por último, en la región sur-sureste se observa que hay más IES, que se distribuyen de manera más uniforme en este territorio.

⁸ Por formação complementar foram agregados os cursos de curta duração (até 12 meses) e também os projetos de extensão, que proporcionam uma formação voltada a atividades práticas em projetos temporários e que possuem o objetivo de

oferecer a oportunidade o aluno colocar em prática os conteúdos curriculares dos cursos de turismo, fundamentalmente relacionadas as disciplinas que envolvem as áreas temáticas de serviços turísticos e hospitalidade.

3.3 Existencia de Estructuras Formales de Investigación en Turismo

Partiendo de preguntas sobre: 1) si las IES que ofrecen cursos de turismo son simplemente dedicadas a la enseñanza; o 2) si producen algún tipo de conocimiento (investigación) en turismo y en este caso si se ha institucionalizado/formalizado en la universidad; se buscó verificar la existencia de estructuras de investigación, institucionalizadas en las IES, teniendo como premisa que esto denotaría una etapa más avanzada en términos de colaboración (redes de investigadores internos a la IES, o entre las IES nacionales o extranjera) y la producción de la investigación científica, que papel desempeña la institución en la escena nacional y como es reconocida por otros actores en el campo académico.

Por lo tanto, hemos identificado: a) ¿Cuáles son las áreas temáticas de las EFIT y cuáles son las áreas temáticas de los cursos que se ofrecen; y b) si existe alguna relación entre la producción de conocimiento en el turismo y su difusión a través de la educación, en la propia institución.

Se ha identificado 57 Estructuras Formales de Investigación en Turismo⁹, con diferentes temas, que se concentraron en 33 (9.73%) IES de Brasil - subconjunto de las 347 instituciones que ofrecen cursos de turismo. En concreto, las estructuras formales de investigación estaban vinculadas a 23 universidades y 10 no-universidades.

Entre las instituciones educativas privadas encuestadas se señala que la Fundación Getulio Vargas no ofrece cursos de turismo, pero tiene dos centros de investigación en turismo, el Centro de Turismo de EBAPE, que está vinculado a la Escuela Brasileña de Administración de Empresas Públicas (EBAPE), e incluso es una institución asociada en materia de investigación con Embratur. Aún en la misma IES, el Laboratorio de Estudios Turísticos (LET), está vinculado el Centro de Investigación y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil (CPDOC), a la Facultad de Ciencias Sociales.

Es de destacar que a pesar de la reconocida importancia de los observatorios vinculados a los departamentos de turismo de los ayuntamientos o

secretarías de algunos estados, estas empresas no se incluyeron en el recuento de las EFIT identificadas en esta investigación, pues se ajusta a la metodología adoptada las entidades vinculadas que únicamente han incorporado directamente a alguna IES. En este caso no se tuvieron en cuenta las siguientes estructuras:

- 1) Observatório de Turismo da Bahia,
- 2) Observatório de Turismo do Distrito Federal,
- 3) Observatório de Turismo do Rio Grande do Sul,
- 4) Observatório do turismo - Cidade de São Paulo,
- 5) Observatório do Turismo de Belo Horizonte,
- 6) Observatório do Turismo de Goiás,
- 7) Observatório do Turismo de Minas Gerais,
- 8) Observatório do Turismo de Vitória,
- 9) RIOCEPETUR - Centro de Pesquisas e Estudos Aplicados ao Turismo da Cidade do Rio de Janeiro.

Por lo tanto, el total de las EFIT del país representa 68 entidades. Sin embargo, 11 instituciones no están incluidas en la muestra, pues no se ofrece un curso de turismo por la institución de educación superior, o porque la estructura de investigación no está esencialmente vinculada a una institución de educación superior, sino a los departamentos de la administración pública.

De acuerdo con la clasificación utilizada se destaca que las 10 EFIT observadas tienen un tema central en "Otras áreas temáticas", que no figuren en el modelo de clasificación a priori, como la comunicación o la innovación. También, de acuerdo con la clasificación utilizada, 8 estructuras tienen en su eje central temas los relacionados con el área de Ciencias Sociales. En mismo número, 8 son las EFIT que centran su investigación en el área de Planificación del Turismo. También se identificaron 7 EFIT enfocados en el área de Economía y Gestión; 6 de Turismo General, 5 de Recursos Naturales (y Medio Ambiente), 4 Educación (Formación Profesional) y 3 Hospitalidad. Además, 2 estructuras de investigación tienen como eje central el tema de Entretenimiento/Ocio y 2 del tema de Geografía. Por último, se identificó 1 estructura en el área del Patrimonio Cultural y 1 de Servicios Turísticos. La distribución de las EFIT vinculadas a las IES se presentan en la Tabla 3 (Apéndice 2).

⁹ Para el centro de investigación se consideró centros, observatorios, laboratorios, centros de investigación, grupo de investigación. Específicamente en el caso de los grupos de investigación en Brasil sólo formalizados y activos de acuerdo con la información proporcionada en el Directorio de Grupos de Investigación del Cnpq

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Por otra parte otros grupos "no formalizados" fueron registrados como proyectos de investigación, que de acuerdo con la metodología de esta investigación no se considera como una estructura institucionalizada.

4 El Caso del Observatorio Económico y Social de Turismo de Juiz de Fora (Brasil)

4.1 Histórico

Hasta el año de 2012, los observatorios de turismo en Brasil (así como las EFIT, en general) eran muy pocos. En esta época solamente se encontraban 4 iniciativas similares en el país – el Observatorio de la Universidad de Caxias do Sul; el Observatorio de Inovação do Turismo, en la Universidad de la Fundação Getúlio Vargas, en instituciones privadas; y los recién creados Observatórios da Cidade de São Paulo y el Observatorio da Cidade do Rio de Janeiro, ambos en el marco de sus gobiernos municipales locales.

La existencia del Observatorio Mineiro Económico y Social del Turismo/UFJF se justifica debido a varias razones, entre las que aquí se destaca: (1) la falta de centros de referencia que permitan la sistematización de los escasos estudios sobre el turismo; (2) la falta de laboratorios de investigación en turismo, ya que la mayoría de las universidades que albergan este tipo de cursos son privadas y por lo tanto no tienen un interés prioritario en la realización de la investigación; (3) la falta de mecanismos de difusión de datos consolidados, la información y el conocimiento del turismo, ya que estos materiales se dispersan en iniciativas aisladas de alguna universidad ya lo largo de los cursos de turismo repartidos por la iniciativa pública y, sobre todo, privado del país a través de libros, artículos, documentos de trabajo (working papers) y monografías de especialización y el grado de turismo (Proyecto OEST, 2013: 5).

Teniendo en cuenta el escenario enmarcado por la ausencia de este tipo de estructura organizacional, ajenos de los grandes centros del país y también a las universidades públicas autónomas¹⁰, en 2012, a través de un proyecto técnico financiado por la Universidad Federal de Juiz de Fora, sob la dirección del prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel, se iniciaran los estudios para la creación del Observatorio Económico y Social del Turismo de esta IES, lo que se logrou, de forma efectiva, en octubre del siguiente año (2013), después de ser aprobado por el Consejo del Centro de Investigaciones Sociales (CPS), órgano de la propia universidad lo cual congrega y centraliza todas las actividades semejantes de la UFJF.

En este sentido, entre 2012 y 2013, se dedicó el tiempo y el trabajo a estudiar los otros observatorios de turismo de Brasil. Después de haberlos mapeado, lo que se ha llevado a identificar otros, más allá de las ya mencionadas estructuras, – aunque, en general, tengan las mismas características, privadas o gubernamentales, pero sin vinculación a una universidad federal y sin conexión con una investigación sistemática y continua – se pasó a la tarea de replicación de este estudio en ámbito mundial, donde se identificó una oferta más grande, aunque no tan significativa.

De estos dos mapeos, se pudo hacer un benchamaking con el objetivo de elaboración de la planificación del OEST/UFJF. En esta etapa de planificación hubo especial interés en la creación de una secuencia de fases para su implementación, una vez que, más allá de los aspectos internos de dicha estructura organizacional, habría que se considerar el entorno, que aún no estaba preparado, ni tampoco acostumbrado con este tipo de centro de investigación.

Así, se inició un proceso de implementación en 3 fases: creación, expansión y consolidación, cada una con un ciclo de tareas distintas y necesarias para garantizar su seguimiento (Figura 2). Por ejemplo, mientras en la fase de creación (2013-2014), la preocupación inicial y los esfuerzos se concentraron en el sentido de generar los mecanismos e insumos necesarios a su constitución y organización formal, sobre todo, en los aspectos formales e internos (con, por ejemplo, la constitución de un estatuto interno, además de otros mecanismos semejantes); en la segunda fase, expansión (2014-2015), se caracterizó por la búsqueda de actividades de investigación internas y la celebración de convenios y acuerdos de cooperación, en particular (con la alcaldía municipal y el gobierno del Estado de Minas Gerais).

Esta etapa, tardó más que el tiempo estimado inicialmente, principalmente, debido a la morosidad de la burocracia pública en la celebración de los convenios, que ha tomado muchos meses para concluir un simple tramite; a lo que se ha añadido el periodo de cambio de gestión en el rectorado de Universidad Federal de Juiz de Fora en el 2015.

¹⁰ En Brasil dichas universidades son nombradas “federalis”.

La etapa de consolidación en que se verifica actualmente esta estructura, precisamente se caracteriza por la realización de investigación aplicada bajo la captación de proyectos de demanda de órganos públicos o privados. Este es el caso del proyecto, con dotación propia y transferencia de presupuesto, "Creación de una Oficina de Proyectos para la Municipalidad de Juiz de Fora", lo cual busca identificar fuentes de financiación públicas o privadas para descentralizar las fuentes de ingreso del sistema turístico municipal. Además, en esta fase se concentra la elaboración de indicadores turísticos.

Dado que, específicamente, la producción, sistematización y difusión del conocimiento científico acerca del turismo, el Observatorio Económico y Social de Turismo/UFJF se constituye en un centro de investigación formado por profesores y estudiantes de la carrera de turismo de la Universidade Federal de Juiz de Fora, siendo formalmente subordinado al Centro de Investigaciones /CPS y a todas sus reglas así como las de la universidad.

4.2 Objetivos

4.2.1 Objetivo general

Producir, copilar, sistematizar y difundir el conocimiento técnico-científico sobre el turismo desde una perspectiva aplicada, con enfoque en los aspectos sociales y económicos y sobretodo, con referencia al estado de Minas Gerais.

4.2.2 Objetivos específicos

- 1) Realizar la exploración de fuentes de información (primarias y secundarias) sobre el turismo, en el alcance de actuación del estado de Minas Gerais.
 - a) Promover el desarrollo de la investigación histórica del turismo, la incorporación de nuevas bases a la colección existente, así como el uso de la colección de datos para estudios específicos sobre Juiz de Fora y Minas Gerais;
 - b) Producir la investigación desde fuentes de datos secundarios, así como incorporar aportes de investigaciones de otras fuentes, sobre Juiz de Fora y Minas Gerais;
 - c) Actuar directamente, en la producción de conocimiento científico del turismo por medio de investigaciones aplicadas;
- 2) Consolidar el conocimiento sobre turismo existente en MG, convirtiéndose en un centro de

referencia (base de datos) de información turística de calidad;

- 3) Promover la difusión de la información y extender el uso de este centro de referencia por la sociedad;
- 4) Sistematizar, organizar y crear indicadores y metodologías de apoyo a la intervención en la industria turística con el fin de contribuir a su desarrollo.

4.3 Estructura e funcionamiento

La forma que opera el OEST se organiza bajo tres ejes integrados, los cuales contienen acciones específicas a ser desarrolladas. El vínculo de los estudiantes sucede durante todo el proceso del OEST bajo parámetros de acciones específicas. Son tres áreas clave que estructuran el observatorio: 1. Investigación, innovación y producción de conocimiento; 2. Sistematización, archivamiento y creación de bases de datos; 3. Difusión del conocimiento.

4.4 Miembros

El Observatorio Económico y Social de Turismo/UFJF es una entidad propia que tiene, todavía colaboraciones estratégicas de investigadores de la Universidad de São Paulo (USP) y de la Universidad Federal de Viçosa (UFV).

Sobre la inclusión de los investigadores y profesores, a ella están vinculados de forma permanente:

- Thiago Duarte Pimentel PPGCSO / UFJF – coordinador
- Magnus Luiz Emmendoerfer PPGADM / UFV – investigador asociado
- Edegar Luis Tomazzoni EACH / USP– investigador asociado
- Otros profesores – colaboradores
- Estudiantes – becarios desarrollando proyectos.

4.5 Resultados / Productos

4.5.1 Redes de Colaboración

En la actual fase de consolidación del Observatorio el rol de las redes de colaboración y su ampliación se convierte en una acción estratégica. En este sentido, más allá de las alianzas realizadas el OEST ha avanzado en una serie de colaboraciones, desde el nivel local hasta el nivel internacional, de las cuales cumple señalar según la Figura 2:

Figura 2 - Mapa de relaciones formales entre OEST y otras Instituciones.

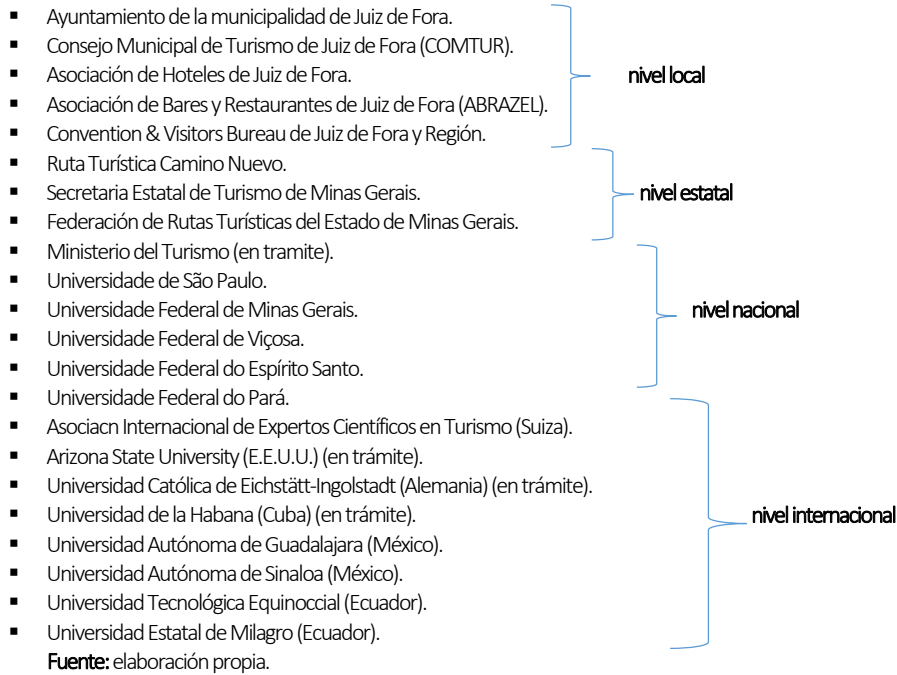
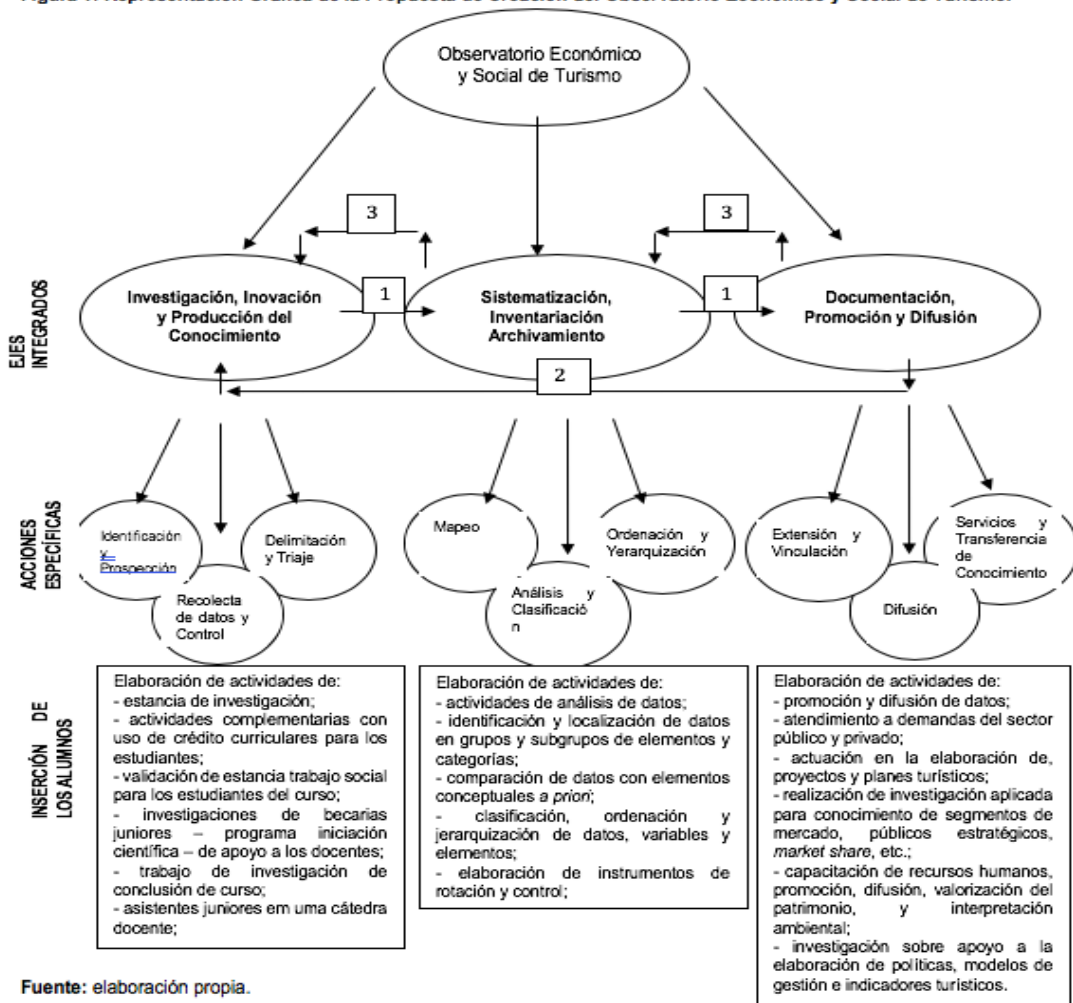


Figura 1: Representación Gráfica de la Propuesta de Creación del Observatorio Económico y Social de Turismo.



Las principales entidades de carácter gubernamental, privado e institucional que forman la red de conexiones para la recolección y divulgación de información son las siguientes: Secretaria del Estado de Minas Gerais, Presidencia de la Municipalidad de Juiz de Fora, Federación de Rutas Turísticas del Estado de Minas Gerais y Asociación de la Ruta Turística Camino Nuevo. En el ámbito privado, el Convention and Visitors Bureau es la principal entidad.

nacionales, de Brasil, y entidades locales de Juiz de Fora y Región, aunque también está en trámite la formalización para la inversión extranjera, sobretodo, en colaboración entre universidades. En este sentido, se mencionan los casos de las universidades ecuatorianas, las cuales han demandado acuerdos de colaboración para investigación en conjunto, particularmente para viabilizar la transferencia tecnológica y los procesos de actualización productiva de este país, respecto a la matriz productiva del turismo.

4.5.2 Asistencia y Captación de Recursos

Especialmente son fuentes de financiación de los proyectos del OEST las agencias de fomento

En medio a los proyectos más expresivos en el portfolio del OEST, en este momento, se menciona tres investigaciones (cuadro 1).

Cuadro 1 - Proyectos más expresivos del portfolio del OEST hasta 2018.

Proyecto	Objetivo	Órgano Financiador	Nivel
1. Políticas Públicas de Turismo: un análisis en perspectiva histórico-comparada de países Americanos, en base a los centros de investigación y observatorios de turismo	Análisis de la estructura y dinámica de funcionamiento de los centros de investigación y observatorios de turismo en Latino América.	Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/ CONACYT Consejo Nacional del Desarrollo Científico y Tecnológico/CNPq	Internacional Brasil-México
2. "Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para delimitação do campo turístico mundial"	Mapeo de la oferta educativa y de los centros de investigación en turismo en el nivel mundial.	Consejo Nacional del Desarrollo Científico y Tecnológico/CNPq	Federal-Brasil
3. "Creación de la Oficina de Poyectos del COMTUR-JF"	Mapeo de la oferta de fuentes de inversión en turismo	Ayuntamiento de la Municipalidad de Juiz de Fora	Local - Brasil

Fuente: elaborado por el autor.

En base a esta extensa red de investigación el OEST ha avanzado rápidamente en el proceso de consolidación y de realización de estudios e investigaciones, teóricos y prácticos, en nivel local, regional, nacional o internacional. Como ejemplos se menciona los proyectos concluidos: "Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para delimitação do campo turístico mundial" y "Creación de la Oficina de Poyectos del COMTUR-JF", los cuales cuentan con aportes de financiación en nivel nacional, estatal y local.

de los acuerdos institucionales, una decena de investigadores y estudiantes, de los diversos niveles, en estancias académicas y de investigación (tabla 5).

A parte a estos investigadores y estudiantes de estancias internacionales, varios otros de Brasil han hecho parte de la red de formación de recursos humanos, o que permite verificar el cumplimiento del rol de formación de recursos humanos por este tipo de estructura formal de investigación en turismo.

4.5.3 Capacitación de Recursos Humanos (Nacionales e Internacionales)

A pesar de reciente, desde su creación en 2013 el OEST ha recibido, a través de su red de colaboración y

Tabla 5: Investigadores y estudiantes internacionales que participaron a estancias en el OEST.

Estancia	Nombre	Nivel	País
Octubre-noviembre 2013	Prof. Dr. Arturo Gómez santamaría	Doctorado Visiting Scholar	México
Octubre-noviembre 2013	Victor Vladimir Mendoza Sanchez	Doctorado	México
Octubre-noviembre 2013	Yasser Orlando Espinoza Garcia	Doctorado	México
Septiembre 2014- Septiembre 2015	Karina Ochoa Leyva	Doctorado	México
Marzo-Julio 2015	Melissa Campista Diaz	Licenciatura	México
Julio-Diciembre 2015	Melissa Campista Diaz	Licenciatura	México
Agosto-Agosto 2015	Prof. Dr. José Lázaro Quintero Santos	Doctorado Visiting Scholar	Cuba/ Ecuador
Septiembre- Octubre 2015	Cristian Elvis Auz	Licenciatura	Ecuador
Marzo-Diciembre 2015	Fabiola Cristina Costa de Carvalho	Doctorado	México
Agosto 2015	Marcela Bifano Costa de Oliveira	Maestría	México
Marzo-Junio 2016	Marcela Bifano Costa de Oliveira	Maestría	México
Mayo-Julio 2016	Sara Conceição de Paula	Maestría	México
Noviembre-Diciembre- 2017	Nio Sainz	Maestría	México

Fuente: elaboración propia.

4.5.4 Difusión Científica: la Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET

Creada para ser un medio de comunicación y de difusión del conocimiento científico de/para investigadores de turismo en los ámbitos regional, nacional e internacional, la revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET es una publicación científica en línea de acceso abierto, con periodicidad cuatrimestral y revisión ciega por pares, que recibe trabajos originales e inéditos, que no estén en proceso de evaluación por otros medios de publicación.

ABET es una revista de turismo informada en base a las ciencias sociales. En las perspectivas tradicionalmente asociadas con temas de turismo – como estudios aplicados en gestión y economía del turismo – ABET dedica considerable atención a las

perspectivas teóricas interpretativas y críticas, que discuten nociones *taken for granted*, abriendo así espacio para el diálogo multi, trans e interdisciplinarios, con el fin de producir conocimientos, no sólo con objetivo turístico (aún en construcción), sino partiendo de él, contribuyendo, en finalmente a la consolidación de este campo del conocimiento.

ABET ha sido, desde su creación (2011), una publicación de la Universidad Federal de Juiz de Fora/UFJF, editada por del Grupo de Investigación, Conocimiento, Organización y Turismo-COGITO/CNPq, que después, en 2013, se ha convertido en el Observatorio Económico y Social del Turiso (OEST). Desde entonces sigue siendo editada por esta entidad de la Universidad Federal de Juiz de Fora, sumándose a los esfuerzos de este equipo para generar integralmente las tareas que debe desempeñar un observatorio.

5 REFLEXIONES FINALES

El presente estudio tuvo el objetivo de presentar la configuración actual de las Estructuras de Investigación en Turismo (EFIT) existentes en Brasil y, teniendo en cuenta el panorama de nacional de evolución de las EFIT en el país, presentar la experiencia del Observatorio Económico y Social de Turismo (OEST), describiendo sus características esenciales (en términos de restricciones, oportunidades y retos), formas de funcionamiento, y apuntado su rol y contribuciones en el contexto de evolución de las EFIT en Brasil.

Sobre el panorama de Brasil, como resultado de la investigación, se encontró que la oferta educativa en el turismo se compone por 790 cursos. El estudio examinó las categorías de formación inicial (tecnatura y licenciatura) y posgrado (lato sensu y stricto sensu). Los cursos están vinculados a 347 instituciones de educación superior. Los cursos de turismo están vinculadas con 122 estructuras formales (como facultades y departamentos), y entre los 790 cursos solamente 77 se han centrado en un área específica de turismo.

Vinculado a instituciones de educación superior se encontraron 57 estructuras de investigación. Además, los resultados muestran la fuerte asimetría entre OET y EFIT, además de la propia asimetría interna de la OET (como la preponderancia de las carreras de grado). Se deduce que la OET necesita de

reequilibrio entre sus diferentes capas, así como un mejor conocimiento relacionado con las estructuras de producción de conocimiento (EFIT), con el fin de proporcionar un cambio cualitativo en este campo profesional. Cumple mencionar también que, de todas las áreas analizadas de EFIT en Brasil, no hay ninguna EFIT precisamente en las áreas de “Gastronomía/Restauración” y “Deportes y Eventos”, lo que llevase a inferir la baja utilización y exploración de todo el potencial cultural de Brasil relativo a su gastronomía, mientras que lo mismo se puede ver en el área de deportes. A eso se recomendaría de pronto la creación de ambos para empezar a rescatar las dos temáticas y sus aportaciones al turismo.

Se concluye que a pesar de que hay mucho por hacerse, estamos en el buen camino. Varios indicadores y logros demuestran esto. Si tomamos el contexto brasileño como referencia podemos ver la actitud y posición prominente de esta EFIT, que ya se proyecta actualmente. Sin embargo, una lectura más profundizada también nos permite verificar que el ambiente instruccional de las estructuras formales de investigación en turismo aún es muy limitado, en un país que posee 2.3% de EFIT (57 EFIT) con relación al total de 2.407 de IES existentes en el país.

Además la existencia formal no dice mucho a respecto de sus condiciones internas de operación, donde se supone que haya EFIT en niveles muy distintos, desde aquellas más estructuradas y con proyección en términos de sus trabajos realizados y capacidad de acción, hasta aquellas poco desarrolladas, intentando resolver problemas internos para su actuación. De toda manera, se puede inferir que en el caso del OEST hemos tomado varias medidas y vamos por buen camino.

REFERENCIAS

- Aguilar, A.; Lima, F. (2009). ¿Qué son y para qué sirven las Políticas Públicas?. In: *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, N. 5, Septiembre. Disponible en: www.eumed.net/rev/cccs/05/aalf.htm Fecha de Acceso, 18 de Octubre, 2015
- Aguilar, L. (1992). *La hechura de las políticas*. México. Miguel Angel Porrúa.
- Airey, D. (2004). From here to uncertainty. Critical Issues in Tourism Education. In: Conference of the Association for Tourism in Higher Education. *Proceedings* Missenden Ab bey, Buckinghamshire UK 1-3 December.
- Airey, D.; Johnson, S. (1998). *The profile of Tourism Studies Degree Courses in the UK: 97/98*. Guideline n. 7. London: National Liaison Group for Higher Education, NGL.
- Airey, D.; Tribe, J. (2000). Education for Hospitality. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. *Search for Hospitality*. Oxford: Ed. Butterworth-Heinemann.
- Airey, D.; Tribe, J. (2005). *An International Handbook of Tourism Education*. Oxford: Elsevier.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- Brandão, F. (2007). *Os observatórios do Turismo como meios de apoio como gestão a competitividade*. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economía, Gestão e Engenharia Industrial. Portugal.
- Buckley, W. (1971). *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Christian, L. (2000) Tourism Research in the United States. In: *Canadian Transportation Research* pp. 428-442 University of Saskatchewan, Canada. Consultado en 20 de octubre 2015, en la página web: https://umanitoba.ca/faculties/management/ti/media/docs/Tourism_Research_US_2000.pdf.
- Edegar, L. T.; Dorion, E. (13-14 Décembre 2009) Le tourisme en Amérique latine enjeux et perspectives de développement. Observatoire de tourisme et de culture comme stratégie mise en valeur du développement regional. *Études caribéennes* [En ligne] Consultado en 14 de junio de 2016. Disponible en: <http://etudescaribeennes.revues.org/3986>.
- Fidegot y Olat. (2013). *Desarrollo de la metodología para la implementación de observatorios turísticos en México*. SECTUR. México.
- Hoerner, J-M.; Sicart, C. S. (2001). *La science du tourisme: précis franco-angais de tourismologie*. (Edition bilingue, collection «Homo Turisticus»). Paris: Balzac Press.
- Jafari, J. (1988). The Tourist System: Sociocultural Models for Theoretical and Practical Applications. *Loisir et Société / Society and Leisure* Vol. 11, Iss. 1.
- Jafari, J. (2005). La cientificación del turismo. En: *Contribuciones a la Economía*, julio. Texto completo en <http://www.eumed.net/ce/>
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, Norteamérica, 42, sep. Disponible en: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/24139>. Fecha de acceso: 14 jul. 2016.
- Katz, D.; Kahn, R.L. (1976) *Psicología social das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Lajara, M.; García, B. L.; Sempere, S. (2009). Metodología a seguir para la creación y desarrollo de un Observatorio Turístico de la Provincia de Alicante. *Actas...* III Congreso Internacional de Turismo de Leiria y Oeste (Portugal).

- Massieu, A. (2000). *La elaboración de estadísticas turísticas a escala subnacional: medición de los flujos de viajes y visitantes*. Consultado en la pagina web: <http://docplayer.es/11382466-La-elaboracion-de-estadisticas-turisticas-a-escala-subnacional-medicion-de-los-flujos-de-viajes-y-visitantes.html>
- Meny, I.; Thoening, J. (1992). *Las Políticas Públicas*. Barcelona, Editorial Ariel.
- Milheira, Eva, Dinis, Maria. (2011). Strategic Tools for Dcision Support: The regional Toursim Observatory of Alentejo. In: *Book of Proceedings V.1 Trabajo presentado en: International Conference of Tourism & Managemetne Studies*, Algarve.
- OE (2002). Sistema Educativo - Organización de la Educación Infantil (2002) y "Organización e información estadística del nivel inicial". Disponible en:<http://www.oei.es/observatorio2/pdf/brasil.PDF>
- Pimentel, T. D. (2013) *Proposta de Criação de Observatório Econômico e Social do Turismo UFJF*, vinculado ao Centro de Pesquisas Sociais/CPS, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Documento interno de Trabalho (não publicado). Juiz de Fora, Minas Gerais, Outubro de 2013.
- Pimentel, T. D. (2016). *Mapeamento dos Centros de Pesquisa e da Oferta Educacional de Cursos de Turismo no Brasil e no Exterior: notas preliminares para delimitação do campo turístico mundial*. Informe de Investigación. Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico/CNPq y División de Investigación de la Universidad Federal de Juiz de Fora/PROPESQ-UFJF, Minas Gerais (MG), Brasil.
- Pimentel, T. D.; Paula, S. C. (2014). Desenvolvimento de um protocolo de avaliação do desempenho de recursos humanos em instituições de ensino superior/IES: notas para a gestão acadêmica a partir do caso do Curso de Turismo/UFJF - Brasil. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v. 7, p. 243-265, 2014.
- Roque, V., Fernandes, G.; Sardo, A. (2013). Observatório de Turismo da Serra da Estrela – Um Instrumento para a Sustentabilidade do Turismo na Serra da Estrela – Portugal. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET*, 2(2), 45-53.
- Salazar Vargas, Carlos. (2012). La definición de política pública. *Revista Bien común*, México, Vól. 18 Núm. 209 Jun-Jul, Pág. 47-52.
- Simon, H. (1965). *Administrative Behaviour: A Study of Decision-making Processes in Administrative Organization*. Macmillan.
- Thoening, J. (1997). Política pública y acción pública. En: Thoening, J-C. *Gestión y Política Pública*. México, 6 (1), pp. 19-37.
- Tribe, J. (2005). Overview of Research. (pp. 26-43). In: Airey, D.; Tribe, J. (Eds.), *An international handbook of tourism education* Oxford: Elsevier.
- Tribe, J. (2010). Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*. vol. 37, n. 1, p. 7-33.
- Verduzo, B.; Toudert, D. (2012). *Observatorio Turístico de Baja California: Fase 1*, Baja California, SECTUR.
- Weber, Max (1978 [1968]). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.
- Weick, K. E.; Sutcliffe, K. M.; Obstfeld, D. (2005) Organizing and the Process of Sensemaking. *Organization Science*. Vol. 16, No. 4, July–August, pp. 409–421.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 12/09/2018; Aceito/Accepted: 17/10/2018; Publicado/Published: 25/11/2018.

Texto original/ Original paper. Seção não revisada por pares / No double blind review section.

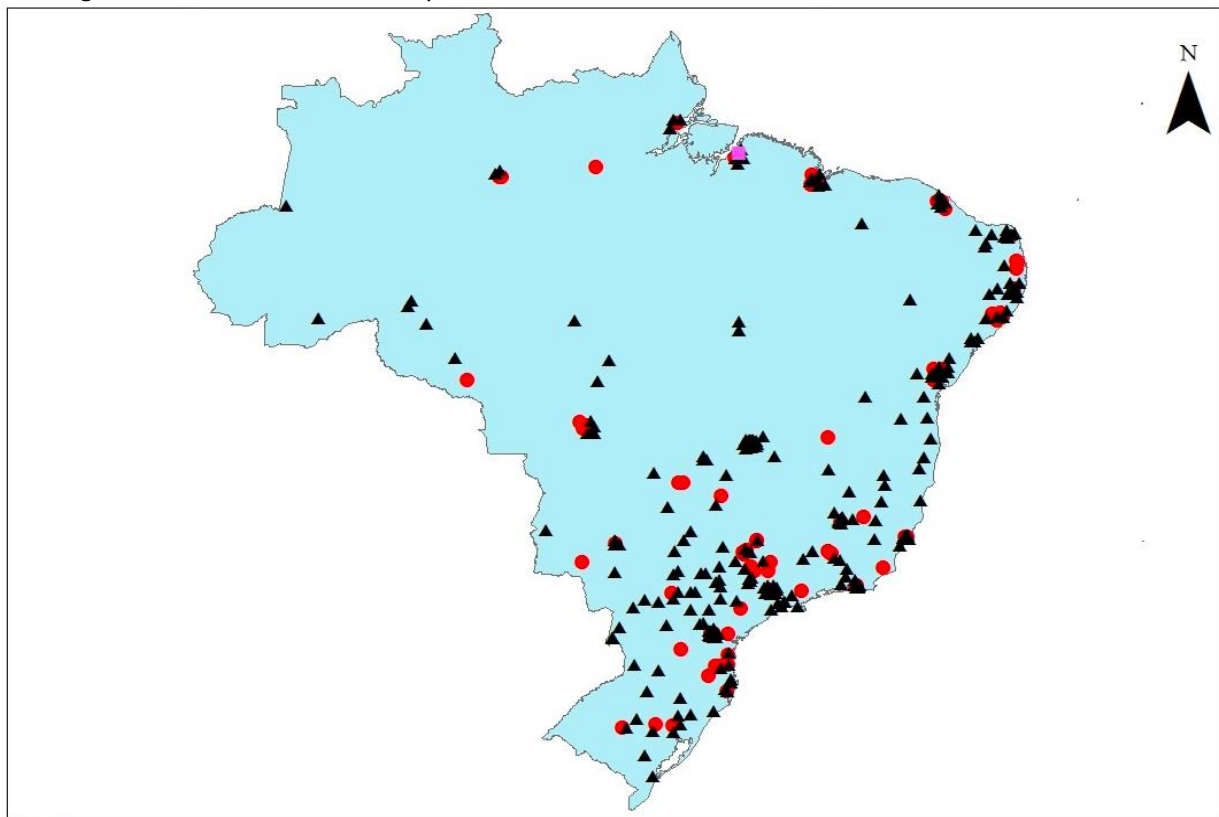
APÉNDICES

A1- Tabla 2 – Distribución de la Oferta Educativa en Turismo de las Instituciones de Enseñanza Superior en Brasil, por tipo (modalidad de enseñanza), nivel y área temática.

Área temática	Formación Inicial			Posgrado									Otros						
				Latu sensu			Strictu sensu						Cursos de formación complementar			Cursos en línea			
				Especialización / MBA			Maestría			Doutorado									
Subtotal	508	% en 508	% en 790	130	% en 130	% en 790	9	% en 9	% en 790	4	% en 4	% en 790	61	% en 61	% en 790	78	% em 78	% em 790	
Ciencias Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Economía y Gestión	69	13,58%	8,73%	37	28,46%	4,68%	1	11,11%	0,13%	-	-	-	4	6,56%	0,51%	31	39,74%	3,92%	
Educación (Formación Docente)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entretenimiento/Ocio	5	0,98%	0,63%	5	3,85%	0,63%	1	11,11%	0,13%	-	-	-	1	1,64%	0,13%	2	2,56%	0,25%	
Deportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eventos	72	14,17%	9,11%	29	22,31%	3,67%	-	-	-	-	-	-	10	16,39%	1,27%	17	21,79%	2,15%	
Gastronomía/Restauración	56	11,02%	7,09%	15	11,54%	1,9%	-	-	-	-	-	-	10	16,39%	1,27%	1	1,28%	0,13%	
Geografía	-	-	-	2	1,54%	0,25%	-	-	-	-	-	-	2	3,28%	0,25%	-	-	-	
Hospitalidad	68	13,39%	8,61%	14	10,77%	1,77%	3	33,33%	0,38%	3	75%	0,38%	4	6,56%	0,51%	8	10,26%	1,01%	
Patrimonio Cultural	-	-	-	6	4,62%	0,76%	-	-	-	-	-	-	5	8,2%	0,63%	-	-	-	
Planeamiento Turístico	-	-	-	7	5,38%	0,89%	-	-	-	-	-	-	1	1,64%	0,13%	-	-	-	
Recursos Naturales (y Medio Ambiente)	3	0,59%	0,38%	11	8,46%	1,39%	-	-	-	-	-	-	1	1,64%	0,13%	1	1,28%	0,13%	
Servicio Turístico	26	5,12%	3,29%	1	0,77%	0,13%	-	-	-	-	-	-	9	14,75%	1,14%	11	14,1%	1,39%	
Turismo General	208	40,94%	26,33%	1	0,77%	0,13%	4	44,44%	0,51%	1	25%	0,13%	8	13,11%	1,01%	4	5,13%	0,51%	
Otros	1	0,2%	0,13%	2	1,54%	0,25%	-	-	-	-	-	-	6	9,84%	0,76%	3	3,85%	0,38%	
Total																			790 cursos

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de investigación empírica.

A2 – Figura 1 – Instituciones de Enseñanza Superior en Brasil.



Legenda

- ▲ Universidades
- Institutos
- Escolas

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de investigación empírica.

A3 – Tabla 3: Distribución de las Estructuras Formales de Investigación, por universidad vinculada y área temática.

Área temática	Institución	EFIT	Tipo de EFIT	Qde /Tema
Ciencias Sociales	Universidade Federal de Juiz de Fora	COGITO - Conhecimento, Organização e Turismo	Grupo	8
	Universidade Federal de Juiz de Fora	Observatório Econômico e Social do Turismo (OEST)	Grupo	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	ESCRITUR - Estudos Críticos em Turismo	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Turismo, Ciências Sociais e Patrimônio	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Grupo de Estudos em Turismo e Sociedade	Grupo	
	Universidade Federal Fluminense	T-Cult Turismo, Cultura e Sociedade – UFF	Grupo	
	Universidade Federal do Paraná	Turismo e Sociedade	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí	TES - Turismo, Espaço e Sociedade	Grupo	
Economía y Gestión	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Gestão Organizacional e Pesquisa Quantitativa em Turismo – GOPQTu	Grupo	7
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Grupo de Estudos em Gestão do Turismo (GESTUR)	Grupo	
	Universidade Federal de São Carlos	Observatório do Turismo do Estado de São Paulo (OTURESP)	Grupo	
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Gestão Empresarial, Turismo e Desenvolvimento Sustentável	Grupo	
	Universidade Federal Fluminense	Observatório do Turismo do Rio de Janeiro	Grupo	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	GPQTUR - Grupo de Pesquisa em Gestão do Turismo	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Núcleo de Pesquisa - Escola de Negócios e Hospitalidade (área temática de pesquisa em Serviços e Organizações)	Grupo	
Educación (Formación Docente)	Universidade de São Paulo	Pesquisa, Educação e Atuação Profissional em Turismo e Hospitalidade	Grupo	4
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Hospitalidade, Turismo e Educação Profissional	Grupo	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	GECIT - Educação, cidadania e turismo	Grupo	
	Universidade Caxias do Sul	Turismo: Desenvolvimento Humano e Social, Linguagem e Processos Educacionais	Grupo	
Entretenimiento/Ocio	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho - GEPLAT/UERN	Grupo	2
	Universidade de São Paulo	Cultura e Arte no Lazer e Turismo	Grupo	
Geografía	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Grupo de Estudo de Geografia, História e Turismo	Grupo	2
	Universidade Federal Fluminense	TGTur - Turismo: Gestão e Territórios	Grupo	
Hospitalidad	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Núcleo de Pesquisa em Turismo e Hospitalidade do IFB	Grupo	3
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Gestão do Turismo e da Hospitalidade nos Territórios	Grupo	
	Universidade Anhembi Morumbi	Núcleo de Pesquisa Hospitalidade (área temática de pesquisa em Processos e Práticas)	Grupo	
Património Cultural	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	ICTA – Identidades Culturais, Turismo e Alimentos	Grupo	1
Planeamiento Turístico	Universidade Estadual do Ceará	Gestão Integrada da Zona Costeira	Grupo	8
	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Gestão e planejamento Sustentável do Turismo	Grupo	

	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão, Turismo e Políticas Públicas – GEPOLISTUR	Grupo	
	Universidade Federal da Paraíba	Desenvolvimento, planejamento e turismo	Grupo	
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco	Políticas Públicas do Turismo	Grupo	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo - GEPPOT	Grupo	
	Universidade de São Paulo	Teorização do Planejamento Territorial do Turismo	Grupo	
	Universidade do Vale do Itajaí	PLAGET - Planejamento e Gestão do Espaço Turístico	Grupo	
Recursos naturales y medio ambiente	Universidade de Brasília	Observatórios para o turismo sustentável	Grupo	5
	Universidade Estadual de Roraima	Laboratório de Turismo, Ecologia e Meio Ambiente (LabTEMA)	Grupo	
	Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Destinos Turísticos e Sustentabilidade	Grupo	
	Universidade Federal Fluminense	Turismo, Meio Ambiente Urbano e Inclusão Social - TURis	Grupo	
	Universidade Federal do Paraná	Planejamento, Gestão e Controle do Desenvolvimento Sustentável do Turismo	Grupo	
Servicios Turísticos	Universidade do Vale do Itajaí	HOGAST- Grupo de Pesquisa Hotelaria, Gastronomia e Serviços Turísticos	Grupo	1
Turismo General	Universidade de Brasília	Centro de Excelência em Turismo (CET)	Centro	6
	Centro Federal de Educação Tecnológica Suckow da Fonseca	Laboratório de Turismo	Grupo	
	Fundação Universidade Federal do Pampa	Laboratório de Turismo – Labotur	Grupo	
	Universidade Federal de Pelotas	Laboratório de pesquisa	Grupo	
	Faculdade Educacional de Cornélio Procópio	Núcleo de Planejamento Turístico	Grupo	
	Pontifícia Universidade Católica Paraná	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo	Grupo	
Otros	Universidade Estadual do Piauí	NETUR - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Turismo	Grupo	10
	Universidade de São Paulo	Avaliação Pedagógica Permanente em Relações Públicas, Propaganda e Turismo	Grupo	
	Universidade Federal de Alagoas	Observatório Transdisciplinar de Pesquisas em Turismo	Grupo	
	Universidade de São Paulo	Turismo Internacional	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	INTERTUR - Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Turismo, Direito e Desenvolvimento	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Grupo Transportes e o Turismo	Grupo	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Grupo de Pesquisa Espaço, Imagem e Turismo	Grupo	
	Universidade Federal Fluminense	Histur - Laboratório de História do Turismo	Grupo	
Universidade Federal do Paraná	Turismo, Tecnologia, Informação, Comunicação e Conhecimento – TURITEC	Grupo		
TOTAL	57 EFIT			

Fuente: elaboración propia a partir de los datos del estudio.

Nota: El país presenta el total de 68 centros de investigación. Sin embargo, los once CITs no se presentan en la tabla pues no están vinculados a IES que ofrezca curso de turismo (enfoque metodológico adoptado como procedimiento de investigación): 1) Centro de Turismo EBAPE y 2) Laboratorio de Estudios Turísticos (LET), vinculados a la Fundación Getulio Vargas. No se tomaron en cuenta los siguientes centros de investigación vinculados a secretarías estatales y municipales de turismo: 1) Observatorio de Turismo de Bahía, 2) Observatorio de Turismo del Distrito Federal, 3) Observatorio de Rio Grande do Sul Turismo, 4) Observatorio Turismo - Ciudad de Sao Paulo, 5) Observatorio de Turismo de Belo Horizonte, 6) Observatorio de Turismo de Goiás, 7) Observatorio de Turismo de Minas Gerais, 8) Observatorio de Turismo de Vitória, 9) RIOCEPETUR - Centro de Investigación y Estudios aplicados al turismo de la ciudad de Río de Janeiro.

PESQUISA EM TURISMO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: A PLATAFORMA SUCUPIRA E O BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES COMO FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Christiano Henrique da Silva Maranhão*

Francisco Fransualdo de Azevedo**

Resumo: Este relato apresenta as principais potencialidades e limites da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações-Capes, no que se refere ao acesso de informações acadêmico-gerenciais e à catalogação digital (teses e dissertações) em nível de pós-graduação stricto sensu no Brasil, a partir da expertise operacionalizada na tese "A digital geográfica do turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações, no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em geografia", defendida em fevereiro de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Metodologicamente, trata-se de um relato avaliativo-explicativo, de viés qualitativo. Como principais potencialidades destacam-se: o controle gerencial articulado e a interface digital moderna e didática. Como limite destaca-se a impossibilidade de acesso a todos os trabalhos, na íntegra para download. Conclui-se que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes são instrumentos que possibilitam o acesso de informações que antes eram onerosas para o pesquisador coletar. Contudo, alguns ajustes ainda precisam ser feitos a fim de que esses instrumentos continuem possibilitando estudos inéditos, favorecendo a continuidade da pesquisa científica brasileira.

Palavras-chave: Plataforma Sucupira; Banco de teses e dissertações; Informações digitais; Pós-graduação; Brasil.

INVESTIGACIONES EN TURISMO, EN EL ÁMBITO DE LOS PROGRAMAS BRASILEÑOS DE POSGRADO EN GEOGRAFÍA: LA PLATAFORMA SUCUPERA Y EL BANCO DE TESES Y DISERTACIONES DE CAPES COMO HERRAMIENTAS METODOLÓGICAS

Resumen: Este relato presenta las principales potencialidades y límites de la Plataforma Sucupira y del Banco de tesis y disertaciones-Capes, en lo que se refiere al acceso de informaciones académico-gerenciales y la catalogación digital (tesis y disertaciones) a nivel de postgrado stricto sensu en En el marco de los programas brasileños de postgrado stricto sensu en geografia, defendida en febrero de 2017, en Brasil, a partir de la experiencia operacionalizada en la tesis "La digital geográfica del turismo: un análisis teórico-metodológico y conceptual de tesis y disertaciones, en el marco de los programas brasileños de postgrado stricto sensu en geografia" Universidad Federal de Río Grande del Norte. Metodológicamente, se trata de un relato evaluativo-explicativo, de sesgo cualitativo. Como principales potencialidades se destacan: el control gerencial articulado y la interfaz digital moderna y didáctica. Como límite se destaca la imposibilidad de acceso a todos los trabajos, en su totalidad para descargar. Se concluye que la Plataforma Sucupira y el Banco de tesis y disertaciones-Capes son instrumentos que posibilitan el acceso de informaciones que antes eran costosas para el investigador recolectar. Sin embargo, algunos ajustes todavía necesitan ser hechos a fin de que esos instrumentos continúen posibilitando estudios inéditos, favoreciendo la continuidad de la investigación científica brasileña.

Palabras-clave: Plataforma Sucupira; Banco de tesis y disertaciones; Información digital; Posgrado; Brasil.

RESEARCH IN TOURISM IN THE GEOGRAPHY AREA OF THE BRAZILIAN POSTGRADUATE PROGRAMS' SYSTEM: THE SUCUPIRA



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

PLATFORM AND CAPES' DISSERTATIONS DATABASE AS METHODOLOGICAL TOOLS

Abstract: This report presents the main potentialities and limits of the Sucupira Platform and the Bank of thesis and dissertations-Capes, regarding the access of academic-managerial information and digital cataloging (theses and dissertations) at the graduate level stricto sensu no. Brazil, based on the operational expertise of the thesis "The geographic digital tourism: a theoretical-methodological and conceptual analysis of theses and dissertations, within the framework of Brazilian stricto sensu graduate programs in geography", defended in February 2017, in the Federal University of Rio Grande do Norte. Methodologically, it is an evaluative-explanatory narrative, of qualitative bias. The main potentialities stand out: the articulated management control and the modern and didactic digital interface. As limit stands out the impossibility of access to all works, in full for download. It is concluded that the Sucupira Platform and the Bank of theses and dissertations-Capes are instruments that allow the access of information that was previously expensive for the researcher to collect. However, some adjustments still need to be made so that these instruments continue to enable unpublished studies, favoring the continuity of Brazilian scientific research.

Keywords: Sucupira Platform; Bank of theses and dissertations; Digital information; Postgraduation; Brazil.

* Doutor em Geografia (2017); Mestre em Turismo (2012) e Bacharel em Turismo (2009), com pesquisas e estudos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [christianomaranhao@gmail.com]

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR) e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGe), ambos sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia. Campus Universitário Lagoa Nova - CCHLA - Av. Salgado Filho Lagoa Nova. 59072-970 - Natal, RN - Brasil - Caixa-postal: 1524 [ffazevedo@gmail.com]

1 INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento científico no Brasil nunca esteve tão em evidência como se pode notar na contemporaneidade. Este cenário reflete-se diretamente na oferta de novos cursos de pós-graduação, na promoção de eventos científicos das mais diversas tipologias e temáticas e nos diversos canais de publicações que estimulam a fluidez de estudos de caráter científico com temas originais.

Atrelado à possibilidade de atuação nesses espaços de construção do saber, também se percebe certo empenho em superar determinados paradigmas, por meio do estabelecimento de um diálogo proativo entre áreas científicas distintas. Esta realidade acaba fomentando uma quantidade de pesquisas cada vez mais extensa e em constante crescimento no Brasil.

Sabe-se que esse movimento de aproximação entre áreas diferentes do conhecimento é consequência da partilha de problemas de ordem global, como a desigualdade socioeconômica e degradação ambiental, por exemplo, que codificados em questões científicas acabam demandando por uma ação conjunta entre campos disciplinares distintos (MARANHÃO, 2010; MENEGHEL, 2007). Como consequência dessa condição de produção científica conjunta, ratifica-se a necessidade por uma plataforma informacional e por uma ferramenta de catalogação digital eficientes, que possam organizar e disponibilizar dados acadêmico-gerenciais de forma ágil, de fácil acesso e reduzindo custos de forma geral.

Reconhece-se que a tecnologia a serviço da informação e de suas inúmeras possibilidades (catalogação digital) é uma tendência mundial que requer planejamento, organização, controle e treinamento de pessoal, além da manutenção dos equipamentos e o registro adequado da informação (DE FREITAS; CRUZ, 2012). Estes cuidados favorecem a otimização de tempo e espaço, colaborando com o custo do pesquisador que precisa se deslocar até a fonte original da informação; sem falar na prevenção contra danos físicos, manuseio indevido e precaução com pragas. Com efeito, os recursos tecnológicos tornaram-se uma relevante opção preventiva para a manutenção da informação e sua posterior divulgação (DA SILVA, 2010).

Nota-se em face dos constantes avanços tecnológicos, que digitalizar informações e documentos tornou-se demanda imperativa para o

alcance de uma divulgação ágil e para uma adequada preservação de conteúdos. Miranda (2000) diz que os anos de 1990 representaram a década em que a internacionalização das comunicações em rede obteve destaque, aumentando o uso da telefonia e de serviços interligados. Já para os primeiros anos do terceiro milênio aponta-se a consolidação da indústria da informática e dos serviços de informação, que conjugados com as telecomunicações, configuram-se no principal motor do desenvolvimento econômico, social e cultural da contemporaneidade.

No bojo dessa conjuntura, a tese “A digital geográfica do turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações, no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em Geografia” defendida em fevereiro de 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pôde ser operacionalizada e ofertar conteúdo científico que releva a forma como a Geografia estuda o turismo, no âmbito da pós-graduação stricto sensu no Brasil. Destaca-se que os dados empíricos tratados na tese foram angariados com o suporte da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações vinculado a Capes.

Destarte, busca-se relatar as principais potencialidades e limites identificados durante o uso da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações-Capes, no que se refere ao acesso de informações acadêmico-gerenciais e ao serviço de catalogação digital de pesquisas (teses e dissertações) em nível de pós-graduação stricto sensu no Brasil, com base na expertise da tese mencionada.

Metodologicamente este relato caracteriza-se como avaliativo-explicativo, apresentando um viés qualitativo, e fez uso da pesquisa bibliográfica direcionada para as seções ofertadas pela Plataforma Sucupira e Banco de teses e dissertações-Capes como ferramenta técnica.

É buscando popularizar as possibilidades ofertadas pela Plataforma Sucupira e Banco de teses e dissertações-Capes com estudantes (doutorandos e mestrandos) e pesquisadores de forma geral, que este relato se justifica. Evitando que a quantidade de acessos seja incompatível com o investimento feito.

Esta exposição também se ratifica pela proposição de ajustes e sugestões, embasados no *modus operandi* adquirido por meio de uma atividade já concluída, fomentando o constante melhoramento das ferramentas em questão.

2 PLATAFORMA SUCUPIRA E O BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES-CAPEIS: FERRAMENTAS DIGITAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Ao observar o percurso da história humana, nota-se que imersa no processo evolutivo, a tecnologia vem se desenvolvendo como uma possibilidade de preservação histórico-cultural. E dentre as múltiplas opções que os processos tecnológicos disponibilizam, a digitalização e a catalogação documental são alternativas que colaboram para o resguardo da história dos povos, favorecendo a produção intelectual e a sua continuidade.

Destaca-se que parte significativa da produção intelectual da contemporaneidade é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. A rapidez de criação do conteúdo digital, a forma de acesso (modernas redes de comunicações e plataformas digitais) e a qualidade dos resultados são fatores determinantes que ratificam seu uso. Segundo Thomaz & Soares (2004, p.245) “Após a explosão da produção informacional e a possibilidade de digitalização da informação, a humanidade chegou ao ponto atual, onde 90% das informações podem ser encontradas em meio digital”. Logo, é oportuno expor as particularidades da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações - Capes, ferramentas digitais que gerenciam informações, em nível da pós-graduação no Brasil.

Conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2017), a Plataforma Sucupira é uma ferramenta que surge em 2014, e que atua na coleta de informações, na realização de análises e avaliações de programas de pós-graduação, tornando-se referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A aludida plataforma disponibiliza informações, processos e procedimentos realizados entre a Capes e o SNPG, tornando-os mais acessíveis para pesquisadores e outros agentes.

A Plataforma Sucupira é resultado da parceria entre a Capes e a UFRN, por meio de um termo de cooperação assinado em 2012, com vistas a desenvolver um sistema voltado para a coleta de informações dos programas de pós-graduação em tempo real. A fala do Dr. Rubens Maribondo, professor da UFRN, destaca o esforço pela melhoria contínua da Plataforma, sublinhando o trabalho intenso e participativo com o Conselho técnico-científico da Capes. Para o referido professor, um avanço que pode ser destacado na Plataforma Sucupira é a

integralização de diversos sistemas em um único banco de dados (CAPES, 2017).

Informa-se que o nome da Plataforma foi escolhido para homenagear o professor alagoano Newton Lins Buarque Sucupira (1920-2007). O renomado mestre apresentava formação em história e filosofia da educação, e foi o grande responsável pela formatação e institucionalização da pós-graduação no Brasil, por meio do Parecer Sucupira nº 977 de 1965, que continha sete tópicos norteadores da pós-graduação brasileira. O modelo deixado por aludido professor há quase 50 anos, conta com singularidades que fazem com que a pós-graduação proposta no Brasil não seja uma simples cópia de um modelo de outro país (CAPES, 2017).

Na página eletrônica da Plataforma Sucupira (2017) é possível encontrar as seguintes “abas” de conteúdo diverso e que atuam na mesma base informacional. São elas:

Conheça a avaliação: consta com a avaliação feita no SNPG desde 1998, gerenciada pela Diretoria de Avaliação/Capes, e operacionalizada por consultores ad hoc. É esta demanda que assegura os níveis dos cursos de Mestrado e Doutorado no país, sendo referência para distribuição de bolsas voltadas para pesquisa;

Cursos recomendados e reconhecidos: Os cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado, avaliados com nota igual ou superior a três, são aprovados pela Capes ao Conselho Nacional de Educação/MEC, ficando autorizados a expedir diplomas com validade nacional;

Coleta Capes: sistema que coleta informações dos programas de pós-graduação stricto sensu do país, sobretudo a respeito dos trabalhos de conclusão defendidos. Com o lançamento da Plataforma Sucupira, o relatório Coleta foi reformulado, e passou a ser um dos módulos da mencionada Plataforma;

Avaliação Quadrienal: é o Hotsite que divulga informações referentes à avaliação Quadrienal 2017, configurando-se como um canal de contato entre consultores, possibilitando o compartilhamento de documentos;

APCN: é o aplicativo para a proposta de novos cursos a Capes;

Minter e Dinter: espaço para tratar de assuntos referentes às turmas de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter),

geridas por uma IES brasileira, nas dependências de outra instituição de ensino receptora (nacional e/ou exterior);

Qualis: sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação, por meio de periódicos científicos. Oferece uma lista classificatória de periódicos utilizados pelos programas para divulgar sua produção, que também são avaliados segundo critérios específicos;

Dados estatísticos: Apresenta o *GeoCapes* (Sistema de Informações Georreferenciadas) ferramenta que oferece dados sobre a pós-graduação brasileira, a formação de professores para educação básica e outros temas relacionados à educação.

Quando se medita sobre o Banco de teses e dissertações é permitido dizer que este é um serviço disponibilizado pela Capes desde 1987, possibilitando o acesso aos resumos de teses e dissertações, defendidas nos programas brasileiros de pós-graduação. Conforme a Capes (2017), inicialmente foram disponibilizados 125.000 resumos de estudos que abarcavam o recorte temporal de 1996 a 2001.

Mediante um esforço pela ampliação, foram incluídos trabalhos defendidos a partir de 1987. Alerta-se que esta ferramenta é alimentada pelos dados de trabalhos de conclusão informados pelos programas de pós-graduação, por meio do relatório Coleta, que desde 2014 faz parte da Plataforma Sucupira. Ou seja, é uma ferramenta que retroalimenta o sistema geral.

Considerando as solicitações de usuários, notou-se a necessidade de atualizar a base de dados produzida em *SilverStream*, tecnologia da Novell. Assim, desde 2013 tornou-se pública uma nova versão que passou a utilizar a tecnologia *Google Search Appliance (GSA)* e *Hypertext Preprocessor (PHP)*.

Somente após essas atualizações, a ferramenta de busca passou a permitir o uso de filtros de pesquisa com base nas seguintes categorias: autor, título, instituição, nível, ano de defesa do trabalho, resumo, palavras-chave, biblioteca, linha de pesquisa, área de conhecimento, programa, agência financiadora, além da possibilidade de pesquisar em todos os campos simultaneamente (CAPES, 2017). A seguir, apresenta-se o percurso metodológico operacionalizado pela tese, o qual fez uso da Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes.

3 METODOLOGIA ESTRUTURADA COM BASE NO USO DA PLATAFORMA SUCUPIRA E DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES- CAPES

Esta exposição faz referência à seleção e estruturação dos principais procedimentos metodológicos que deram respaldo a pesquisa de tese, a qual forneceu expertise e motivação para a escrita deste relato. Antes de iniciar é válido informar algumas características que marcam a referida pesquisa, uma vez que a relação destes elementos direcionou a tomada de decisão metodológica que foi feita.

Para definir um caminho metodológico é preciso entender as relações existentes entre as partes integrantes do trabalho e suas demandas. Somente assim é que se determinam os métodos e técnicas adequadas. De acordo com Köche (2013, p. 144) quem lê o estudo “deve ter os elementos necessários para poder compreender, identificar e avaliar os procedimentos utilizados na investigação”. Ciente disso expõe-se as principais características que se articularam na aludida tese, com ênfase para o suporte da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações-Capes.

Considerando o tipo de estudo, a tese produzida caracterizou-se como exploratório-descritiva. Ao entender o turismo, enquanto campo de estudo recente, foi permitido articular as ações de explorar, descrever e explicar. Percebe-se que a necessidade de explicação do turismo está concatenada ao vasto campo científico que ainda precisa ser desvendado e descrito (VEAL, 2011).

Ao delimitar o empírico da pesquisa, a saber: os estudos (teses e dissertações) que abordam o turismo como temática de pesquisa, produzidos pelos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em geografia, a característica qualitativa se apresenta como a alternativa majoritária no primeiro momento.

Contudo, diante do quantitativo de pesquisas identificado, a demanda por quantificá-las se tornou evidente. Constata-se então, que a tese apresentou um viés quali-quantitativo, dedicando-se à compreensão dos significados e a quantificação das informações e frequências similares. Durante a coleta do empírico é que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes atuaram como suporte. Relata-se a seguir, os principais episódios desta atuação.

De início foram definidas categorias de análise. Ou seja, para um estudo participar do empírico era preciso que ele apresentasse no título ou no resumo as

seguintes palavras-chaves: *turismo, atividade turística e fenômeno turístico*. Estes termos foram selecionados a partir dos entendimentos do turismo, enquanto atividade econômica e/ou fenômeno socioespacial.

A decisão pela assistência da Capes se deu em função da sua abrangência no que tange à coleta e armazenamento de informações acadêmicas, de teses

e dissertações em nível nacional, uma vez que os programas de pós-graduação não reúnem condições técnicas e orçamentárias para a operacionalização do levantamento. Assim, o pesquisador entrou em contato por e-mail com a Capes, via Secretaria do programa de pós-graduação e pesquisa em geografia da UFRN, solicitando suporte que prontamente foi atendido.

Tabela 1: Levantamento de teses e dissertações no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em Geografia, que estudam a temática do turismo.

REGIÃO	IES	QUANTIDADE		
		D	T	Total
Norte	01-Universidade Federal do Pará	13	-	13
	02-Fundação Universidade Federal de Rondônia.	03	-	03
	Total de Trabalhos – Região Norte	16	-	16
Nordeste	03-Universidade Federal da Bahia	26	-	26
	04-Universidade Federal do Ceará	21	02	23
	05-Universidade Estadual do Ceará	35	-	35
	06-Universidade Federal da Paraíba	07	-	07
	07-Universidade Federal de Pernambuco	32	03	35
	08-Universidade Federal do Rio Grande do Norte	25	-	25
	09-Fundação Universidade Federal de Sergipe	15	10	25
	Total de Trabalhos – Região Nordeste	161	15	176
	Centro-oeste	10-Universidade de Brasília	12	-
11-Universidade Federal de Goiás		28	04	32
12-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul		15	-	15
13-Universidade Federal da Grande Dourados		04	-	04
14-Universidade Federal de Mato Grosso		21	-	21
Total de Trabalhos – Região Centro-Oeste		80	04	84
Sudeste	15-Universidade Federal de Minas Gerais	37	02	39
	16-Universidade Federal de Uberlândia	24	04	28
	17-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	11	03	14
	18-Universidade Federal do Rio de Janeiro	16	16	32
	19-Universidade Federal Fluminense	09	05	14
	20-Universidade Estadual do Rio de Janeiro	24	-	24
	21-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	02	-	02
	22-Universidade de São Paulo	71	54	125
	23-Universidade Estadual de Campinas	22	08	30
	24-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	04	-	04
	25-Universidade Estadual P. Júlio de Mesquita Filho	32	34	66
	26-Universidade Federal do Espírito Santo	01	-	01
	Total de Trabalhos – Região Sudeste	253	126	379
Sul	27-Universidade Federal do Paraná	34	13	47
	28-Universidade Estadual de Londrina	10	-	10
	29-Universidade Estadual de Maringá	12	01	13
	30-Universidade Estadual de Ponta Grossa	05	-	05
	31-Universidade Estadual do Oeste do Paraná	02	-	02
	32-Universidade do Rio Grande do Sul	13	04	17
	33-Universidade Federal de Santa Maria	10	-	10
	34-Universidade Federal do Rio Grande	01	-	01
	35-Universidade Federal de Santa Catarina	44	10	54
	Total de Trabalhos – Região Sul	131	28	159
Total Geral	641	173	814	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A Capes enviou um arquivo de Excel contendo 814 resumos de estudos geográficos (teses e dissertações) que se dedicaram ao turismo, em nível de todos os programas de pós-graduação em geografia do Brasil. Com isso, foi possível confeccionar a Tabela 1 com informações sobre: a produção de estudos por região, por IES, por tipologia de pesquisa (tese ou dissertação), por orientador e data de defesa.

Feita a primeira categorização dos dados, a etapa seguinte foi realizar um cálculo de amostra, que além de garantir dinamicidade para a pesquisa, possibilitou que a seleção abarcasse todo território nacional, e similarmente, todos os programas de pós-graduação em geografia validados pela Capes no ano de 2016. Paralelamente, se coletava dados sobre cada programa de pós-graduação identificado, a saber: histórico e datas de fundação, áreas de concentração, linhas de pesquisa, conceito capes, cursos *stricto sensu* e cursos *latu sensu*, a partir da base de dados da Plataforma Sucupira. Com estas etapas finalizadas, restava a coleta dos trabalhos selecionados.

No primeiro momento, os trabalhos eram pesquisados pelos títulos, no Banco de teses e dissertações-Capes, mas somente alguns eram localizados, e mesmo assim não disponibilizavam as versões finais. O cenário exigiu criatividade. Então, os trabalhos foram pesquisados na rede de computadores; Encaminharam-se e-mails para as secretarias das pós-graduações e/ou para os pesquisadores, solicitando os estudos diretamente aos autores. Mesmo com essa dificuldade, a lista do Banco de teses e dissertações da Capes foi um elemento essencial e norteador para as estratégias tomadas. Concluída a coleta, iniciou-se a ordenação do material visando sua análise, para que sequencialmente fosse permitido gerar os resultados amparados por uma base metodológica coerente.

A análise dos dados foi realizada por meio do resumo, sumário, introdução, objetivos, procedimentos metodológicos e conclusões. A escolha dos itens alinhou-se às normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que apontam especificidades para cada um. Como técnica para esta fase da pesquisa selecionou-se a técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004). Ainda é importante destacar que a análise do objetivo específico B, foi utilizada duas ferramentas digitais de código aberto, a saber: *software Pajek* e ferramenta *Wordle*.

4 POTENCIALIDADES E LIMITES, QUANTO AO ACESSO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICO-GERENCIAIS E A CATALOGAÇÃO DIGITAL DE PESQUISAS, DA PLATAFORMA SUCUPIRA E DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES-CAPEs

Compreende-se que o estudo, independente da metodologia, acabou alcançando metas e atuando diante de algumas limitações, que solicitaram senso lógico para a resolução dos problemas que apareciam. O centro do debate deste relato de experiência refere-se às análises específicas das demandas relacionadas ao acesso de informações acadêmico-gerenciais e à catalogação digital de pesquisas, coletadas junto à Plataforma Sucupira e ao Banco de teses e dissertações-Capes. Logo, expõem-se os principais alcances, limitações e proposições.

Como se tratava de estudos (teses e dissertações) produzidos num recorte temporal, a priori não determinado, e dotado de um amplo escopo nacional que concentra todos os programas de pós-graduação em geografia do Brasil, se fazia necessário que os bancos de dados selecionados fornecessem um suporte relevante diante do cenário constituinte da pesquisa. Só por isso, já se pontua que tanto a Plataforma Sucupira quanto o Banco de teses e dissertações-Capes possibilitaram que os processos metodológicos pudessem ser efetuados com êxito.

No que tange a Plataforma Sucupira relata-se que ela permitiu a coleta das informações acadêmico-gerenciais referentes aos programas de pós-graduação, a saber: datas de fundação, histórico, cursos, conceitos, áreas de concentração, linhas de pesquisa entre outros informes. Enquanto isso, o acesso ao Banco de teses e dissertações-Capes foi direcionado para a busca e coleta dos estudos de tese e dissertação.

Assim, como um dos principais resultados positivos ofertado pela Plataforma Sucupira, tem-se o amplo acesso de informações acadêmico-gerenciais atualizadas, em nível da pós-graduação no Brasil. Principalmente quando se comprara com a conjuntura limitada encontrada na maioria das bibliotecas digitais, de cada programa de pós-graduação em geografia no Brasil. Onde se verificou ineficiência de atualização de dados básicos, como os cadastrais por exemplo.

Outro aspecto positivo diz respeito ao layout digital da Plataforma Sucupira, que responde as necessidades imediatas do usuário, disponibilizando

processos simples e ferramentas didáticas que dinamizam o tempo, facilitam o acesso e a coleta de informações. Somado a isto, é possível mencionar ainda a facilidade de acionar em um mesmo local, diversos serviços concatenados, em nível da pós-graduação brasileira. Como também o pronto atendimento para com as dúvidas e encaminhamentos enviados à equipe de servidores da Capes.

No que se refere ao Banco de teses e dissertações-Capes é possível apontar seu melhoramento no que se refere ao incremento de seus filtros de pesquisa. Os recursos utilizados apresentam uma linguagem simplificada, sem perder o valor da informação. Todo este desdobramento impacta diretamente, no fomento de inúmeras possibilidades de pesquisa científica que pode usar dessas informações, fazendo o devido cruzamento de dados.

Destaca-se que no início da estruturação da pesquisa de tese, base para este relato, o Banco de teses e dissertações-Capes não contava com essa concatenação de inúmeros filtros, limitando a prestação do serviço, sinalizando para a necessidade de melhoramento, fato que só ocorreu recentemente.

Identifica-se no Banco de teses e dissertações-Capes a necessidade de ampliação da catalogação digital de trabalhos defendidos por cada programa de pós-graduação. Visto que o controle destes trabalhos já existe e é repassado para Capes, por meio dos relatórios. Esta dificuldade replica-se pelas bibliotecas digitais dos referidos programas, as quais permanecem alheias a esta demanda importante. Destaca-se uma defasagem com relação à inserção de trabalhos defendidos no âmbito dos programas de pós-graduação, que antecedem a década de 1990, por exemplo.

Os resultados sinalizam para a limitação mais expressiva desta experiência, a dificuldade em localizar os trabalhos selecionados, na íntegra, para download. Uma vez que parte dos programas consultados não disponibiliza de todos os trabalhos listados na biblioteca digital e a maioria disponibilizam apenas dos resumos. E o próprio Banco de teses e dissertações-Capes não possibilita o download para todos os trabalhos pesquisados. Sobretudo para os trabalhos datados antes de 2013, precedentes à Plataforma Sucupira.

Associado a isto, aponta-se que mesmo apresentando uma listagem de trabalhos defendidos entre os anos de 1987 a 2012, o Banco de tese e dissertações-Capes disponibiliza somente detalhes referentes ao nome do autor, título do trabalho, data e ano de defesa, número de páginas, nome do programa, da instituição e da biblioteca depositária. Quando se refere aos trabalhos datados após 2013, verifica-se uma ampliação considerável dos dados disponíveis. Para estes trabalhos já é possível ter acesso: resumo, abstract, área de concentração, linha de pesquisa, banca examinadora, e de forma fundamental, o arquivo digital da pesquisa, na íntegra, para download.

Há de convir que se existisse um recorte temporal mais amplo, com relação à catalogação digital de teses e dissertações e à oferta dos trabalhos na íntegra, para downloads, permitiria a economia de tempo e recurso para a coleta de informações relevantes para os estudos, além de ser uma maneira de preservar a memória dos trabalhos datados de períodos anteriores. A partir disso, é possível dimensionar a dificuldade que foi para operacionalizar a pesquisa de tese, uma vez que sua amostra probabilística identificou 49 pesquisas, entre teses e dissertações, espalhadas por 35 IES nacionais.

Ainda sobre o processo de coleta, é importante relatar que em alguns sites das IES não era possível selecionar sequer o programa de pós-graduação específico, antes de efetivar a busca geral, revestindo a coleta de maior cuidado na verificação dos dados que não estavam expostos no primeiro plano da investigação. Não havia filtros de pesquisa suficientes para a efetivação coerente da demanda.

Por entender que este relato pode vir a servir como parâmetro para estudos futuros, oriundos de outras áreas temáticas e/ou campos do conhecimento distintos, é que se destacam algumas proposições: Entende-se, que somente a partir da devida estruturação e exposição digital dos dados que tratam do cenário da pós-graduação brasileira, com base nas experiências dos usuários, é que se torna possível impulsionar pesquisas em diferentes escalas de análise.

No que se refere aos dados acadêmico-gerenciais, indica-se que seria bem-vinda à informação que expusesse as parcerias internacionais e nacionais em vigor, as principais bases e grupos de pesquisa e o contato de seus coordenadores, os projetos de extensão em destaque, os processos

seletivos para professores e discentes entre outros informes. Essas informações até constam nos sites de alguns programas de pós-graduação, mas nem sempre com o nível informacional necessário, o que restringe a informação a um inexpressivo público interno.

E quando se pensa em proposições para a ferramenta do Banco de tese e dissertações-Capes, de imediato vem à indicação do melhoramento relacionado à catalogação digital dos trabalhos e a sua atrelada disponibilização para downloads, ao menos dos trabalhos datados a partir de 1987.

Simultaneamente, compreende-se que esta demanda não seria a mais fácil de operacionalizar, uma vez que paralelo à ação de catalogação digital das pesquisas anteriores ao ano de 2013, haveria a demanda de atualização com pesquisas recentes. Apesar disso, e visando à preservação da história da pós-graduação no Brasil, tal esforço é válido, mesmo que para longo prazo.

Espera-se então, que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes passem a gerenciar e disponibilizar, de forma totalitária e integrada, todas as informações, interfaces, produtos e desdobramentos que formatam a conjuntura da pós-graduação no Brasil. Empenho que daria suporte determinante para muitos pesquisadores.

5 REFLEXÕES FINAIS

Os fatos apresentados neste relato indicam, mesmo diante de alguns desafios operacionais, que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações-Capes possuem um papel basilar no cenário da pós-graduação no Brasil. Uma vez que gerenciam um montante expressivo de informações, que se bem categorizadas, possibilitam a tomada de decisão sensata, seja em nível gerencial, operacional ou científico.

Reconhece-se que a opção de ofertar um serviço sinérgico, que congrega diversos órgãos, setores, ações e demandas, parece ser o mais coerente, quando analisado em face da conjuntura da pós-graduação no Brasil.

Diante do esforço pelo melhoramento da Plataforma Sucupira e do Banco de teses e dissertações-Capes, fica patente que a dificuldade mais expressiva neste contexto é a digitalização totalitária da produção (teses e dissertações) da pós-

graduação no Brasil, e a sua posterior disponibilização via downloads. Evidencia-se que esta ação favorece a otimização dos espaços das bibliotecas físicas das universidades brasileiras.

Paralelamente, esta ação de digitalização dos trabalhos da pós-graduação no Brasil passaria a ofertar uma base significativa de dados que poderiam ser usados como categorias comparativas de cenários estudados em períodos distintos. Uma dentre várias perspectivas que podem ser fomentadas, como alicerce dos objetivos das pesquisas que virão.

Desse modo, ratifica-se que a Plataforma Sucupira e o Banco de teses e dissertações - Capes assume a função de “guardiões” da memória acadêmica do Brasil, entendidos como ferramentas que possibilitam a continuidade de estudos, por onde desemboca novas aplicações teóricas, metódicas e técnicas, destacando o serviço de utilidade pública inerente a Capes.

Ao fazer a correlação entre as questões operacionais vinculadas à Plataforma Sucupira e ao Banco de teses e dissertações da Capes e os resultados da tese, relata-se os principais alcances teóricos. No primeiro momento, destaca-se que o expressivo quantitativo de 814 pesquisas geográficas que fazem uso da temática do turismo foi motivo de grata surpresa, uma vez que se observa na academia certo descrédito e falta de prestígio acadêmico quando se fala na pesquisa sobre o turismo. Contrário ao cenário, o montante dos dados coletados indica um desvio padrão relevante. E, por conta disso, a busca pelo entendimento de como o turismo é estudado pela Geografia recebeu ânimo novo.

Pelo cenário que o empírico coletado expôs, os dados atestam uma concentração de estudos geográficos (teses e dissertações) sobre o turismo na região sudeste, em função da expressiva concentração de programas de pós-graduação e cursos (mestrado e doutorado) em Geografia, avaliados pelo alto desempenho, segundo critérios da Capes. Figurando na segunda posição, aparecem as regiões nordeste e sul, que se alternam na vice-liderança, seguidas pela região centro-oeste, e por último, a região norte por conta de inexpressivos números, reflexo da quantidade insuficiente de programas e da atrelada quantidade de estudos em torno da temática do turismo.

Ainda sobre o empírico coletado, tem-se que a maioria dos objetos de estudos faz alguma relação

com a localização geográfica do referido programa, indicando a interferência do cotidiano vivido, na formulação dos questionamentos dos pesquisadores. Essa fala não é uma regra engessada, mas foi identificada com certa frequência.

Cabe destacar que, dentre os programas brasileiros de pós-graduação em geografia que abordam o turismo como temática, os programas vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e à Universidade Estadual de Londrina (UEL) destacam-se por apresentarem a temática do turismo de forma mais evidente, em seus campos de atuação, seja por meio da oferta do curso de especialização “Turismo e Desenvolvimento Sustentável” por parte da UFMG, seja pelos incentivos promovidos em torno da temática do “Turismo Rural” na UEL.

Perante a exploração do conteúdo coletado é possível verificar ainda que em alguns programas, promove-se uma perspectiva de análise direcionada para “Geografia Física”, fator que acabou fragilizando uma possível aproximação das questões sobre o turismo, que por si só, são dotadas de significados sociais. Já com relação a outros programas, nota-se que mesmo não fazendo referência ao turismo, eles apresentam assuntos que são recorrentes nos debates turísticos, a saber: globalização, política pública, sustentabilidade, entre outros. Fato que pode vir a facilitar certa aproximação para os anos que seguem.

Por todo o exposto, há que se considerar o entendimento que se quis trazer quando se optou pelo título “A Digital Geográfica do Turismo”. Como acadêmico graduado no curso de turismo, reconheço os avanços do turismo, enquanto tema de pesquisa, ao passo que também atesto - “sinto na pele” - seu tenro e instável alicerce. E justamente por ter sido cooptado tão recentemente pelo campo científico, observo-o imbuído por revigorar seus esforços, a fim de dispor de conteúdos que possibilitem a explicação do empírico vivenciado.

Baseado nas análises tem-se que o turismo é entendido pela Geografia, predominantemente, como uma atividade econômica e vetor de produção do capital, com expressivas repercussões na dimensão espacial. É nítida a percepção do turismo como estratégia para promover o lucro, garantindo a capacidade de reprodução ampliada do sistema capitalista.

De posse desse entendimento, a ciência geográfica passa a identificar o turismo nas paisagens, sobretudo naturais, revelando que a atividade do turismo brasileiro acontece em boa medida, pela utilização dos recursos naturais, os quais centralizam as motivações que promovem os deslocamentos turísticos. E a partir dessa atuação particular nas paisagens, é que o turismo acaba transformando-as em “produtos” a serem comercializados, e por isso mediados pelo sistema capitalista.

Obedecendo a sequência da análise, informa-se que as principais teorias habilitadas pela Geografia para gerir a compreensão da práxis do turismo brasileiro, estão alinhadas com as conjunturas por onde o turismo se desenvolve, ou seja, variam pelo tratamento do espaço geográfico, pelo viés do consumo, pelos danos causados nos ambientes naturais, pela busca por sustentabilidade, pela consolidação da instância social, e, sobretudo, pelo viés econômico.

Sobre o método de abordagem mais empregado pelos estudos coletados, destaca-se o método dialético como o mais frequente nas análises geográficas sobre o turismo, quer compreendido como prática social ou como atividade econômica.

A razão para esse protagonismo origina-se na qualidade da produção geográfica brasileira das últimas décadas, assentada em grande parte, na (re) leitura de Marx e na superação de velhos paradigmas metodológicos associados ao positivismo e ao quantitativíssimo, principalmente. Reconhece-se que o movimento de renovação do pensamento geográfico brasileiro é o “pano de fundo” sobre o qual emerge o pluralismo metodológico que caracteriza a Geografia crítica, mas do interior desse pluralismo, o materialismo histórico e dialético é o método que ganhou maior proeminência na Geografia brasileira.

Conclui-se que é perceptível o pouco esforço teórico e metodológico da Geografia para compreender o turismo, enquanto fenômeno complexo, seja ao longo da história, seja na contemporaneidade. E a pós-graduação em Geografia no Brasil tem o enorme desafio de contribuir para o desvendamento da realidade espacial brasileira do passado e da atualidade, dedicando-se a temas e situações geográficas que possibilitem avanços na sua produção do conhecimento, a exemplo do turismo, agronegócio, indústria, comércio, mineração, entre outros assuntos.

Pensando assim, o tema do turismo não precisa ser mais nem menos importante que tantos outros temas que demandam a produção de um conhecimento especializado, teórica e metodologicamente fundamentado. Ele, juntamente com os demais temas, só precisa ser investigado pela Geografia, em função da contribuição que pode fornecer à produção do conhecimento, no sentido de se vislumbrar um processo de construção de uma sociedade mais justa no futuro breve.

Sobre a Plataforma Sucupira e o Banco de Teses e dissertações da Capes é oportuno ainda ressaltar que não se pretendeu exaurir o assunto neste relato, mas dar o passo inicial em busca de uma maior discussão em torno do contexto debatido. Buscou-se estimular a necessidade de mais análises, inseridas na perspectiva dos usuários (pesquisadores), com o intuito de relatar e estruturar como está o atual cenário da pós-graduação no Brasil, por meio das possibilidades informacionais ofertadas pela Plataforma Sucupira e Banco de teses e dissertações-Capes.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa, Portugal.
- BRASIL, Ministério da Educação (2014). *Novo desenho garante melhorias à Plataforma Sucupira da Capes*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>>. Acesso em 25 de julho de 2017.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014). *Plataforma Sucupira*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. 01 abril, 2014. Acesso em 25. Julho. 2017.
- _____; (2017, May, 08) *Plataforma Sucupira ganha novo layout*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-salainpress/noticias/8383-plataforma-sucupira-ganha-novo-layout>>. Acesso em 25 de julho de 2017.
- _____; (2017) *Banco de Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em 25 de Julho de 2017.
- Corrêa, R. L. (2003) Análise crítica de textos geográficos: breves notas. *Revista do departamento de geografia-UERJ*. Nº14. p. 7-18.
- Da Silva, G. P. (2010). A Importância dos Acervos Digitais. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação - ARC - Vol. 3 - Edição Especial- CICRAD*. Editora AERPA.
- Ferreira, M. (2006). *Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães (Por). Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- Freitas, J.D; Cruz, K.R. (2012, jan.). A importância da digitalização dos documentos memoriais da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM). *Anais... Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia - Informação e Sociedade: a importância da Biblioteconomia no processo de preservação da memória documental*.
- GIL, A. C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Köche, J. C. (2013). *Fundamentos de metodologia científica*. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 32 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Maranhão, T. de P. A. (2010). Produção interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3 set./dez. 2010.
- Meneghel, Stela M et al. (2007). Produção de conhecimento no contexto brasileiro: perspectivas de instituições emergentes. *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB*, v 2, n. 3, p. 444-460, set./dez.
- Miranda, A. L. C. de, (2000). Os conteúdos e a sociedade da informação no Brasil. *DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação*.
- Thomaz, K. P.; Soares, A. J. (2004). A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. v. 5, n. 1. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em 7 jun. 2004.
- Veal, A. (2011). *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. [Tradução: Gleice Guerra; Mariana Adlague]. São Paulo: Aleph. Série turismo.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido/Received: 14/04/2018; Aceito/Accepted: 17/10/2018; Publicado/ Published: 25/11/2018.

Texto original/ Original paper. Seção não revisada por pares / No double blind review section.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. PROCESSO GERAL

RLAT usa o Double-blind peer review que é a omissão das identidades de autores e revisores no parecer de originais. Deste modo os autores devem seguir alguns passos para garantir este processo:

Submeter apenas um arquivo de texto (editor Microsoft Word 2003 ou versão mais recente, ou no doc rtf), sem identificação, direta ou indireta, de autoria do manuscrito. Todas as informações pessoais sobre o autor (s) (nomes, afiliação instituição, país, endereço completo, número de telefone, e-mail e um conjunto de dados biográficos do autor (es) não superior a 60 palavras) será inserido no sistema website. Talvez, se houver qualquer necessidade, o autor (s) pode apresentar um documento adicional (Geralmente com informação específica sobre o papel (por exemplo, excel tabelas ou dados SPSS). Sobre como inserir o manuscrito e um documento complementar, por favor, consulte o conteúdo de este link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

Para garantir qualquer possível identificação de autoria no manuscrito, deve-se:

- Usar terceira pessoa para referir a trabalhos publicados anteriormente pelos autores do texto. Exemplo: Substituir "como analisamos no estudo" por "como foi analisado no estudo... (Anônimo, 2009).
- Remover qualquer afiliação autoral das figuras.
- Citar artigos publicados pelo autor do texto como segue: "[anônimo, 2009].
- Para blinding na lista de referência insira: "(Anônimo, 2009). Detalhes omitidos por double-blind reviewing".
- Remover agradecimentos
- Remover informações de autoria nas propriedades do documento.

2 MANUSCRITO

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Arial Narrow tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e à 2cm à direita e inferior, em papel A4. As citações diretas deverão utilizar a fonte 10 e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo utilize a mesma fonte em *cursiva* (itálico).

Título: deve ser escrito em 3 idiomas, sendo o português e o inglês, obrigatórios.

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em inglês (resumo e título). Para os artigos escritos em inglês deve se acrescentar um resumo em espanhol. Sua estrutura deve seguir a mesma do texto.

Palavras chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras chave sobre o tema principal, separadas por um ponto final.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1 GENERAL PROCESS

RLAT uses the double-blind peer review which is the omission of the identities of authors on the and reviewers on the original paper's process of reviewing. Thus, authors must follow some steps to ensure this process:

Submit ONLY ONE archive of the text (microsoft word editor 2003 or newer version, in rtf or doc) without direct or indirect identification of authorship (manuscript). ALL THE PERSONAL INFORMATION about the author(s) (names, affiliations, affiliated institution's country, complete mailing address, phone number, email and a biographical data of the author(s) not exceeding 60 words) will be inserted in the website system. Maybe, if there is any necessity, the author(s) could submit an additional document (generally with specific information about the paper (e.g. excel tables or SPSS data). About how to insert the manuscript and the supplementary document, please refer to the contents of this link: <https://goo.gl/Jl3hVO>

To ensure any possible identification of authorship in the manuscript, you must:

- Use third person to refer to previously published works by the authors of the text. Example: replace "as we analyzed in the study" by "as was analyzed in the study. (Anonymous, 2009).
- Remove any copyright of affiliation.
- Quoting published articles by the author of the text as follows: "(anonymous, 2009).
- For blinding in the reference list enter "(anonymous, 2009). Details omitted by double-blind reviewing. "
- Remove thanks
- Remove copyright information in the document properties.

2 MANUSCRIPT

Typography: The manuscript should be prepared with simple line spacing, font Arial Narrow, size 11, paginated with 3 cm margins on the left and top and 2 cm to the right and bottom, in A4 paper. Direct citations should use the 10 source and notes must have the same font, size 9. Do not use fonts or different sizes in the text. If you want to highlight any word or paragraph, use the same font in *cursive* (italic).

Title: should be write in the original language and as well the abstract always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language.

Abstract: The article should come accompanied by an abstract in the original vernacular language; write in 150-250 words, always translated to the English and Portuguese whatever would be the original language. Its internal structure must follow the text structure.

keywords: the text must contain between three and five keywords on the main theme of the paper and separated themselves by a dot.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas. A divisão interna deve conter necessariamente (introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão e conclusões), agradecimentos (se aplicável) e referências.

Idiomas: os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês. Títulos, Resumos e Palavras em português e inglês são obrigatórios, independente do idioma original do artigo. Estes elementos também são requeridos em um terceiro idioma.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode-se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que fique legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referência: as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) e NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notas: as notas explicativas devem utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre ao final do texto do artigo, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Arial Narrow) no tamanho 9. Para conhecer os critérios de avaliação consulte: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Assim, alinhada às melhores práticas de publicação, nacionais e internacionais, RLAT exige o cumprimento dos seguintes critérios para publicação regular* de artigos:

1. O manuscrito submetido deve ser uma contribuição original e inédita amparada por alguma linha temática inserida no escopo da revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. O artigo não pode ter sido publicado previamente em nenhum periódico ou livro. Aceitam-se, no entanto, artigos apresentados em anais de congressos.
3. O texto não pode estar em avaliação, simultaneamente, em outro periódico, seja nacional ou internacional.

Text: the text must possess an extension between 5,000 and 9,000 words to articles; and 3,000 to 5,000 for reflexive opinions (*pensatas*) and essays; and between 2,000 to 3,000 for research notes as well to book reviews. the internal divisions must contains (usually, introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion, conclusion), acknowledgements (if applicable) and references.

Languages: the manuscript can be write in Portuguese or English or Spanish or French. Titles, Abstratcs and Keywords must be written in portuguese and in english, independent of the original language of the paper. These elements also are required in a third language.

Illustrations: illustrations (tables, graphs, diagrams, flowcharts, organization charts, engravings, photographs and other) and tables should be inserted in the text. All must have subtitles-title and source. Tables should follow the Tabular Presentation rules of the IBGE. Can use color images, while you should evaluate the possibility of using it in paper format, in black and white so that it is readable in the case of the print edition.

Abbreviations and acronyms: Should be defined clearly in its first use in the text.

Citations and reference: the references, as well as the citations in the body of the text should follow the standards of the Brazilian Association of technical norms NBR 6023 (<https://goo.gl/GxCBgZ>) and NBR 10520 (<https://goo.gl/hKumna>).

Notes: the explanatory notes should be use only if they are essential, and should be at the end of the text of the article, using the same font (Arial Narrow) in size 9. To meet the evaluation criteria see: <https://drive.google.com/file/d/0B9HM4t0EenbiMXl2X2J1T2Fqb2s/view?usp=sharing>

3. CONDITIONS FOR SUBMISSION

As part of the submission process, authors are required to check the conformity of the submission for all items listed below. Submissions that are not in accordance with the standards will be returned to the authors.

Thus, aligned with best practices, nationally and internationally, RLAT requires compliance with the following criteria for regular publication of articles:

1. The manuscript submitted should be original and unprecedented contribution bolstered by some thematic line inserted in the scope of the journal. Otherwise, you must justify in "Comments to the Editor."
2. The article may not have been previously published in any journal or book. We accept, however, papers presented at congresses.
3. The text may not be at the same time on review in another journal, whether national or international.

4. Os artigos poderão ter, no máximo, 3 (três) coautores, além do autor principal, totalizando assim, no máximo, 4 (quatro) pessoas por manuscrito.
 5. RLAT se reserva ao direito de postergar a uma edição ou volume (ano) subsequente um artigo aprovado, caso os autores ou coautores de uma mesma instituição já tenham publicado algum artigo no ano corrente, de forma a não ultrapassar 20% de concentração de origem de instituições, assegurando assim o cumprimento de critérios nacionais (e recomendações internacionais) de avaliação de periódicos.
 6. Do mesmo modo, a fim de evitar concentração, RLAT publicará apenas 1 texto de um mesmo autor por ano. Caso o autor tenha outro manuscrito aprovado, o mesmo será postergado para o ano seguinte.
 7. RLAT não publicará artigos nos quais o editor chefe e/ou editores associados figurem como autores ou coautores.
 8. RLAT poderá publicar manuscritos de autores ou coautores do Conselho Editorial, de membros do Conselho Científico e pessoas da própria Universidade Federal de Juiz de Fora se, e somente se, estes não estejam envolvidos nos processos de avaliação do artigo.
 9. A fim de evitar endogenia, artigos da UFJF serão publicados, em no máximo 20% (4,8 artigos ao ano).
 10. Mesmo que cumpram os demais requisitos, só serão aceitos em *desk review* para prosseguir no processo editorial os manuscritos que estejam livres de identificação dos autores. A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo através da opção "Propriedades no Word", garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação Cega por Pares*. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será retornado ao autor.
 11. As informações relativas a autoria deverão ser preenchidas diretamente no sistema, na aba metadados.
 12. Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Os artigos que, porventura, ultrapassem este tamanho poderão ser enviados diretamente pelo e-mail da revista: <RLAT.ufff@gmail.com>.
 13. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 11-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
 14. O texto deve utilizar o sistema brasileiro de citações e referências, conforme disposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT (norma 6023). Mais informações podem ser obtidas na seção Sobre a Revista. **ATENÇÃO!** Esta condição é essencial para que o texto inicie o processo editorial de avaliação. Caso não cumpra este requisito, o manuscrito será imediatamente retornado ao autor.
4. Articles can have a maximum of 3 (three) co-authors, besides the main author, totaling so a maximum (and exceptionally) of 4 (four) persons per manuscript.
 5. RLAT reserves itself the right to postpone the edition or volume (year) subsequent an article is approved, if the authors or co-authors of the same have already posted some article in the current year, so as not to exceed 20% of the source concentration of institutions, thereby ensuring the fulfillment of national criteria (and international recommendations) periodic assessment.
 6. Likewise, in order to avoid concentration, RLAT publish only 1 (one) text from one author per year. If the author has another manuscript approved, it will be postponed to the following year.
 7. RLAT does not publish articles in which the editor and/or associated editors list as authors or co-authors.
 8. RLAT may publish manuscripts of authors or co-authors of the Editorial Board, members of the Scientific Board and people form the Universidade Federal de Juiz de Fora if, and only if, they are not involved in the process of evaluating the proper (or friend's) article.
 9. In order to avoid endogenic concentration UFJF articles will be published, in a maximum of 20% (4.8 items per year).
 10. Even if you meet the other requirements, will only be accepted on *desk review* to proceed in the editorial process the manuscripts that are free from identification of the authors. The identification of authorship of the work must be removed from the archive via the option "properties in Word", guaranteeing in this way the confidentiality criteria, if submitted for peer review (e.g. articles), as per available in *Ensuring the Blind Peer Review*. **ATTENTION!** This condition is essential for the text to start the editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.
 11. Information of the authorship must be filled directly in the system, in the metadata tab.
 12. The files for submission must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as you don't exceed 2 MB). Papers which, perhaps, exceed this size can be sent directly via email to the journal: <RLAT.ufff@gmail.com>.
 13. The text is single-spaced; uses an 11-point font; italics instead of underlining employs (except in URL addresses); the figures and tables should be included in the text, not at the end of the document, such as attachments.
 14. The text should use the Brazilian system of citations and references, as stated by the Brazilian Association of technical standards ABNT (6023 standard). Full details of the style patterns and bibliographic requirements are described in *Guidelines to Authors*, in the section About the Journal. **ATTENTION!** This condition is essential to start the text editorial process of evaluation. If you do not fulfill this requirement, the manuscript will be returned to the author.

15. Todos os endereços "URL" devem estar ativos.
16. Os artigos devem cumprir todos os tramites do processo editorial (cf. Política de Avaliação).

4 DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Aviso de Direito Autoral Creative Commons

Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicarem nesta revista devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais:

- (a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#) que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).

5 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

15. All addresses "URL" must be on active status.
16. Articles must meet all the proceedings of the editorial process (cf. Evaluation Policy).

4. COPYRIGHT DECLARATION

Creative Commons Copyright notice and Policy for open Access Journals

Authors who publish in this journal must agree with the following terms relating to copyrights

- (a) Authors keep all copyright and grant the journal the right of first publication, with the work simultaneously licensed under the Creative Commons Attribution License that allows job sharing with recognition of authorship of the paper and initial publication in this journal.
- (b) Authors are allowed to assume additional contracts separately, for non-exclusive distribution of the version of the work published in this journal (e.g. publish in institutional repository or book chapter), with recognition of authorship and initial publication in this journal.
- (c) authors are allowed and are encouraged to publish and distribute their work online (e.g. in institutional repositories or on your personal page) at any point before or during the editorial process, as this can generate productive changes, as well as increase the impact and citation of published work (see the effect of Free Access).

5. PRIVACY POLICY

The names and addresses reported in this journal will be used exclusively for the services rendered by this publication is not available for other purposes or to third parties.